

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES  
CULTURAIS NO CERRADO (TECCER)**

**FERNANDO DA SILVA RIBEIRO**

**QUANDO A CIDADE ENCONTRA O RIO, O RIO SE PERDE:  
GOIÂNIA E O RIO MEIA PONTE (1933-2020)**

Anápolis  
2021

**FERNANDO DA SILVA RIBEIRO**

**QUANDO A CIDADE ENCONTRA O RIO, O RIO SE PERDE:  
GOIÂNIA E O RIO MEIA PONTE (1933-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, Linha de Pesquisa: Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Dra. Maria de Fátima Oliveira  
Coorientadora: Dra. Giuliana Muniz Vila Verde.

Anápolis

2021

**FERNANDO DA SILVA RIBEIRO**

**QUANDO A CIDADE ENCONTRA O RIO, O RIO SE PERDE:  
GOIÂNIA E O RIO MEIA PONTE (1933-2020)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, Linha de Pesquisa: Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Dra. Maria de Fátima Oliveira  
Coorientadora: Dra. Giuliana Muniz Vila Verde.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Oliveira  
Presidente/UEG-TECCER

---

Profa. Dra. Milena D’Ayala Valva  
Examinador interno/UEG-TECCER

---

Prof. Dra. Giovana Galvão Tavares  
Examinador Externo/UniEVANGÉLICA

---

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira  
Suplente/UEG-TECCER

Anápolis

2021

*A universidade pública, a principal fonte de  
conhecimento deste país.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, que mesmo nas dificuldades financeiras, conseguiram me proporcionar o acesso à educação.

A minha esposa Kamylla Cândida, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis, demonstrando companheirismo e principalmente paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Ademir Luiz, Eliézer Cardoso, Milena d’Ayala, Janes Socorro que deram suas contribuições através de suas disciplinas oferecidas pelo programa ou nas sugestões em bate papos pelos corredores da universidade.

A minha amiga Fernanda Assis, aluna do curso de Enfermagem da PUC-GOIÁS, que se depôs neste período de pandemia a me ajudar em relação aos empréstimos de livros da Biblioteca Central, pois a mesma se encontrava fechada para os visitantes.

A professora Giuliana Muniz que trouxe seu amplo conhecimento das ciências naturais para enriquecer nossa pesquisa.

Em especial a professora Maria de Fátima, que desde 2017 abraçou a ideia da pesquisa, proporcionando a mim essa grande oportunidade de ser orientando dela. A professora Fátima, como é conhecida, me guiou na busca por respostas que no início da pesquisa estavam apenas no campo teórico.

Aos colegas de programa, que durante dois anos e meio me ocasionaram momentos de aprendizagem.

## RESUMO

O Rio Meia Ponte é um dos principais rios do Estado de Goiás e cerca de 50% da população goiana vive em sua bacia hidrográfica. Este rio ocupou papel fundamental na construção da nova capital de Goiás, conhecida como a “capital do sertão”, e representando um símbolo da chegada da modernidade no Centro Oeste. Assim, o objetivo desta dissertação é analisar a relação da cidade de Goiânia com o rio Meia Ponte desde a sua construção na década de 1930 até os dias atuais. A análise perpassa a relevância do rio no projeto inicial, as consequências advindas com o crescimento da cidade, bem como a falta de políticas públicas de proteção para esse importante manancial. Neste sentido, a hipótese levantada é a de que este rio, ao longo das décadas transformou-se em vítima de degradação, descaso e abandono tanto por parte da população goianiense, quanto por parte dos gestores e das políticas públicas que deveriam protegê-lo. A análise tem como referencial teórico a perspectiva da História Ambiental, privilegiando a interdisciplinaridade e concebendo como indissociáveis as relações e interações humanas com o meio ambiente. O estudo dialoga com uma extensa bibliografia que trata da nova capital e tem como principais fontes os jornais, os projetos urbanísticos de Goiânia e decretos oficiais. Assim, percebe-se que apesar de estar constantemente na mídia da capital devido às enchentes ou escassez de água, poluição e conseqüente mau cheiro, o rio que poderia ser sinônimo de bem-estar tornou-se “invisível” aos goianienses.

**Palavras-chave:** Meia Ponte. Goiânia. História Ambiental. Degradação.

## ABSTRACT

The Meia Ponte River is one of the main rivers in the State of Goiás and about 50% of the population of Goiás lives in its hydrographic basin. This river played a fundamental role in the construction of the new capital of Goiás, known as the “capital of the interland”, and represented a symbol of the arrival of modernity in the Midwest. Thus, the objective of this dissertation is to analyze the relationship between the city of Goiânia and the Meia Ponte river from its construction in the 1930s to the present day. The analysis goes through the relevance of the river in the initial project, the consequences arising from the growth of the city, as well as the lack of public protection policies for this important source. In this sense, the hypothesis raised is that this river, over the decades has become a victim of degradation, neglect and abandonment both by the population of Goiás, as well as by the managers and public policies that should protect it. The analysis has as a theoretical reference the perspective of Environmental History, privileging interdisciplinarity and conceiving human relations and interactions with the environment as inseparable. The study dialogues with an extensive bibliography dealing with the new capital and its main sources are newspapers, urban projects in Goiânia and official decrees. Thus, it is clear that despite being constantly in the capital's media due to floods or scarcity of water, pollution and the consequent bad smell, the river that could be synonymous with well-being has become “invisible” to the people of Goiás.

**Keywords:** Meia Ponte. Goiânia. Environmental History. Degradation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Festival religioso às margens do rio Ganges.....	22
<b>Figura 2:</b> Impactos da urbanização sobre as águas e os rios.....	28
<b>Figura 3:</b> Trecho recuperado do córrego Macambira Anicuns em Goiânia.....	31
<b>Figura 4:</b> Pista de trilha no Parque Macambira Anicuns.....	32
<b>Figura 5:</b> Projeto Beira-Rio na cidade de Piracicaba (SP), 2015.....	33
<b>Figura 6:</b> Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Mariquinha.....	42
<b>Figura 7:</b> Ruínas da primeira usina de Goiânia – Usina do Jaó.....	42
<b>Figura 8:</b> Campinas – 1935.....	50
<b>Figura 9:</b> Plano Urbano de Goiânia (1933) – Atílio Corrêa Lima.....	53
<b>Figura 10:</b> Propaganda imobiliária feita durante a construção da nova capital.....	60
<b>Figura 11:</b> Habitações improvisadas.....	62
<b>Figura 12:</b> Bacias hidrográficas do Estado de Goiás.....	66
<b>Figura 13:</b> Vegetação nas margens do rio Meia Ponte, área localizada no setor Criméia Leste.....	69
<b>Figura 14:</b> Vegetação das margens na transição de Mata Ciliar para Mata de Galeria do rio Meia Ponte, área localizada na Vila Coronel Cosme.....	70
<b>Figura 15:</b> Vegetação nas margens do rio Meia Ponte, área localizada no setor Vila Morais.....	70
<b>Figura 16:</b> Esgoto jogado no rio Meia Ponte.....	72
<b>Figura 17:</b> Esgoto doméstico jogado no rio Meia Ponte, Vila Coronel Cosme.....	73
<b>Figura 18:</b> Lago da Usina do Jaó (1936).....	78
<b>Figura 19:</b> Construção da Usina do Jaó.....	79
<b>Figura 20:</b> Usina do Jaó (1936).....	80
<b>Figura 21:</b> Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940.....	81
<b>Figura 22:</b> O Sol Nº 1” Informativo do Clube de Regatas Jaó, Goiânia, novembro de 1962.....	83
<b>Figura 23:</b> Maquete do anteprojeto para o Clube de Regatas Jaó, Goiânia, 1962.....	83
<b>Figura 24:</b> Propaganda do clube Jaó, 1962.....	84
<b>Figura 25:</b> Clube Jaó: inauguração da primeira fase (1968).....	84
<b>Figura 26:</b> Imagem da área que corresponde ao Clube Jaó.....	85



<b>Figura 27:</b> Homens pescam no rio Meia Ponte, em local onde a profundidade fica à altura dos joelhos.....	86
<b>Figura 28:</b> Parque Municipal Liberdade.....	88
<b>Figura 29:</b> Rio Meia Ponte na década de 1940, trecho de Goiânia.....	91
<b>Figura 30:</b> Reportagem do jornal <i>O Popular</i> sobre pesca no rio Meia Ponte.....	92
<b>Figura 31:</b> Primeira pedreira de Goiânia, foto de 1935. Não há registro do local exato.	96
<b>Figura 32:</b> Extração de areia no rio Meia Ponte, década de 1930.....	96
<b>Figura 33:</b> Margens do rio Meia Ponte, década de 1940. Percebe-se que as margens já apresentam o desmatamento.....	97
<b>Figura 34:</b> Anúncio da empresa Coimbra Bueno referente ao futuro setor com mesmo nome: Coimbra Bueno.....	100
<b>Figura 35:</b> Propaganda do Bairro Jardim Balneário Meia Ponte, 1958.....	103
<b>Figura 36:</b> Reportagem referente a poluição do rio Meia Ponte.....	109
<b>Figura 37:</b> A água suja do Meia Ponte é utilizada por goianienses.....	109
<b>Figura 38:</b> Ocupações irregulares e a degradação dos cursos d'água.....	110
<b>Figura 39:</b> Trecho do rio no setor Balneário Meia Ponte onde se encontra esgoto clandestino.....	125
<b>Figura 40:</b> Água do rio Meia Ponte escura devido a contaminação de derivado de petróleo.....	126
<b>Figura 41:</b> Dentro de Goiânia, o rio Meia Ponte recebe altas cargas de poluição.....	126
<b>Figura 42:</b> Pássaros convivem com o rio poluído e sujo.....	127
<b>Figura 43:</b> A espuma representa uma água totalmente poluída.....	127
<b>Figura 44:</b> A realidade do rio no mês de setembro, trecho próximo à captação de água setor Balneário Meia Ponte.....	127
<b>Figura 45:</b> Cachoeiras do rio Meia Ponte.....	129
<b>Figura 46:</b> Rio Meia Ponte, altura dos setores Negrão de Lima e Santa Genoveva. Um dos cinco pontos de coleta.....	132
<b>Figura 47:</b> Vila Roriz, área próximo o rio Meia Ponte.....	134
<b>Figura 48:</b> Cheia no rio Meia Ponte, trecho do Bairro Jardim Balneário Meia Ponte...	135

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Crescimento demográfico nos anos de 1940 e 1950.....	101
---	-----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Acervo Arquitetônico de Art Déco de Goiânia.....	53
<b>Quadro 2:</b> Reportagens referente ao rio Meia Ponte entre os anos de 2010 e 2020.....	115
<b>Quadro 3:</b> Reportagens referentes ao tema poluição, degradação e mau cheiro entre os anos de 2010 e 2020.....	123
<b>Quadro 4:</b> Reportagens referente a inundações causadas pelas cheias do rio Meia Ponte entre os anos de 2010 e 2020.....	134

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Trajeto do rio Meia Ponte no perímetro urbano de Goiânia.....	71
<b>Mapa 2:</b> Percurso total do rio Meia Ponte.....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Dimensão do quantitativo dos temas relacionados ao rio Meia Ponte no jornal <i>O Popular</i> .....	114
--	-----

## LISTA DE SIGLAS

**AGR** – Agência Goiana de Regulação.

**AHE** – Arquivo Histórico Estadual.

**AMMA** – Agência Municipal de Meio Ambiente.

**ANA** – Agência Nacional das Águas.

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

**CPTEC** – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos.

**CPRM** – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

**DEMA** – Delegacia Estadual de Meio Ambiente.

**ETE** – Estação de Tratamento de Esgoto.

**ETA** – Estação de Tratamento de Água.

**IHGG** – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

**OMS** – Organização Mundial da Saúde.

**SANEAGO** – Companhia de Saneamento de Goiás.

**SECIMA** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e assuntos Metropolitanos

**SEMAD** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

**SENDUS** – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

**SEPLAN** – Secretária de Planejamento e Orçamento.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – RIOS E CIDADES.....	19
1.1. Harmonia, ruptura, reconciliação entre as cidades e seus rios.....	20
1.2. O Meia Ponte na historiografia de Goiânia.....	34
1.3. O projeto de Goiânia e seu desenvolvimento nas décadas seguintes.....	43
CAPÍTULO 2 – O RIO MEIA PONTE: BIOGRAFIA, IMPORTÂNCIA PARA A NOVA CAPITAL E FONTE DE LAZER.....	63
2.1. Meia Ponte: a biografia de um rio. ....	63
2.2. A importância do rio para a construção e consolidação da nova capital de Goiás. ....	76
2.3. Meia Ponte, fonte de lazer?.....	85
CAPÍTULO 3 – QUANDO GOIÂNIA SE APROPRIA DO RIO – USOS E ABUSOS. ....	94
3.1. Uma pedra no caminho: Goiânia se apropria do rio. ....	95
3.2. O (des) encontro entre a cidade e o rio. ....	99
3.3. O rio Meia Ponte na imprensa goiana.....	112
3.3.1. A crise do abastecimento. ....	115
3.3.2. Poluição, degradação e mau cheiro – o rio se torna “o rio do esgoto”. ....	122
3.3.3. O problema das inundações e a questão das ocupações irregulares. ....	133
3.2.4. Assuntos diversos. ....	136
3.2.5. É possível salvar o Meia Ponte? .....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
REFERÊNCIAS .....	146

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta compreender a relação entre as cidades e os rios urbanos, com foco na cidade de Goiânia e o seu principal curso d'água, o rio Meia Ponte, da década de 1930 ao ano de 2020. Busca-se evidenciar a relevância do rio no projeto inicial da nova capital do estado, as consequências provocadas pelo crescimento da cidade, bem como a falta de políticas públicas de proteção para esse importante manancial. Embora até o momento já se tenha produzido expressivo número de pesquisas e publicações sobre Goiânia, uma abordagem com base na relação da cidade com o rio Meia Ponte ainda é pouco explorada, principalmente pela perspectiva da História Ambiental, campo que, segundo Worster (2003, p. 24), “[...] começou a tomar forma nos anos 70, quando houve diversas conferências sobre a grave situação global e os movimentos ambientais cresciam, popularizando-se”, e para o qual o ambiente é entendido como agente ativo na história.

O rio Meia Ponte é um dos principais afluentes do rio Paranaíba. Nasce na Serra dos Brandões na cidade de Itauçu (GO), com 471,6 km de extensão, sendo que 37 municípios são banhados por suas águas. Portanto, é um dos mais importantes rios do estado, utilizado para diversos fins, como o abastecimento de água, a irrigação de lavouras, o dessedentação de animais, para o lazer e infelizmente, também para o despejo de esgotos domésticos e industriais (GOIÁS, 2002, p. 7).

Segundo Chaul (2015), Goiânia é considerada a capital do sertão. A sua construção representou os anseios dos novos grupos políticos das regiões sul e sudoeste, que buscavam na nova capital um centro político, econômico e financeiro que representaria o progresso e a modernização. Sonhada e colocada em prática pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira – político que ascendeu na política goiana com a Revolução de 1930 – Goiânia foi planejada e arquitetada nos moldes da expressa modernidade da época. Para concretizar tal projeto, a região da cidade de Campinas foi escolhida por ser uma região plana, centralizada e com uma ótima hidrografia. Nesse contexto, o rio Meia Ponte se tornava peça importante no discurso mudancista do início da década de 1930 em Goiás, pois o fator referente à riqueza de recursos hídricos fortalecia a ideia de um local propício para a instalação da nova capital do estado. Assim, o projeto inicial de Goiânia desenvolvido pelo urbanista Atílio Corrêa Lima, previa que o rio Meia Ponte fosse a principal fonte de abastecimento e fornecimento de energia

elétrica para a capital, além de contribuir com um local – represa do Jaó – para espaço de lazer e práticas esportivas (LIMA, 2011).

Apesar da inserção do Meia Ponte no primeiro projeto de Goiânia, como mencionado acima, a construção da nova capital representou um rompimento com a ideia de Attílio Corrêa Lima nas décadas seguintes. Desta forma, a nossa problemática está em torno do seguinte questionamento: quais foram os motivos que levaram ao abandono dessa proposta inicial de Attílio Corrêa Lima e, posteriormente, o que provocou a degradação do rio, que se intensificou nas décadas seguintes, transformando-o em um rio de esgotos? Esse questionamento se baseia no fato de o rio ser apresentado na mídia do estado quase sempre como o rio do esgoto, e pela sua recuperação ainda parecer algo utópico.

Para compreender essa problemática, buscamos as análises de outras realidades de rios urbanos semelhantes ao Meia Ponte, e percebemos que esta é a sina dos rios urbanos, a de serem afetados pelo crescimento desordenado que provoca a sua degradação. A década de 1950 marca esse crescimento urbano de Goiânia, caracterizado pela especulação imobiliária, e o rio Meia Ponte – que inicialmente seria utilizado como principal fonte de energia elétrica, de abastecimento da cidade e de um possível local de lazer para os goianienses, segundo o projeto inicial – foi sendo degradado e poluído devido à apropriação de suas margens nas décadas de 1960 e 1970. Diante desse contexto, não houve por parte do poder público a preocupação com uma infraestrutura, como o tratamento de água e esgoto, e o rio tornou-se bastante poluído, perdendo parte de sua mata ciliar, alterando assim, a relação da cidade com a natureza. Nas décadas seguintes a situação vai se agravando, e a década de 2010 é tomada nesta pesquisa como um marco, no qual se procura mostrar a situação degradante do rio, exposta pelos meios de comunicação, principalmente pelo Jornal *O Popular*.

Ressaltamos assim, a importância da pesquisa, pois uma análise do rio Meia Ponte no espaço urbano de Goiânia ainda é pouco explorada. Com passar do tempo, o meio ambiente foi e vai se perdendo devido às construções e crescimento desordenado das cidades, sendo que os rios, em sua maioria, são vítimas deste crescimento irregular. Seria possível uma convivência harmoniosa entre desenvolvimento, crescimento urbano e preservação ambiental? Pois bem, desde criança, convivi com noticiários jornalísticos que apresentavam o rio Meia Ponte como um espaço poluído, um lugar de despejo e, nesse caso, não via nenhuma ação prática em relação à recuperação do rio. Como historiador, percebi que esses mesmos noticiários apresentavam o rio sempre de forma

negativa, como o rio do esgoto. A partir daí, surgiram várias dúvidas em relação à importância do rio Meia Ponte para a cidade de Goiânia desde a construção da capital até a atualidade. Diante da proposta de pesquisa, percebemos uma afinidade do tema com a Linha de Pesquisa 2 do Programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), que possibilitou o desenvolvimento desta dissertação.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as relações entre o rio Meia Ponte e a cidade de Goiânia desde a construção da nova capital até o ano de 2020; e como objetivos específicos podemos destacar: a) analisar a relação entre rios urbanos e suas cidades; b) identificar projetos de recuperação de rios urbanos; c) compreender como o rio Meia Ponte aparece na historiografia goianiense; d) conhecer o rio Meia Ponte em seus aspectos físicos, identificando suas nascentes e seu trajeto no espaço urbano de Goiânia; e) Analisar a construção de Goiânia e compreender a importância do rio Meia Ponte para essa realização; f) apresentar e analisar reportagens e depoimentos de pessoas que utilizaram o rio como forma de lazer nos primeiros anos de Goiânia; g) identificar e analisar os fatores que provocaram a degradação do rio no espaço urbano de Goiânia; h) compreender as consequências do crescimento da capital para o Meia Ponte; i) e por fim, analisar a situação do rio entre os anos de 2010 a 2020 através de fontes jornalísticas.

O desenvolvimento urbano, sem dúvida, altera de forma significativa o ambiente, com o impacto direto sobre a população, além da destruição dos habitats naturais. Neste sentido, Aluísio Pardo Canholi (2005, p. 50), afirma que “as decisões urbanas têm sido transformar rios em cloacas e lixões que nas enchentes se tornam um problema complexo”. Entretanto fica a pergunta: Existe solução? Na opinião da pesquisadora Maria Cecília Barbieri Gorski (2010), a resposta é positiva. A autora faz uma análise em seu livro *Rios e cidades – ruptura e reconciliação* referente aos planos urbanísticos e suas ações equivocadas que provocaram a degradação de vários rios urbanos, mostrando propostas que alcançaram sucesso em relação à recuperação dos rios urbanos.

Podemos perceber que o caso do rio Meia Ponte, relacionado à poluição e ao descaso para com ele, não é um fato isolado, foram e são vários os rios que foram perdidos com a modernização e as ocupações de suas margens. Como exemplo, podemos citar o rio Tietê em São Paulo, considerado o mais poluído do Brasil, objeto de estudo do historiador Janes Jorge (2006), que analisou em seu livro, *Tietê, o rio que a cidade perdeu*, as relações humanas com a natureza, no caso, o principal rio da capital paulista. Crítico e interpretativo, o historiador apresenta o forte elo entre o projeto das elites na urbanização de São Paulo e o povoamento das várzeas por ex-escravos expulsos do centro e, a partir

de 1885, por imigrantes italianos e portugueses que sobreviviam da extração e do transporte da areia e da argila. O rio foi sendo dominado pela força dos interesses ferroviários, da industrialização, do esgoto e do lixo, que acompanharam o crescimento demográfico da cidade.

A preocupação com a recuperação do rio Meia Ponte é um tema frequentemente apresentado em projetos, tanto pelas autoridades municipais e estaduais, quanto por instituições e órgãos independentes, porém, resultados concretos nem sempre são alcançados. A discussão sobre o rio Meia Ponte, geralmente está ligada à cidade de Goiânia, pois sua realidade é uma consequência da construção e posterior crescimento urbano, e é neste cenário que, na década de 2010, surgem dois estudos acadêmicos que tratam o rio como objeto central, situação até então, rara. A pesquisadora Ângela Ciccone Pinto (2014), em sua dissertação, *Os (dis) cursos do rio: um estudo de história ambiental sobre o rio Meia Ponte na cidade de Goiânia*, estuda o curso do rio na cidade de Goiânia e a relação dos moradores com ele. Outro trabalho referente ao rio foi produzido por Diogo Isao Santos Sakai (2015), *As margens do rio no desenvolvimento de Goiânia: Meia Ponte, paisagens em transformação*, no qual o autor promove um debate sobre a situação da paisagem do rio na cidade. Assim, após a leitura desses trabalhos, verificamos que havia ainda uma lacuna a ser explorada, deste modo, buscamos em diversos autores que analisam a relação entre rios e cidades algumas respostas que, de certa forma, nos auxiliasse com intuito de compreender a relação entre Goiânia e o rio Meia Ponte. Mais ainda, fomos buscar o rio nos relatos de alguns pioneiros de Goiânia, além de analisar um vasto conjunto de reportagens sobre o rio a partir do ano de 2010 até 2020.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa partiram da busca por vários documentos que relatam a importância desse rio para a cidade de Goiânia, desde sua construção, como alguns planos urbanísticos, em destaque o plano de Atílio Corrêa Lima – elaborado entre os anos de 1933 e 1934 – e Armando de Godoy. Os planos diretores das décadas entre 1950 e 1970, produzidos por Luís Saia e Jorge Wilhein, que diretamente e indiretamente influenciaram no aumento da degradação do rio, pois de certa forma não conseguiram implantar uma estratégia de preservação do Meia Ponte, e mais, não houve na prática a inserção do rio de forma positiva e concreta no espaço urbano de Goiânia.

Assim, foram analisados decretos, folhetos, propagandas governamentais, livros escritos durante as primeiras décadas da construção de Goiânia, como, por exemplo, *Como nasceu Goiânia (1938)* de Ofélia Sócrates Monteiro e *A luta na Epopeia de*



*Goiânia* (1942) de Geraldo Teixeira Alvares; fontes ligadas à imprensa, como o “O Popular<sup>1</sup>”, “Folha de Goiaz<sup>2</sup>” e “Diário da Manhã<sup>3</sup>”. Entretanto, tais fontes foram analisadas sempre com um olhar crítico, compreendendo o contexto histórico em que foram produzidas, tendo como embasamento as propostas de Tânia Regina Luca (2005), que nos orienta a levar em conta alguns aspectos de análises de fontes jornalísticas como: público-alvo; local de publicação; procedimentos tipográficos e ilustração. Estas análises são de extrema importância, pois segundo a autora, influenciam o modo como é apresentado o objeto.

Com o objetivo de compreender melhor a realidade do rio Meia Ponte, foram feitas algumas visitas às margens do mesmo, situadas nos setores Vila Morais, Vila Coronel Cosme, Setor Balneário Meia Ponte e Negrão de Lima. Tais visitas proporcionaram algumas imagens que demonstram o rio em uma situação degradante, provocando em nós uma sensação de revolta. Algumas dessas imagens serão apresentadas em nossa pesquisa.

É importante informar que mesmo encontrando barreiras causadas pela pandemia da Covid 19 – pois a maioria das bibliotecas, museus, arquivos, prédios públicos estavam fechados – conseguimos atingir de certa forma nossos objetivos na pesquisa. Infelizmente, algumas entrevistas que, com certeza, iriam enriquecer nosso trabalho ficaram inviáveis, pessoas que conviveram com o rio Meia Ponte limpo e saudável e que assistiram a sua degradação atual, como por exemplo o escritor Waldomiro Bariani Ortêncio, que, por muitas vezes narrou suas aventuras no rio Meia Ponte em tempos de criança.

Em relação ao referencial teórico, utilizamos autores ligados à perspectiva da História Ambiental, pois percebemos que a temática propicia o encontro entre as ciências humanas e as ciências naturais, ponto-chave do nosso estudo. Assim, fugimos um pouco de uma visão política de um determinado tema, promovendo outros estudos, outros debates, como sugere Pádua (2010, p. 82), “A cena política, porém, não é suficiente para explicar a emergência de um enfoque ambiental na pesquisa histórica”; Donald Worster

---

<sup>1</sup>Esse jornal é uma das ramificações de uma grande indústria de comunicação, Fundação Jaime Câmara, vinculada à Rede Globo. Essa empresa abarca os formatos digitais, impressos e de transmissão, via canal aberto. Por sua abrangência, é o mais significativo veículo/instrumento de formação de opinião na cidade, fundado no ano de 1938.

<sup>2</sup>Fundado por Gerson de Castro Costa no final da década de 30 e, extinto em 1984. Considerado o primeiro jornal diário de Goiás

<sup>3</sup>Fundado 1980 pelo casal Batista Custódio e Consuelo Nasser, foi fechado em 1984 por falência e reaberto em 1986 por Custódio. Ainda está em circulação no estado.

(1991), pioneiro nos estudos relacionados a História Ambiental, afirma que esta perspectiva surgiu na década de 1970, referente a movimentos ambientalistas entre cidadãos de vários países, principalmente entre Estados Unidos e Europa; e José Augusto Drummond (1991), que reforça ser a História Ambiental, “o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais inclusive as aplicadas pertinentes ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas” (DRUMMOND, 1991, p. 5).

Através dessa perspectiva, podemos analisar os rios com um novo olhar, procurando outros significados que podem estar relacionados a grupos sociais, econômicos, políticos, culturais e até mitológicos. Os rios podem ser vistos como lugares de memórias, de histórias, de territórios que permitem compreender com muita clareza uma história humana que esteve e está ligada às condições ambientais, como observado no livro organizado por Gilmar Arruda (2008), *A natureza dos rios: histórias, memórias e territórios*. A coletânea reúne especialistas no assunto e corresponde a uma aproximação dos historiadores com um objeto que era preferencialmente abordado por geógrafos, engenheiros e ambientalistas, contribuindo para compreender o significado cultural da água, a importância material desta para as sociedades humanas e as mudanças produzidas nos rios pela ação humana. Para o autor, a relação do ser humano com os rios foi se modificando com a chegada da modernidade, pois no século XX o que se concretizou foi a tentativa de domínio da natureza pelo homem e conseqüentemente, dos rios. Desta forma, Arruda (2008, p. 108) afirma que “dominar a natureza para construir a civilização é, antes de tudo, uma operação de construção de uma ideia de natureza.” Portanto, se no século XIX os rios eram uma espécie de estradas móveis, no século XX se tornaram também uma fonte de energia, papel que o rio Meia Ponte recebeu.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, analisamos a relação entre rios e cidades de forma geral através de uma revisão bibliográfica, destacando a harmonia que existia entre os rios e as cidades; a conseqüente ruptura desse equilíbrio devido ao crescimento urbano e a tentativa de reconciliação entre as cidades e seus rios, caracterizados por planos de recuperação e preservação que buscam a interação entre a população e o rio. Em seguida, debruçamo-nos na historiografia goiana à procura de estudos sobre o Meia Ponte, principalmente no espaço da capital, buscando perceber as razões do silêncio sobre este curso d’água em obras que abordam a cidade de Goiânia. Finalizamos este capítulo procedendo à uma revisão bibliográfica sobre a construção de Goiânia, dialogando com alguns autores que analisaram a mudança da capital do estado de Goiás.

No segundo capítulo, voltamos à abordagem do rio Meia Ponte e da cidade de Goiânia, mas numa perspectiva diferente da explorada no primeiro capítulo – que foi a de analisar como o rio e a cidade foram abordados pela historiografia. O objetivo neste capítulo é o de aprofundar na análise sobre o rio Meia Ponte, primeiramente em seus aspectos físicos – como nascentes, seu percurso, vegetação – e em seguida compreender a sua importância para o projeto da nova capital, através dos primeiros planos urbanísticos elaborados por Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy. Por meio da literatura, fontes jornalísticas e relatos de pioneiros de Goiânia, buscamos mostrar que nos primeiros tempos havia uma relação harmoniosa entre o Meia Ponte e a cidade – um rio do lazer – diferente de sua realidade atual.

O terceiro capítulo é dedicado à investigação sobre os problemas decorrentes da apropriação do rio pela cidade. De forma cronológica, analisamos as décadas seguintes, de 1950, 1960 e 1970 que se referem ao crescimento desordenado da capital ligado à especulação imobiliária que, por sua vez, produziu loteamentos regulares em locais impróprios, bem como as ocupações irregulares que contribuíram para a degradação dos cursos d'água de Goiânia. Ainda foram analisados neste capítulo os planos urbanísticos elaborados por Luís Saia e Jorge Wilhein, no sentido de compreender os projetos propostos para as áreas verdes da capital. Finalizamos apresentando uma análise serial de reportagens do jornal *O Popular* entre os anos de 2010 e 2020, com base nos temas mais noticiados, relacionados ao rio Meia Ponte.

## **CAPÍTULO 1 – RIOS E CIDADES**

O historiador francês Laurent Vidal (2010, p. 105) em artigo intitulado *Poética da cidade-rio na História do Brasil*, nos lembra que “O encontro do rio e da cidade marca o encontro do espaço e do tempo; e, no encontro do espaço e do tempo, nascem histórias, começa a História”. Diante disto, percebemos que o estudo dos rios enquanto objeto de pesquisa das ciências humanas ainda é escasso, apesar de certo impulso a partir da perspectiva da História Ambiental, que vem valorizar o diálogo entre as ciências naturais e sociais, impulsionada pelos movimentos ambientalistas da década de 1970. Essa situação pode ser observada em relação ao rio Meia Ponte na cidade de Goiânia, na qual a historiografia é mínima, percebida apenas em algumas citações em relatórios e documentos relacionados à construção da capital e seu desenvolvimento nas décadas

seguintes. Entretanto, esta realidade está se modificando, pois a década de 2010 é marcada por textos que protagonizam o rio Meia Ponte.

Buscamos também, fazer uma revisão bibliográfica referente à transferência da capital no estado de Goiás para reforçar um dos pontos levantados que justificasse a mudança: a questão hídrica. Apresentamos relatórios e os planos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy com o intuito de compreender a construção da nova capital e seu crescimento desordenado nas décadas seguintes. Desta forma, foi notado que a não execução dos primeiros planos urbanísticos foi um dos fatores que provocaram a degradação dos cursos d'água de Goiânia.

### 1.1. Harmonia, ruptura, reconciliação entre as cidades e seus rios.

A relação dos rios e as cidades têm início há cerca de 6000 a.C., quando o ser humano passa por um processo de sedentarismo. Neste cenário, o papel dos rios foi primordial. Sem dúvidas que a presença ou ausência de água escreve a história, cria culturas e hábitos, determina a ocupação de territórios, vence batalhas, extingue e dá vida às espécies, determina o futuro de gerações sobre o tema Jean-Louis Michelot dizia que:

“a maior parte das grandes cidades são situadas à beira de um curso d'água donde sua presença oferece atrativos consideráveis: água para a alimentação, a indústria, possibilidade de navegação, de deslocamento fácil no vale, solo geralmente fértil, relevo plano do vale ...” (MICHELOT, apud VIDAL, 2010, p. 116).

Assim, em uma viagem pela história, percebemos que as primeiras cidades e, conseqüentemente, as primeiras civilizações surgem aliadas aos rios, pois existia uma dependência social, econômica e religiosa entre a civilização e seus rios.

Tanto a região da Crescente Fértil, que comportava algumas das principais civilizações da Antiguidade, como a egípcia e a mesopotâmica, quanto as civilizações do Vale do rio Hindu e rio Amarelo, tinham suas relações estreitadas por vínculos econômicos, sociais e também religiosos, que eram comuns ao período. Neste sentido, além da óbvia necessidade da água para abastecimento, segundo Baptista e Cardoso (2013, p. 127), os rios forneciam “comércio e comunicações”. No caso específico do Egito, o historiador Heródoto<sup>4</sup> afirmou que “O Egito é uma dádiva do Nilo”,

---

<sup>4</sup>Historiador grego que viveu entre 485 a 425 a. C., denominado por muitos como “pai da história”, pois foi pioneiro em relatar fatos históricos, e descrever civilizações da Antiguidade (VAINFAS, 2014).

demonstrando claramente a importância do rio para o surgimento e consolidação de uma das maiores civilizações da história. Por sua vez, a contribuição deste rio vai além do fornecimento de água para o simples consumo, pois o rio representava uma espécie de divindade para aquela civilização (COSTA, 2014).

Ainda segundo Baptista e Cardoso (2013, p. 17), a história da civilização está extremamente ligada aos rios, lagos e mares, não somente pela necessidade do insumo fundamental, mas também pela ótica cultural e estética. Neste sentido, Baptista e Cardoso (2013) afirma que os textos consagrados de cronistas ou historiadores deveriam ressaltar a importância dos rios para as cidades, como na citação abaixo.

[...] a capital do povo dos parísios é uma pequena ilha que repousa no rio; uma muralha a circunda completamente. [...] O nível do rio raramente sobe ou desce; sua água é límpida para olhar e muito agradável para beber. Pois os residentes, por morarem numa ilha, precisam obter sua água principalmente do rio [...] (JONES, apud BAPTISTA e CARDOSO, 2013, p. 127).

Apesar da crítica de Baptista e Cardoso (2013) referente à ausência dos rios em relatos ou textos consagrados, percebemos que existem narrações, descrições dos rios pela história, mesmo que não seja algo contínuo ou frequente. Acima aparece uma descrição do imperador romano Juliano no ano de 358, referente ao sítio que hoje dá o nome da capital da França, Paris. A narrativa reforça a dependência de centros urbanos com seus cursos d'águas, daí a importância de incluí-los em narrações ou descrições na história. Ainda neste contexto, mencionamos também a *Utopia* de Thomas More (1478-1535), na qual o escritor inglês apresenta detalhes interessantes sobre a cidade de Amaurota, que alimenta seu paradigma de sociedade ideal. Na descrição, é caracterizada a relação harmoniosa entre ambiente natural e social, descrevendo o rio Anidra, que se torna exuberante devido aos seus afluentes (MORE, 2004, p. 61).

Ainda em relação ao contexto europeu, não podemos esquecer do majestoso Danúbio, importante rio que em seu percurso atravessa dez países, se tornando durante a história objeto de disputa entre governos europeus. Esse rio chegou a ser tema para inspiração do romantismo europeu, afirmar a própria existência (e controle) dos Habsburgos sobre o rio, conforme foi comissionada a famosa valsa, “Danúbio Azul”, composta em 1866 por Johann Strauss II<sup>5</sup> (MACEDO, 2018, p. 47).

---

<sup>5</sup>Johann Strauss (1825-1899) foi um importante músico, compositor e regente austríaco. É o autor da famosa obra clássica, a valsa “Danúbio Azul”. Recebeu a glorificação popular com o título de “O Rei da Valsa” (FRAZÃO, 2019).

Em outro aspecto, muitas cidades receberam denominações referentes aos seus rios, como exemplo as cidades de Villefranche-sur-Saône, na França, Newcastle-upon-Tyne, na Inglaterra, Rothembourg-ober-der-Tauber, na Alemanha, esta última, considerada uma das cidades mais românticas deste país e certamente, os passeios no rio Tauber fazem parte do pacote. No Brasil também não é diferente, algumas cidades foram denominadas a partir de seus rios, como por exemplo as cidades paulistas de Sorocaba e Piracicaba, a cidade de Cuiabá (MT) ou estados da federação, como Tocantins, devido ao imenso rio Tocantins e o estado do Paraná, referente ao rio Paraná, principal formador da Bacia do Prata.

Em relação ao panorama asiático, temos o exemplo maior de ligação entre um povo e um rio: os indianos e o rio Ganges. Com grande extensão, em torno de 2.500 km, o rio Ganges tem a admiração quase sacralizada de todo povo da Índia, representando aquilo que é considerado uma das divindades mais poderosas daquele país. Desta forma, os indianos acreditam que pelo menos uma vez na vida, devem fazer uma peregrinação ao rio, como um processo de purificação (NAIME, 2015).

**Figura 1:** Festival religioso às margens do rio Ganges.



Fonte: NAIME, 2015.

Segundo Roberto Naime (2015), a relação entre os indianos e o rio Ganges é o maior exemplo de que um rio é mais do que um corpo d'água, pois o Ganges é a própria história da Índia. O Ganges pode ser um exemplo primordial para entender essa relação humana com os rios, mas não é o único exemplo de cursos d'águas que são venerados.

Em relação ao continente africano, além do já citado rio Nilo, muitos impérios e reinos recebiam a denominação de um rio, como por exemplo, o Reino do Congo, em

referência ao rio Congo. Muitos deles serviam como referência para delimitar territórios, além é claro, de serem utilizados como locais de pesca, caça e abastecimento pelos povos africanos. No século XIX, ingleses aventureiros que buscavam por metais preciosos usam os rios africanos como ponto de referência, entre eles, o rio Níger e o rio Zambeze (MACEDO, 2018).

Na América do norte, Macedo (2018, p. 44) afirma que os rios eram cultuados como local de vida sagrada, como o salmão. Os índios nativos norte-americanos da costa noroeste virado ao Oceano Pacífico acreditavam que os salmões eram seres divinos que subiam os rios em benefício da vida das pessoas. E quando morriam esses peixes, voltavam a uma imensa moradia debaixo do oceano onde se banquetevam em forma humana. No século XIX, o rio Mississipi fora utilizado como rota fluvial para a expansão estadunidense rumo ao oeste, situação semelhante do Brasil. Segundo Paulo de Assunção (2012), durante todo o período colonial os rios permitiam aos colonizadores conhecer o Novo Mundo, produzindo assim, vários relatos referentes ao território. Ainda sobre o tema, o autor diz “Numa terra tão vasta como o Brasil, as navegações foram uma necessidade e a maneira mais fácil de avançar pelo território” (ASSUNÇÃO, 2012, p. 105). Já sobre a navegação dos rios brasileiros no século XIX, Assunção (2012) afirma que está ligada às atividades comerciais e de ocupação do território, pois ainda carecia de outras vias para locomoção.

Apesar de não ser nosso foco, seria justo pelo menos mencionar a relação harmoniosa entre nossos indígenas e os rios, em um quadro amplo e geral. Assim, em especial, citamos a tribo dos karajás, que habitam as margens do rio Araguaia há muito tempo. A relação entre os karajás e o rio Araguaia é tão intensa que o rio corresponde ao surgimento, segundo a mitologia desta tribo, da origem da humanidade. Segundo este mito, “os Iny que habitavam o Berahatxi, o mundo subaquático, patamar inferior do cosmos, descobriram uma passagem para o mundo de fora e saíram para viver às margens do Araguaia” (NUNES, 2016, p. 30). E assim se configura em quase todas as culturas indígenas brasileiras: Makurap, Aruá, Ajuru, Jabuti, segundo Mindlin (2012), pois a água e consequentemente os rios, se difundem na história dos nossos indígenas.

Em alguns exemplos, os rios são a própria representação da cidade, como por exemplo, a cidade de Remanso, na Bahia. Segundo Gandara (2013, p. 5), a cidade surge com esta denominação devido às águas do rio São Francisco, que no local correm “vagarosamente, como se estivessem paradas naquele trecho”. Em outro momento, a autora descreve a cidade de Parnaíba (PI), demonstrando a importância da cidade durante

o período imperial no Brasil, em questão, as características comerciais, devido ao rio com mesmo nome, Parnaíba. Neste sentido, percebemos dois exemplos de cidades que estão ligadas diretamente aos seus rios, tanto pelo aspecto cultural, quanto pelo laço comercial.

Também citamos o rio Tietê, o principal rio paulista, na qual sua imagem referente ao espaço urbano da capital do estado de São Paulo é apresentada por sua poluição ou diversas enchentes. Mas por outro lado, buscamos outra visão do rio, descritas pelo poeta Mario de Andrade:

Meu rio, meu Tietê, onde me levas?  
Sarcástico rio que contradizes o curso das águas  
E te afastas do mar e te adentras na terra dos homens,  
Onde me queres levar?...  
Por que me proíbes assim praias e mar, por que  
Me impedes a fama das tempestades do Atlântico  
E os lindos versos que falam em partir e nunca mais voltar?  
(ANDRADE, apud OLIVEIRA, 2014, p. 2).

O rio Tietê durante o período colonial foi a principal via fluvial de bandeirantes que se aventuravam no sertão da colônia. Em outra realidade, correspondentes aos séculos XIX (Império) e início do XX (República), segundo Oliveira (2014), o rio era lugar de lazer e entretenimento, permitindo a pescaria, a prática de esportes aquáticos, como remo e natação, além de piqueniques e partidas de futebol em suas margens. Este fato se confirma também nas palavras do historiador Taunay, quando afirma que “bandos e bandos de indivíduos de ambos os sexos, iam banhar-se no Tietê e nas lagoas por ele formadas no seu extravasamento” (TAUNAY, apud GOUVEIA, 2016, p. 3). Essa realidade também é descrita por Gorski (2010):

Em relação ao rio Tietê, o processo de ocupação foi um pouco mais lento, pois naquela direção a ocupação urbana se deu mais intensivamente a partir de meados do século XIX, quando se construiu a primeira ferrovia (1867) – a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí – ligando o interior do estado ao porto de Santos. As várzeas do Tietê eram usadas para atividades diversas, como pesca, recreação, hortas e lavagem de roupas (GORSKI, 2010, p. 35).

Podemos ainda citar outros exemplos de cidades ribeirinhas consideradas de grande porte, onde seus rios são parte de atrações turísticas, ainda que eles estejam poluídos ou tendo suas características físicas alteradas: Recife, Cuiabá, Manaus e Porto Alegre. Belém do Pará é um exemplo significativo, segundo Gorski (2010), a cidade se situa em posição estratégica à beira do rio Guamá – que conflui a outros rios e, logo depois da baía de Marajó, se encontra com o mar – que possibilitou no século XVII a



ligação direta com a metrópole portuguesa, que, através da rede hídrica na Bacia Amazônica, passara a controlar o norte do Brasil.

Em certas regiões do Brasil, algumas populações ribeirinhas tiveram, e ainda têm, seu cotidiano associado pelos rios e córregos, por exemplo na utilização da água nas habitações – consumo e banho – na ativação de engenhocas como monjolos ou roda d’água – que servem como máquina hidráulica rústica destinada a moagem de grãos – além de serem espaços de lazer como o futebol de várzea. Os leitos fluviais também são utilizados como deslocamento para lavagem de roupas e atividades de extração. Para exemplificar este panorama, citamos o rio São Francisco, que percorre vários estados do país:

O rio São Francisco é considerado um dos rios mais importantes do Brasil e da América do Sul. É no Nordeste, onde percorre o maior trecho da sua extensão, que o Velho Chico se torna fundamental para a sobrevivência de milhões de ribeirinhos [...] A relação dos ribeirinhos com o Velho Chico é de muita dependência. Os índios kiriris, por exemplo, vivem em uma aldeia em Muquém de São Francisco e dependem do rio para tudo. Por isso, o tratam como um pai que precisa de cuidados (GASPAR, 2017, s/p).

Diante disto, percebemos que os rios podem apresentar vários significados, relacionados a grupos sociais, econômicos, políticos, culturais e inclusive, mitológicos. Os rios são lugares de memórias, de histórias, de territórios que permitem compreender com muita clareza uma história humana que esteve e está ligada a condições ambientais, ampliando o conceito de rio. Neste sentido, para Arruda (2008), o século XX concretizou a tentativa de domínio da natureza pelo homem e, conseqüentemente, dos rios. Segundo o mesmo autor, “Dominar a natureza para construir a civilização é, antes de tudo, uma operação de construção de uma ideia de natureza.” (p. 108). Se no século XIX os rios eram uma espécie de estradas móveis, no século XX se tornaram uma fonte de energia. Desta forma, pode-se dizer que houve uma ruptura que era harmoniosa entre os rios e as cidades.

Segundo Baptista e Cardoso (2013, p. 131), os rios começaram a sentir os impactos do crescimento urbano<sup>6</sup> no final das “Idades Antiga e Média”, para eles mesmos receberam “elevadas cargas sanitárias, resíduos das atividades comerciais e

---

<sup>6</sup>A professora e pesquisadora titular da Universidade Estadual de Goiás, Milena D’ Ayala Valva, recomenda a utilização do termo “crescimento urbano” ou “agenciamento do espaço urbano”, pois a urbanização é um processo que se iniciou no século XVIII.

manufatureiras, poluição urbana difusa, ocupação de margens etc.” Esta situação se agravou com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra por volta de 1760<sup>7</sup>.

As condições de salubridade das cidades e de seus rios – já precárias deterioraram-se ainda mais ao final do século XVIII, com o advento da revolução industrial, sendo os grandes rios convertidos em fontes privilegiadas de abastecimento para as indústrias e, ao mesmo tempo, receptores de águas residuais altamente contaminadas (REYNOSO, apud BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 132).

Assim, percebe-se que a função dos rios urbanos foi se modificando, sendo transformada em fontes de abastecimento para a Revolução Industrial além de serem locais de desejo provocando desse modo, sua degradação. Madureira (2015), também analisa a situação:

Esta relação de dependência perdeu importância com as amplas transformações derivadas da Revolução Industrial, que alteram drasticamente a relação estrutural e funcional entre as cidades e os seus rios. Na verdade, ainda que a industrialização seja habitualmente associada ao despoletar dos problemas ambientais nas cidades, na realidade os impactos da urbanização sobre os cursos de água sempre se fizeram sentir (MADUREIRA, 2015, p. 28).

Baptista e Cardoso (2013) e Madureira (2015) identificam que a urbanização trouxe prejuízos para os rios, entretanto, a escala destes prejuízos era muito menos alargada até à Revolução Industrial, na qual estes foram potencializados. Assim, as condições ambientais das cidades estão num contínuo estado de transformação, acompanhando as mudanças sociais e econômicas das próprias cidades.

O rio Tâmisa, em Londres é um ótimo exemplo de ruptura entre a cidade e o rio, pois o mesmo era utilizado como importante via fluvial até o século XVIII, além é claro, de pertencer ao espaço urbanístico da capital inglesa. Com a Revolução Industrial, crescimento urbano e falta de tratamento de esgoto, o rio foi considerado morto em meados do século XIX, recebendo inclusive a terrível denominação de Grande Fedor.<sup>8</sup>

O rio Sena, em Paris, é outro importante curso d'água europeu que sofreu com o crescimento urbano e conseqüentemente com a falta de infraestrutura. Baptista e Cardoso (2013) afirmam que diferentemente do passado, quando o rio era utilizado como local de sustento e como uma espécie de muralha de defesa da cidade, atualmente “O Sena, que

---

<sup>7</sup>Segundo o historiador Gilberto Cotrim (2012), a Revolução Industrial teve início na Inglaterra no início da segunda metade do século XVIII.

<sup>8</sup>Termo utilizado pela população de Londres no auge do mau cheiro do rio (SANEAMENTO EM PAUTA, 2020).

originalmente chegava a 500 metros de largura na cidade, hoje não supera 200 metros” (p. 129). Triste realidade para o rio que, mesmo assim, é peça importante do turismo parisiense.

Voltando ao rio Ganges, a realidade atual não é favorável, mesmo sendo considerado um rio sagrado para o povo indiano. De acordo com Roberto Naime (2015), o rio sofreu com o crescimento urbano, problema comum aos rios urbanos, além de ser também local de descarga de esgoto. Outro problema mencionado pelo autor é a quantidade exorbitante de curtumes<sup>9</sup> localizados em suas margens que, em sua maioria, não tem um tratamento de efluentes industriais<sup>10</sup> colaborando, assim, para a poluição do rio.

O Tietê também não foge à realidade referente ao crescimento urbano que foi impulsionado pelo ciclo do café do século XIX e início do século XX. Deste modo, o rio se torna o depósito de esgoto da cidade de São Paulo que estava em crescimento, que por sua vez passou a sofrer com problemas de inundações (BAPTISTA; CARDOSO, 2013). Este quadro também é descrito por Oliveira (2014) que diz:

Em 1901 já se falava que as águas do rio Tietê eram poluídas em função da criação de suínos na região de Mogi das Cruzes e Guarulhos e do despejo de esgoto, sem tratamento, das moradias ao seu redor. A implantação de indústrias no entorno e o despejo de resíduos industriais colaborou para o aumento da poluição (OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Nas décadas do século XX que se seguiram, a situação do rio só piorou, pois o crescimento populacional de São Paulo continuou e de forma desorganizada. O esgoto de casas e indústrias era jogado no rio sem nenhum tipo de tratamento, o que causou a poluição e contaminação das águas do Tietê. Esta cena se repetiu em vários rios urbanos pelo país. A propósito, Gorski (2010) também reitera os graves prejuízos causados aos rios devido ao crescimento urbano e industrial. De fato, segundo a autora, os rios urbanos que já vinham passando por grandes transformações, em especial a partir da intensa urbanização ocorrida após a década de 1950, têm sua condição de deterioração agravada

---

<sup>9</sup>Curtume são operações de processamento do couro em seu estado cru, com objetivo de comercialização com indústrias que por sua vez, transforma em roupas, calçados, acessórios e outros. Porém, tal processo, sem uma consciência ambiental, provoca uma grande poluição aos rios, devido aos resíduos do couro que são jogados diretamente nos rios.

<sup>10</sup>De acordo com a norma brasileira da ABNT – NBR 9800/1987, efluentes industriais são despejos líquidos provenientes das áreas de processamento industrial, incluindo os originados nos processos de produção, as águas de lavagem de operação de limpeza e outras fontes, que comprovadamente apresentem poluição por produtos utilizados ou produzidos no estabelecimento industrial.

por causa da precariedade do saneamento básico; devido a crescente poluição ambiental provocando alterações hidrológicas e morfológicas; e por fim, em razão à ocupação irregular de suas margens.

As consequências do crescimento urbano para os rios são semelhantes a todos. Deste modo, Baptista e Cardoso (2013, p. 133) afirmam que “no tocante à qualidade das águas, o aumento da carga orgânica e de poluentes reduz, substancialmente, a biodiversidade e a potencialidade de seus usos múltiplos”. Isto, segundo os autores, provoca a redução da infiltração e o aumento do volume e da velocidade do escoamento superficial acarretam a antecipação e o aumento dos picos dos hidrogramas de cheias. Baptista e Cardoso (2013, p. 133), ainda criticam a canalização dos cursos de água, pois para os autores este procedimento “[...] agrava o quadro, levando a crises de insuficiência nos sistemas de drenagem e ao conseqüente aumento na frequência de inundações, com impacto direto nas áreas ribeirinhas.” Os autores apresentam um quadro que demonstra de forma bem didática, os impactos causados pelo crescimento urbano em relação aos rios urbanos.

**Figura 2:** Impactos da urbanização sobre as águas e os rios.



Fonte: BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 134.

Desta forma, o processo de degradação dos rios urbanos se assemelha a um efeito cascata, ou seja, um evento em cadeia no qual neste caso é gerado pelo crescimento

urbano. Diante disso, o que resta é um sentimento geral a respeito do estado dos rios urbanos que parece repetir sempre a mesma canção saudosista e nostálgica – como já foram significativos. Quantas lembranças de sua balneabilidade, de quanto representavam fonte de riqueza para o desenvolvimento da sociedade e para a formação das paisagens, no processo de interação com o meio urbano. Quando se percebe, o rio se foi, se tornando algo indiferente ao olhar dos habitantes das cidades.

O rio resiste como pode, mas a natureza também tem o seu limite. E um dia, quando os moradores da cidade finalmente se dão conta, o rio está morto. Seria este um castigo merecido, mas a natureza às vezes é tolerante e dá aos humanos uma segunda chance. Porque o rio se renova incessantemente e, ao se renovar, permite que os erros do passado sejam corrigidos [...] (SCLIAR, apud PRESTES, 2012, p. 3).

De acordo com Gorski (2010), um dos principais problemas relacionados à degradação dos rios e mananciais, seja em função de atividades urbanas ou não, é a escassez qualitativa da água enquanto fonte de vida e manutenção do desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, podemos perceber dois fatores distintos, porém interligados em relação à água: primeiro, a questão da quantidade de água necessária a ser utilizada em atividades humanas e segundo, a qualidade desta água. Todavia, não podemos excluir a visão de um rio poluído e degradado em relação a sua paisagem, que neste caso, incita, uma visão de abjeção.

Segundo Gorski (2010, p. 23) a preocupação com “distúrbios ambientais” vem progredindo mais expressivamente a partir do final da década de 1960, com os movimentos e conferências mundiais sobre meio ambiente promovidos desde então. Assim, houve uma revisão das ações antrópicas sobre as Bacias Hidrográficas e, de forma mais ampla, sobre os recursos hídricos.

Durante a década de 1990, diversas cidades, predominando as situadas em países desenvolvidos, implementaram planos e projetos considerados modelos – no que tange ao tratamento de sistemas ou corredores fluviais urbanos – sob o ponto de vista de integração com o meio urbano e com a microbacia ou bacia hidrográfica em que se inserem (GORSKI, 2010, p. 24).

Neste contexto, em 1992 foi assinado um documento por 179 países, denominado Agenda 21 em que, se propuseram criar soluções para os problemas socioambientais mundiais, baseando-se no seguinte pensamento: “pensar globalmente, agir localmente”. A Eco 92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Dentre seus vários capítulos, destacamos

o 18, que se refere à Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos que neste caso, propõem algumas ações e medidas para as águas continentais conforme segue: a) Avaliação dos recursos hídricos; b) Abastecimento de água potável; c) Proteção da qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos; d) Água e desenvolvimento urbano sustentável; e) Avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos. A Agenda 21 incentivou vários países, inclusive o Brasil, a investir na preservação e recuperação dos recursos hídricos, promovendo assim, uma tentativa de reconciliação entre os espaços urbanos e seus recursos hídricos (REVISTA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO SENADO FEDERAL, 2012).

Atualmente, é notável o interesse crescente pelo tema de recuperação de áreas degradadas não só no meio acadêmico. A mídia tem veiculado notícias sobre recursos hídricos em processo de despoluição, implementação de parques lineares, remoção de população das áreas ribeirinhas ou de proteção de mananciais, demonstrando, assim, preocupação com as áreas de risco para a população e para o ambiente urbano.

A Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), com participação da Emater/MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e do Igam (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) assinou com 14 prefeituras mineiras, em Belo Horizonte, um Termo de Cooperação Técnica. O documento vai possibilitar o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Pró-Mananciais e Cultivando Água Boa, para a adequação de estradas vicinais, construção de bacias de contenção de água de chuva e conservação de solo e água. São Sebastião do Paraíso e Itaú de Minas estão entre os municípios da região que participarão do projeto (NOGUEIRA, 2017, s/p).

Em 2019, o então governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciou um projeto de despoluição do rio Pinheiros, cujo objetivo era de construir uma grande infraestrutura para tratamento de esgoto e recuperação hídrica.

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) anunciou nesta sexta-feira (10) que assinou os últimos quatro contratos, no valor total de R\$ 459 milhões, necessários para cumprir promessa do governador João Doria (PSDB) de limpar o rio Pinheiros até 2022. Os contratos fazem parte de um conjunto de investimentos estimado em R\$ 1,7 bilhão para limpeza do rio e vão ampliar a coleta e o tratamento do esgoto de 164 mil imóveis em sub-bacias da região metropolitana. Segundo a companhia, as obras vão beneficiar diretamente uma população de quase 490 mil pessoas em todo o entorno [...] (REUTERS, 2019, s/p).

Devido aos problemas causados pela degradação dos cursos d'água, como a falta de água própria para o consumo que neste caso, prejudica o abastecimento de cidades,

muitos projetos de recuperação destes cursos d'água, foram e estão sendo executados. Todavia, nota-se que muitas autoridades municipais e regionais também se mostram preocupadas com a paisagem próximas aos cursos d'água, neste sentido o que se percebe é a execução de medidas ligadas a projetos de interação entre o espaço urbano, o curso d'água e a população, buscando assim uma tentativa de reconciliação. Para exemplificar este cenário de tentativa de reconciliação, apresentamos um projeto na cidade de Goiânia, onde além da recuperação e proteção do curso d'água, tivemos a construção de uma nova paisagem, que buscava a interação da população por meio do lazer.

Diversas frentes de serviço dão andamento às obras do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (Puama). Implantação de novas vias; proteção de margens; obras de micro e macro drenagem; paisagismo; recuperação de fundos de vales; implantação de núcleos de estar; execução de pistas de ciclismo e caminhada e várias outras intervenções que dão forma ao trecho licitado do Parque Linear Macambira (PORTAL GOIÂNIA, 2015).

O projeto acima se refere à recuperação do vale do córrego Macambira Anicuns na cidade de Goiânia, iniciado na gestão do prefeito Pedro Wilson (PT), ano de 2004. O projeto objetivava além da recuperação dos recursos hídricos, reinserção do córrego ao espaço urbano da cidade. Chama a atenção, pois tal projeto foi o primeiro localizado na periferia de Goiânia, onde os parques dessa estrutura ainda são espaços escassos.

**Figura 3:** Trecho recuperado do córrego Macambira Anicuns em Goiânia.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 2011.

**Figura 4:** Pista de trilha no Parque Macambira Anicuns.



Fonte: PESNOCERRADO, 2020.

Mas segundo Gorski (2010), muitos dos planos nacionais de recuperação de rios dificilmente são implementados, ou apenas parcialmente, devido à falta de investimentos neste setor. Outro fator que a autora cita é a falta de vontade política para essa situação. Mais adiante, a autora debate sobre ações práticas referentes às áreas periféricas das regiões metropolitanas brasileiras, em relação aos cursos d'águas:

A atual situação das áreas periféricas das regiões metropolitanas brasileiras, com demanda por habitações regularizadas e acesso à infraestrutura e a serviços, relaciona-se com o equacionamento dos problemas ambientais relativos aos cursos d'água urbanos. A questão ambiental defronta-se, de início, com a necessidade de remoção da população para outras áreas, de implantação de coleta de esgotos e respectivo tratamento, e de água pluviais em galerias específicas [...] (GORSKI, 2010, p. 177).

No caso da remoção de famílias que vivem nas periferias das grandes cidades, em margens de rios ou fundo de vales<sup>11</sup>, precisa-se de um plano de remoção, criando condições favoráveis para que estas vivam em locais mais apropriados. Entretanto, as tentativas de remoções geralmente promovem conflitos entre o poder público e a população em questão, pois na maior parte dos casos são executadas inapropriadamente. Todavia, a perspectiva é pelo que tudo indica, de ampliarem-se os exemplos pelo território

---

<sup>11</sup>Fundo de vales é o ponto mais baixo de um relevo acidentado, por onde escoam as águas das chuvas. O fundo de vale forma uma calha e recebe a água proveniente de todo seu entorno e de calhas secundárias. Com a ocupação urbana estas calhas são canalizadas e ocultadas sob a pavimentação das avenidas (GORSKI, 2010).



brasileiro, de intervenções significativas, tais como parques lineares ao longo de cursos d'água e projetos de recuperação de rios inerentes à paisagem urbana.

Gorski (2010), analisa alguns exemplos de recuperação de rios urbanos no Brasil, como por exemplo, o Projeto Beira-Rio, considerado pioneiro, implementado pela prefeitura do município de Piracicaba (SP), iniciado em 2001. Tal projeto teve como foco a orla urbana do rio Piracicaba e sua articulação com o tecido urbano. Atualmente a recuperação executada pelo projeto obteve significativo sucesso.

**Figura 5:** Projeto Beira-Rio na cidade de Piracicaba (SP), 2015.



Fonte: Prefeitura de Piracicaba, 2015.

Outro projeto, o da bacia do rio Cabuçu de Baixo, reflete o enfrentamento de uma realidade já demonstrada acima, comum as periferias de grandes aglomerados urbanos, a ocupação das margens dos rios e a falta de infraestrutura para a população que habita o local. Este projeto foi desenvolvido ao longo de três anos, de 2002 a 2005, por professores de diversas unidades da Universidade de São Paulo, que promoveram uma nova metodologia para o equacionamento de problemas relativos às águas urbanas, considerando os impactos ambientais do processo de urbanização sobre as bacias hidrográficas. Porém, o projeto não foi concretizado em sua totalidade, somente parcialmente, todavia, o rio Cabuçu de Baixo já demonstra uma nova paisagem devido às primeiras intervenções, segundo Gorski (2010). Mas infelizmente, tudo indica que a situação do rio esteja ruim, pois em reportagem da TV Globo de 2017, a poluição se encontrava em grande escala “Córrego Cabuçu de Baixo, na Freguesia do Ó, desemboca no Rio Tietê levando muito lixo e sujeira por meio de galerias subterrâneas.” (G1.GLOBO, 2017).

Internacionalmente, temos também vários exemplos de reconciliação entre cidades e rios, sendo assim, o próprio Tâmisia, analisado neste texto, obteve sucesso com planos de recuperação. De acordo com Mello (2008), houve uma transferência gradual de parte das atividades do porto para o estuário promovendo um fator indutor de iniciativas de renovação das bordas do Tâmisia. Ainda segundo a autora, em 1969 foi elaborado o *London Development Plan*, que reforçava propostas de plano anterior (de 1943, apenas parcialmente implantado) de criação de melhores acessos públicos, novos caminhos, espaços abertos e mirantes ao longo do rio. Neste cenário, houve transformações na orla do Tâmisia ocorridas desde 1981, como a conquista progressiva das docas e a criação do Passeio do Tâmisia, ao longo da margem sul do rio, animado por atividades diversificadas, comércio, espaços culturais, mercados e terraços de *pubs*.

Neste contexto de reconciliação entre os centros urbanos e seus cursos d'água, um ponto importante a ser mencionado refere-se à conservação da natureza, focando principalmente na vegetação próxima aos cursos d'água, que é imprescindível para a sustentabilidade dos rios urbanos. Assim, para Alves, “Preservar a natureza e conter a expansão humana sobre os ecossistemas visa não só evitar o ecocídio, mas também evitar o suicídio, pois a humanidade não pode viver sem a natureza e sem respeitar o equilíbrio homeostático do clima.” (ALVES, 2017, s/p).

Portanto, é de se perceber a importância da preservação ambiental nesta paisagem de recuperação, pois sem dúvidas, recuperar rios e preservar a natureza são processos que devem andar juntos. Houve um tempo em que os rios eram cultuados, em algumas civilizações eram consideradas inclusive como divindades, entretanto o crescimento urbano provocou uma grande degradação aos rios de uma forma geral, criando uma realidade desoladora. Em meados do século XX, foi demonstrado uma certa preocupação com os aspectos dos rios, promovendo assim, uma tentativa de reconciliação entre os centros urbanos e seus recursos hídricos, pois segundo Pellegrino (2000, p 162), esta reconciliação “pode fornecer ferramentas para se alcançar uma integração plena entre sociedade e natureza, de forma que ambas prosperem a longo prazo”.

## 1.2. O Meia Ponte na historiografia de Goiânia.

A busca pelo rio Meia Ponte na historiografia passa pela leitura de trabalhos relacionados à nova capital. Deste modo, fizemos uma revisão bibliográfica em livros, teses e dissertações que estão diretamente ligados à história de Goiânia com a intenção

de identificar como o rio Meia Ponte é abordado. Por outro lado, na maior parte de nossa análise foi notada uma ausência do rio nesta mesma historiografia, apesar de este ter sido peça importante na construção da nova capital do estado e, posteriormente, em sua consolidação.

Diante disso, percebemos que em documentos e planos referentes à construção da nova capital o rio aparece com frequência, entretanto é bom ressaltar que esta presença está ligada a um discurso técnico, reforçando a importância do rio para a fundação e desenvolvimento de Goiânia. Portanto, neste contexto é compreensivo que o rio seja referido tecnicamente, pois tanto os documentos quanto os planos tinham esse objetivo como no relatório<sup>12</sup> de julho de 1933, quando Armando de Godoy demonstra a potencialidade do rio Meia Ponte para gerar energia, “[...] rio Meia Ponte que apresenta, como disse, uma queda natural com uma potência de cerca de 450 cavalos [...] (apud COELHO; VALVA, 2018, p. 74).

Para entendermos sobre esse discurso técnico onde o rio é mencionado, analisamos dois livros que são considerados os primeiros escritos sobre a capital, denominados como obras pioneiras. Esses textos têm como foco a descrição sobre a transferência e a construção da nova capital do estado. Em primeiro, analisamos o livro *Como nasceu Goiânia* de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro<sup>13</sup> (1938), inicialmente a autora reforça a importância da transferência da capital do estado reforçando o discurso mudancista ligado à desqualificação da Cidade de Goiás. Desta forma, alguns pontos foram apresentados, por exemplo, o aspecto colonial da antiga capital – algo ligado ao atraso –; a falta de infraestrutura; o isolamento e a problemática referente à questão hídrica. Mais adiante, a autora potencializa a nova capital ligando-a a um processo de modernização do sertão, que para ela iria produzir um certo progresso, além de referir Goiânia como um centro urbano planejado. A questão hídrica é utilizada por Monteiro (1938) para reforçar seu argumento sobre a importância da mudança da capital, mesmo assim, o Meia Ponte não ganha espaço em seu discurso, ainda que este curso d’água seja o principal recurso hídrico da região.

---

<sup>12</sup>No livro *Goiânia: a história em documentos* (2015), organizados por Gustavo Neiva Coelho e Milena d’Ayala Valva apresentam alguns documentos referentes ao planejamento para a construção de Goiânia. O livro reúne textos de Atílio Corrêa Lima, Armando de Godoy e Coimbra Bueno.

<sup>13</sup>Carioca de nascimento, porém viveu a maior parte da sua vida no estado de Goiás, primeiro na antiga capital, depois de adulta e já casada, se mudou para a nova capital em 1935 e assistiu de perto a construção de Goiânia. Seu esposo foi nomeado diretor geral da Segurança Pública pelo interventor do Estado. Ofélia foi professora primária, diretora do Instituto de Educação do Estado, foi colaboradora da *Revista Oeste* e responsável por escrever o primeiro livro sobre Goiânia.

O segundo escrito analisado foi produzido no ano de 1942 que consiste na publicação de algumas obras pioneiras, pois esta data marca a inauguração oficial da nova capital, conhecida como o seu batismo cultural. Em *A luta na epopeia de Goiânia: uma obra de engenharia nacional*, escrita por Geraldo Teixeira Alvares<sup>14</sup> (1942), o autor se debruça sobre os aspectos técnicos e descritivos do plano, bem como nas dificuldades da execução. Apesar de Alvares demonstrar em sua obra preocupação com elementos naturais do entorno de Goiânia, como na afirmação de que “[...] o urbanista aproveita esses motivos da natureza, modelando a escultura da zona verde, que é a essência de um moderno Plano Regional de Urbanização.” (ALVARES, 1942, p. 31), o mesmo se refere principalmente ao Bosque dos Buritis.

O Bosque dos Buritis, entre o Setor Central e Sul e o futuro Setor Oeste, é outro elemento de muito realce no Plano, com a preservação e aproveitamento da própria riqueza arquitetônica da paisagem natural, mediante alguns serviços de limpeza e traçado de caminhos para passeios e excursões, em recantos pitorescos (ALVARES, 1942, p. 169).

O autor se refere somente ao Bosque dos Buritis devido à sua localização estratégica, no centro da cidade, assim, não há registro sobre o rio Meia Ponte na obra, provavelmente devido à sua localização, distante do centro da cidade.

A *Revista Oeste*, que circulou no estado de Goiás entre 1942 e 1944, expressão maior em relação ao batismo cultural de Goiânia, sendo um veículo de imprensa oficial do estado, narrando os primeiros acontecimentos da nova capital e valorizando recursos naturais, turísticos e econômicos do estado, não dá tanta atenção ao principal rio da nova capital. Aliás, o que se percebe é uma valorização de outros cursos d’água do nosso estado, como o exemplo da edição do mês de maio do ano de 1943, apresentando uma imagem do rio dos Bois. Outro rio valorizado na revista estatal é o Araguaia, que é demonstrado como belo, de águas cristalinas e puras.

O rio dorme e escorrega majestosamente por entre as barrancas alcantiladas e praias vastas... As águas claras são coloridas pelo reflexo verde das árvores, pelo azul estupendo do céu, pelo cinzento contemplativo dos olhos que sonham acordados...

É o lendário rio Araguaia! Deserto de areias brancas com Oasis pululando em seqüências infinitas (REVISTA OESTE, 1943, p. 195).

---

<sup>14</sup>Irmão do interventor Pedro Ludovico Teixeira, com participação no processo de construção da nova capital.

Durante a vida curta da revista, em pouquíssimos momentos o rio Meia Ponte é citado, mesmo em um cenário em que a nova cidade depende do rio para se desenvolver. Neste sentido, é interessante reforçar que o rio Meia Ponte foi inserido no projeto de Atílio Corrêa Lima, como área de lazer e preservação, além é claro, de ser a principal fonte de abastecimento da nova capital, promovendo inclusive, energia elétrica para a cidade. O próprio fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira, comenta sobre a potencialidade do rio:

Nesse rio existe a corredeira denominada Jaó com uma diferença de nível de aproximadamente de 8 metros, podendo fornecer uma força hidráulica efetiva na máxima estiagem de 450 (quatrocentos e cinquenta) cavalos, que poderão vantajosamente ser aproveitados enquanto o permitir o desenvolvimento inicial da nova Capital (TEIXEIRA, apud JORNAL DA BIODIVERSIDADE GOIANA, p. 5, 2009).

Em novembro de 1936 a usina do Jaó foi inaugurada pelas mãos da primeira dama do estado, Gercina Borges Teixeira. A usina representou um dos principais ingredientes para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos da capital. Com seus 180 “quilovolts ampère” (KVAs) de potência, era grandiosa para os padrões da época, mesmo porque energia era coisa rara em todo o Centro-Oeste e em grande parte do Brasil. Mesmo assim, no início poucas casas tinham o benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes (LIMA, 2011). A situação só foi amenizada com a construção da Usina do Rochedo, localizada entre as cidades de Piracanjuba e Professor Jamil, em 1955, e resolvida com a inauguração da primeira etapa da Usina Hidrelétrica Cachoeira Dourada<sup>15</sup> no município de mesmo nome em 1959. Havia também problemas no abastecimento de água, e tanto a situação do abastecimento quanto o problema da falta de energia foram mencionados pelo escritor Monteiro Lobato, que visitou Goiânia nos seus primórdios:

Goiânia, cidade linda  
que me encanta e seduz  
De dia, não tem água  
De noite, não tem luz  
(OLIVEIRA, 1999, p. 61).

---

<sup>15</sup>Usina hidrelétrica localizada no curso médio do Rio Paranaíba, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Goiás.

Porém, o escritor demonstrou certa sensatez em relação à nova capital que estava surgindo no meio do Brasil Central:

Por enquanto Goiânia está criancinha ainda. Está se formando – mas está se formando certa, e ficará tão linda como Belo Horizonte. Já via a planta da cidade. Ótima. Tudo está previsto. Dentro duns vinte anos o resto do Brasil se espantará com o encanto da nova capital (LOBATO, apud GUIMARÃES, 2019, p. 131).

Segundo Guimarães (2019, p. 132), são numerosas as reportagens de jornais, sobretudo na *Folha de Goiaz* – o mais vendido no estado na década de 1950 – que noticiariam o drama no nascer da capital em relação à energia elétrica, que se agravaria com o rompimento da barragem do Jaó no ano de 1945. Aliás, a questão da energia elétrica na cidade de Goiânia não é um assunto associado apenas aos primeiros anos de vida da capital, frequentemente é abordado nas mídias locais, como apresenta a reportagem com o título “Tempo das lamparinas”.

Depois de oitenta anos, Goiânia enfrenta o mesmo problema de abastecimento de energia [...] Atualmente, muitas casas ainda utilizam lanternas e velas pela falta de luz. Ou seja, depois de oitenta anos, Goiânia enfrenta o mesmo problema de abastecimento de energia. Parece que, infelizmente, o “tempo das lamparinas” voltou em muitas casas e indústrias (O POPULAR, 28 de dez. 2019).

A reportagem de 2019 apresenta uma realidade que se assemelha aos primeiros tempos da nova capital do estado, demonstrando problemas que se arrastaram para os dias atuais. Assim, uma comparação entre passado e presente é inevitável.

No ano de 1951, Pedro Ludovico Teixeira se torna governador do estado novamente e, desta vez, através do voto direto. Logo que assume, faz duras críticas ao seu antecessor e agora desafeto Jerônimo Coimbra Bueno, em *Memórias* (1973), suas impressões foram:

Como não se ignora, nesse período, a nossa terra não teve nenhum benefício de vulto, a não ser alguns prédios para grupos escolares e escolas rurais, construídos com verbas federais.  
Qual o edifício público que se construiu em Goiânia? Nenhum.  
Quantos metros quadrados de pavimentação asfáltica se fizeram? Nenhum. Qual a providência tomada para melhorar a energia elétrica? Nenhuma.  
(...) O serviço Telefônico continuou como fora por mim construído, sem experimentar nenhum aumento.  
Só o abastecimento de água passou por ligeira melhora, pois, como se vê, continuamos em regime deficitário (TEIXEIRA, apud MEDEIROS, 2010, p. 137-138).

Nesta circunstância de volta ao antigo interventor ao governo do estado, o engenheiro Ewald Jansser foi contratado em agosto de 1951 para analisar projetos urbanos de Goiânia. Segundo Medeiros (2010), Pedro Ludovico estava preocupado com o crescimento desordenado da capital, muitas áreas periféricas foram ocupadas irregularmente e, por isso, precisava se de um novo plano urbanístico. Dentre as várias sugestões propostas pelo engenheiro, destacamos as que se referem às áreas verdes da cidade, e mais vez a preocupação se dá sobre as áreas centrais, sem citar a do rio Meia Ponte, que de acordo com o plano inicial de Atílio, parte da represa do Jaó, seria uma área destinada à prática de esportes náuticos. Assim diz Jansser em seu relatório:

[...] Além dos parques dos Buritis, do Botafogo e o do Setor Leste Como áreas ajardinadas somente existem “faixas verdes” nas margens dos córregos que atravessam a cidade. (...) Achava melhor [bom, escrito em cima de vermelho] a canalização desses córregos e proponho a construção de ruas decorativas nos dous [sic] lados dos canais com faixas verdes [sic] aonde as condições do terreno indicar tais medidas (JANSSEER, apud GUIMARÃES, 2010, p. 146).

Aliás, na tese de Wilton de Araújo Medeiros (2010), *Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*, observa-se que os planos urbanísticos do engenheiro contratado por Ludovico já apontavam a região do rio Meia Ponte, na parte leste da capital, como um local propício para instalação de indústrias, inclusive prevendo o rio como lugar de despejo de esgoto.

As condições naturais dos terrenos desta Capital, exigem um desenvolvimento que acompanhe o Rio Meia Ponte (esgoto) e, para possibilitar o aproveitamento das vias principais já existentes há necessidade de se localizar as indústrias à margem do citado [...] (JANSSEER, apud GUIMARÃES, 2010, p. 150).

Assim, Medeiros (2010) analisa o crescimento de Goiânia desde o seu nascimento em 1933 até 1973, apresentando o plano urbanístico de Ewald Jansser e seus objetivos. Não há, por parte do autor, uma análise do rio em questão, sendo peça de escoamento sugerido no plano do engenheiro. Portanto o rio Meia Ponte é apresentado de forma semelhante à historiografia já analisada anteriormente, sendo apenas citado no desenvolvimento de Goiânia. Mesmo a cidade sendo planejada, promovendo assim um discurso ligado ao moderno, Goiânia demonstra aspectos de cidades do interior, com hábitos sertanistas praticados por seus habitantes.

No texto do historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (1999), *As imagens e mudança cultural em Goiânia*, a visão de que Goiânia aparentava uma cidade interiorana até a década de 1960 se confirma, apesar do discurso ligado à modernidade, divulgado pelos mudancistas. Segundo Oliveira (1999, p. 61), “Essa caracterização da cidade em seus primeiros anos mostra-a muito mais próxima do sertão do que da metrópole”. Deste modo, Goiânia era uma mistura entre moderno e comportamento interiorano: “Enfim, as principais formas de lazer de Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, réveillons, footing, etc.)” (OLIVEIRA, 1999, p. 59). Nesta conjuntura, na qual Goiânia apresenta hábitos considerados antigos, o rio Meia Ponte aparece como lugar de lazer e de pesca.

Para os homens, uma das diversões mais preferidas eram as pescarias e os banhos nos rios e córregos da região (Rio Meia Ponte, Anicuns, Cascavel, etc.). Interessante é que os habitantes de Goiânia (a elite e os operários) assimilaram esses hábitos dos campinenses (OLIVEIRA, 1999, p. 56).

No âmbito da valorização da cidade de Goiânia e da não valorização do rio Meia Ponte na historiografia goiana, destacamos José Mendonça Teles<sup>16</sup>, que sempre incluiu o rio em suas obras. O escritor venerou o rio Meia Ponte com uma obra singular intitulada *Um Rio Dentro de Mim* (1979), título este que dá nome ao discurso que fez em 1979, quando tomou posse como membro da Academia Goiana de Letras. Na obra, o autor faz um paralelo entre os rios Meia Ponte e Tocantins, confirmando a situação de degradação do Meia Ponte, condição diferente do rio Tocantins, segundo ele:

Enquanto o Tocantins corre por densa mata a abraçar-se com o seu irmão Araguaia para, depois, enfrentar o colossal Amazonas, corre o meu Meia Ponte, por entre ruas e quintais de Goiânia, recebendo esgotos e lixo de fábricas, vítimas da Civilização (TELES, apud JORNAL DA BIODIVERSIDADE GOIANA, p. 5, 2009).

No final da década de 1970, José Mendonça Teles já percebia a situação agravante que o rio Meia Ponte enfrentava e apresentava um futuro obscuro ao rio, se aquela

---

<sup>16</sup>José Mendonça Teles nasceu em Hidrolândia, GO, no dia 25 de março de 1936. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás, onde lecionou durante 33 anos, recebendo, em 2003 o título de Doutor Honoris Causa. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás durante 12 anos e presidente da Academia Goiana de Letras por 10 anos, ex-secretário de Cultura de Goiânia e ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura de Goiás, é historiador, poeta, contista, cronista, ensaísta, dicionarista e jornalista, e autor de 33 livros relacionados com a cultura goiana. (Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

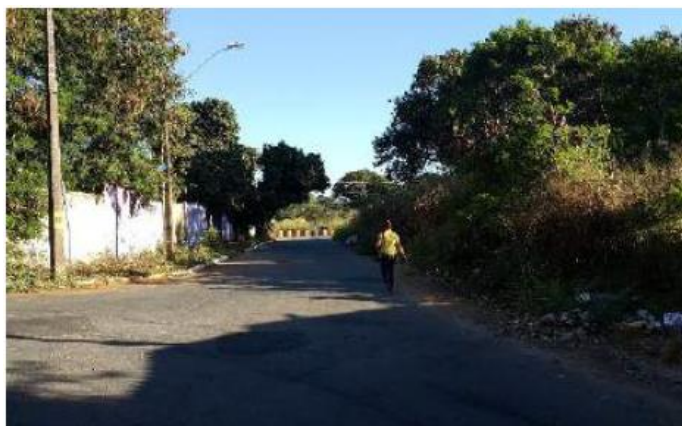


realidade continuasse. “O rio Meia Ponte? Para onde vai o meu rio?” Lamentava o escritor (TELES, apud JORNAL DA BIODIVERSIDADE GOIANA, p. 5, 2009).

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos que tem o rio Meia Ponte como objeto central, foi realizado por Ângela Ciccone Pinto (2014), *Os (dis) cursos do rio: um estudo de história ambiental sobre o rio meia ponte na cidade de Goiânia*. A autora promove uma bela análise sobre a relação entre os goianienses e o rio Meia Ponte utilizando a relação de homem/rio. Assim Pinto (2015) trata o movimento de influência do rio sobre a interpretação de mundo das pessoas, suas configurações de sentido e as relações de afetividade dos goianienses e, especificamente, dos moradores de suas margens. Como parte do trabalho, Pinto (2015) faz uma pesquisa de campo no Bairro Balneário Meia Ponte, buscando entender as representações que o rio fornece aos moradores e, assim, a pesquisadora constata que “as teias de lembranças em relação ao rio estão bem cingidas na memória das pessoas acima de cinquenta anos, estabelecidas desde longa data no bairro.” (PINTO, 2014, p. 13). Portanto, isso evidencia que o rio promove memória e representações para quem conviveu próximo a ele.

Outro trabalho de relevância sobre o rio Meia Ponte, foi realizado por Diogo Isao Santos Sakai (2015), *As margens do rio no desenvolvimento de Goiânia: Meia Ponte, paisagens em transformação*. Urbanista, Sakai (2015) contribui com uma análise sobre as paisagens dos rios nas cidades e, como objeto principal, o rio Meia Ponte na cidade de Goiânia. Assim, segundo ele, as margens e cursos são transformados ao longo do tempo pela ação de usos e ocupações perniciosos, sublimando sua identidade e resultando em um “espaço residual”. Para entender a situação degradante a que o rio Meia Ponte chegou atualmente, Sakai identifica na cidade de Goiânia alguns momentos históricos no qual os mananciais, vale dos rios e cursos d’água foram ocupados devido ao crescimento da cidade. Deste modo, o pesquisador apresenta várias paisagens próximas ao trajeto do rio na cidade, promovendo uma análise paisagista e urbanista da localidade e conclui que a cidade “dá as costas” para o rio, pois todas as construções ignoram o mesmo. Abaixo, alguns exemplos apresentados por Sakai (2015).

**Figura 6:** Paisagem da Avenida Meia Ponte com a Rua Mariquinha.



Fonte: SAKAI, 2015, p. 121.

**Figura 7:** Ruínas da primeira usina de Goiânia – Usina do Jaó.



Fonte: SAKAI, 2015, p. 148.

As imagens admitem um total abandono do rio, enquanto a figura 6 apresenta uma paisagem próxima ao rio, entrecortada por lixo a céu aberto, a figura 7 expõe a falta de preservação de um patrimônio histórico de Goiânia, a primeira usina da cidade, denominada usina do Jaó. Tanto Pinto (2014), quanto Sakai (2015) iniciam um debate sobre o principal rio da cidade de Goiânia, até então pouco explorado em nossa historiografia. Desta forma, os rios se tornam objeto de estudo das ciências humanas, criando assim, uma nova perspectiva, um novo olhar, e neste sentido, pode concretizar-se a ideia de Leonardi (1999):

[...] embora os conceitos de nascente, foz, bacia, divisor de águas, leitos, descarga, escoamento, regime fluvial, cor das águas e carga sólida sejam muito úteis para a potamologia, [...] estarei sempre incluindo um critério a mais, o histórico, para pensar este rio (LEONARDI, 1999, p. 19).

Este critério citado por Leonardi (1999) nos mostra que o rio é muito mais que um recurso natural, composto por água, vegetação e seres vivos, mas também de aspectos sociais. Assim, a busca por mais abordagens da História Ambiental em relação aos rios, se faz necessária, pois apesar do crescimento substancial dos últimos anos, há muito o que explorar em um campo no qual, segundo WORSTER (1991), promove o encontro entre a esfera natural e cultural. Sobretudo em relação à falta de abordagem do Meia Ponte na historiografia goianiense, ficou claro que esta realidade está se modificando, pois a década de 2010 marca o início de trabalhos que têm o objetivo de evidenciar o principal rio de Goiânia de uma forma diferente, fugindo um pouco de uma visão que seja apenas técnica. Sobre a historiografia que trata da capital do estado, tema do próximo tópico, temos inúmeros trabalhos que analisam desde o debate sobre a transferência, passando por sua construção e consolidação como metrópole do sertão até a atualidade.

### 1.3. O projeto de Goiânia e seu desenvolvimento nas décadas seguintes.

As primeiras cidades surgiram há cerca de 4000 a. C., segundo Vainfas (2014), em uma região conhecida como “Crescente Fértil”, região esta que comporta civilizações como a egípcia e mesopotâmica, lugar de pioneirismo em relação à urbanização. Todavia, ao longo da História, as cidades se modificaram, traduziram a vontade do homem. Como exemplo claro, as *polis* gregas que remontaram um modelo imaginário e republicando, associado à sua arquitetura. Contudo, segundo Ferrara (2000), diferente de outros espaços como o campo, onde a mobilidade é pequena e o ritmo moderado, as cidades são condicionadas pela noção de mobilidade; comunicação dinâmica; aglomerado populacional; multiplicidade de trabalhos especializados e atividades econômicas; assim como espaço privilegiado do campo político. Nas sábias palavras do sociólogo Robert Park, as cidades são uma:

[...] tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo (PARK, apud HARVEY, 2012, p.73).

A leitura da cidade se faz a partir dela mesma, ela se mostra, se faz representar e se dá a conhecer concretamente pelas suas imagens e signos que atuam como mediadoras de seu próprio conhecimento. Esse conhecimento é processado pela unidade

imagem/imaginário gerando o significado, a percepção da experiência urbana pelo uso do espaço e seus lugares, manifestado na apropriação do espaço construído (FERRARA, 2000, p. 115-117). Portanto, se faz necessário compreender a cidade como um organismo vivo e, mais do que isso, como ambiente, onde todos os elementos se comunicam. Assim, supera-se uma perspectiva voltada para uma tentativa de classificar e homogeneizar o espaço com objetivo de flagrar a construção de ambientes únicos e específicos que nos levam a entender o objeto como complexo e aberto sistematicamente.

Desse modo, percebemos que a melhor forma de estudar a cidade é entendê-la como uma manifestação semiótica, cujo caráter de diálogo admite pensá-la como um espaço comunitário, criando desta forma possibilidades a uma apreensão possível de suas linguagens e também representações (FERRARA, 1993). Além disso, refletir sobre a relação entre corpo e cidade é admitir o homem não mais como simples componente da paisagem humana, mas como um sujeito que interage e imprime marcas sobre este espaço. Nesta perspectiva, apresentamos Goiânia, que surge em um contexto de disputas políticas e discursos que alimentam o imaginário dos goianos.

Muitos estudiosos já pesquisaram e escreveram sobre a construção de Goiânia, alguns considerados clássicos como Luís Palacín (1978), que é pioneiro na pesquisa sobre história de Goiás. Dentre vários fatos analisados, este faz uma análise política sobre a mudança da capital do Estado. Nars Fayad Chaul (2015) também analisa a construção da nova capital, oferecendo aos leitores uma nova visão sobre o tema, relacionando a construção da capital com a perspectiva de modernidade. Já a historiadora Lena Castelo Branco Ferreira Freitas (2010), em seu livro *Poder e Paixão, a saga dos Caiados*, observa o outro lado da mudança da capital, neste caso, o lado antimudancista, ligado a antiga oligarquia que controlava a política do Estado até 1930. Em *Outro lado da mudança da capital de Goiás*, Jales Guedes Coelho Mendonça (2012) acende um debate sobre os motivos que levaram o interventor a escolher a região de Campinas para ser a nova sede da capital do estado, sendo que, existiam outras localidades favoritas para a escolha, como Bonfim.

Por fim, vários pesquisadores analisaram os primeiros planos urbanísticos de Goiânia relacionando-os com o crescimento urbano da capital, como Juliana Costa Mota (2004), que em sua dissertação propôs uma análise desde Atílio Corrêa Lima aos planos de Luís Saia e Jorge Wilhein da década de 1960; Juliana Fernandes Mendes (2013), que analisa a especulação imobiliária em Goiânia entre os anos de 1933 a 1964; em *Goiânia: uma modernidade possível*, Alexandre Ribeiro Gonçalves (2003) faz uma leitura da

cidade a partir da ótica da História Urbana, assim o pesquisador faz uma análise dos primeiros planos, o surgimento de bairros como Setor Sul e Oeste e a expansão da cidade nos anos de 1950 e 1960; destacamos o livro de Maria Eliane Jubé Ribeiro (2004), *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*, que promove uma bela investigação aos primeiros planos de Goiânia até os anos 2000, como ponto central a inclusão das áreas verdes da cidade como locais de proteção ambiental. Além desses mencionados, durante o decorrer do nosso texto, outros mais serão abrangidos com o intuito de fortalecer a temática em relação aos primeiros planos e seus objetivos, inclusive demonstrando suas ineficácias.

Partimos então para o contexto da nova capital de Goiás, que foi a primeira materialização dos ideais de colonização do sertão brasileiro no século XX, no qual a sua construção é o melhor exemplo de um momento histórico em que uma nova ordem pretendia estabelecer-se em nível local e nacional (CHAUL, 2015). Para Gonçalves (2003, p. 21), a cidade de Goiânia “foi a primeira capital brasileira planejada no século XX: um fenômeno eminentemente típico de um país continental que pretendia consolidar seu território”. É de significativa importância que Goiânia represente, juntamente com outras cidades planejadas, a manifestação desta saga de modernização, simbolizando a utopia brasileira em uma estrutura agrária, para outra, que se vinculou a processos de industrialização e urbanização.

Sobre a construção de Goiânia muito já se falou, mas nem tudo foi dito. Filha dos anos 30, mas pensada numa lenta gestação de ideias dos séculos XVIII e XIX, a proposta de mudança da capital do estado de Goiás foi retomada por Pedro Ludovico, no início daquela década, como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política. Uma estratégia que renderia juros e dividendos políticos (CHAUL, 2015, p. 230).

Segundo Mota (2004), a nova capital do estado de Goiás, surge no contexto da Revolução de 1930<sup>17</sup>, com um projeto geopolítico regional e nacional, fortalecendo um discurso de modernização de Goiás e do centro-oeste. Seria a ruptura entre a superação do passado e o início do tão sonhado progresso. Passado este, ligado ao conceito de

---

<sup>17</sup>A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado. O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República Velha e conseqüentemente o domínio das oligarquias regionais (SILVA, 2001).

isolamento<sup>18</sup> e ao domínio de “velhas oligarquias”, que neste caso, provocava a estagnação econômica que foi representada no fim século XVIII, com o declínio da mineração, até o início do século XX. Segundo Chaul (2015), alguns fatores provocaram o declínio da economia mineradora na Capitania de Goyaz, como as técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas; a falta de mão de obra mais intensa; a carência de capitais; além de uma administração apenas preocupada com o rendimento do quinto.

O século XIX foi marcado em Goiás por uma transformação econômica, em que a mineração foi substituída pela pecuária, deste modo, a capitania e posteriormente a província, sofreu com a precariedade das estradas, a falta de incentivos da coroa para colocar em funcionamento novos meios de comunicação e o ócio da população (CHAUL, 2015). A historiadora Ledonias Franco Garcia (2010) expôs o balanço do então presidente da província, Francisco Januário:

Em 1857, o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, numa espécie de balanço, enumerou como causas da pobreza agrícola: a falta de braços escravos; o péssimo estado das vias de comunicação; o abandono das grandes fazendas de criação e cultura, em razão dos ataques dos índios; a concentração de grande parte da população do norte da Província em pequenas povoações situadas em regiões que não mais ofereciam terrenos para a agricultura (GARCIA, 2010, p. 140).

Este balanço reforça a ideia de que, no século XIX em Goiás, a situação era de certo modo precária. Ainda segundo Garcia (2010), a Proclamação da República não criou uma situação diferente, pois “O ritmo do Estado seguiu semelhante ao da Província e assim perdurou com pouquíssimas alterações nas primeiras décadas do novo período” (p. 147). Diante disto, de acordo com Chaul (2015), a ascensão de um novo grupo político em 1930 demonstrava naquele período o surgimento do progresso, ou seja, a inserção do Estado no desenvolvimento nacional.

O contexto da mudança da capital também foi analisado por Luis Palacín e Maria Augusta de S. Moraes (2008)<sup>19</sup>, que se refere ao novo governo e ao processo mudancista como filhos da revolução de 1930. Para os autores, a mudança da capital enfraqueceria a antiga oligarquia que dominava o estado há algumas décadas, pois a Cidade de Goiás

---

<sup>18</sup>Nasr Fayad Chaul (2015) em seu livro *Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade* questiona este isolamento. O historiador observa que esta visão de isolamento ligado ao atraso provocando uma possível decadência, estava vinculada a uma perspectiva vista por viajantes europeus que aqui estiveram no início século XIX. Neste sentido, o autor apresenta outra visão, que contesta o atraso e a decadência da região.

<sup>19</sup>7ª edição Revisada.

ainda era o centro político dos Caiados, assim sendo, a consolidação da construção da nova capital fortaleceria o novo governo e conseqüentemente o movimento revolucionário de 1930.

A situação do novo governo nascido da revolução era radicalmente diferente com respeito ao problema da mudança da capital: a cidade de Goiás era o centro de poder da oligarquia deposta pela revolução, mas de forma nenhuma aniquilada – trasladar a capital para outro lugar reforçava o novo governo do ponto de vista político e psicológico (PALACIN; MORAES, 2008, p.156-157).

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (2010) também analisa o cenário político após o movimento revolucionário de 1930 em Goiás, em referência ao projeto mudancista do interventor, diz:

A situação política evoluía rapidamente. Ciente de que lhe seria difícil governar da Cidade de Goiás – reduto caiadista –, o interventor, Pedro Ludovico Teixeira, resolveu abraçar a ideia que estivera na pauta das preocupações de políticos e administradores goianos da Colônia, do Império e da República: a transferência da capital para localidade de clima ameno e topografia menos acidentada, conforme fora previsto – ainda que de forma indireta – na constituição do estado (FREITAS, 2010, p. 289).

Sobre o aspecto econômico, a mudança da capital teria uma grande importância para a ascensão do novo grupo político, que localizava na região sudeste do estado. Este grupo precisava de um espaço urbano que, sem dúvidas, iria fortalecer seus interesses políticos e econômicos. “Mudando a capital, o Governo cria o espaço urbano necessário à nova etapa da acumulação que se abria em Goiás, além de criar também o espaço político necessário à sua afirmação no poder” (SILVA, 2001, p. 151). Portanto, a nova capital seria a consolidação do novo grupo político que liderou a Revolução de 1930 em Goiás.

Assim sendo, Goiânia surge em um cenário de disputas políticas do final da década de 1920 e década de 1930, consolidando então, um movimento nacional revolucionário que afetou diretamente os rumos políticos de Goiás, que durava desde a Proclamação da República. Com o fim do domínio oligárquico dos Caiados, o então governo provisório, representado por Getúlio Vargas, indicou o político e médico Pedro Ludovico Teixeira para ser o interventor de Goiás, político este, grande opositor da oligarquia que governava o estado. A mudança da capital não era um assunto novo. Desde o período colonial, governadores gerais e presidentes da província viam com bons olhos

a ideia de mudança (COELHO; VALVA, 2018). Dentre os principais motivos que levaram ao debate mudancista estavam: 1) a Cidade de Goiás como reduto caiadista; 2) um discurso ligado ao atraso e isolamento por parte da antiga capital; 3) argumento sanitário<sup>20</sup>; 4) o problema do abastecimento de água; 5) a falta de uma rede de esgoto, difícil de realizar devido ao solo rochoso (CHAUL, 2015).

O primeiro estudo técnico elaborado com o intuito de escolha da região para comportar a nova capital foi desenvolvido pelo engenheiro civil Carlos Haas. Segundo Mendonça (2012), o trabalho<sup>21</sup> apresentou fatores tão persuasivos que conseguiu convencer sem dificuldades o interventor. “O trabalho traçou delineamentos tão convincentes sobre o assunto que realmente influenciou o pensamento dos goianos, de maneira particular o do interventor federal, a quem foi endereçado” (MENDONÇA, 2012, p. 146). Diante disto, o então interventor Pedro Ludovico inicia a execução do projeto mudancista. Em 1932 *A Informação Goyana* revelava o seguinte:

O assunto mais palpitante neste momento em todo Estado é o da mudança da sua capital, projectada pelo Interventor Pedro Ludovico para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela ideia, sendo que a maioria é pela transferência da capital, entretanto, dous terços são a favor, sendo a maioria contrária composta de grandes propriedades. (*Informação Goyana*, apud CHAUL, 2015, p. 232).

Neste momento, o interventor precisava cumprir sua promessa que levantou durante o movimento de 1930, a de mudança de capital. Isso se efetivou no decreto de 20 de dezembro de 1932 de nº 2.737, publicado pelo *Correio Oficial do Estado* onde se nomeava uma comissão que deveria iniciar uma busca por uma região que pudesse comportar a nova capital. Alguns pontos foram essenciais para a escolha do futuro lugar, dentre eles a abundância de água.

Três de janeiro foi o dia escolhido pela comissão para a reunião que definiria os lugares a serem estudados. Após discussões, pressões políticas de prefeitos e predileções individuais por determinadas cidades, a comissão decidiu-se por um local de água abundante, bom clima, topografia adequada e próximo à estrada de ferro. Tratava-se de Campinas, e a escolha foi corroborada por um técnico de gabarito, com formação no exterior, Armando Augusto de Godói (CHAUL, 2015, p. 236).

---

<sup>20</sup>De acordo com os historiadores Nasr Chaul Fayad e Ana Lúcia da Silva, este argumento está relacionado com “saber médico”, termo utilizado para justificar a questão sanitária.

<sup>21</sup>De acordo com Mendonça (2012), não se sabe se o relatório foi um pedido do interventor ou um trabalho feito exclusivamente do engenheiro Carlos Haas.



Mendonça (2012) afirma que antes mesmo da escolha da comissão, algumas cidades já demonstraram interesse em serem selecionadas como local da nova capital do estado. Houve então, segundo o autor, uma disputa entre algumas municipalidades, cada uma apresentando fatores favoráveis que convencessem a comissão. Assim, além de Campinas, outras localidades foram escolhidas para serem o possível local da nova capital, como Pires do Rio e Bonfim (atual Silvânia) que de certa forma também atendiam às exigências da comissão. Mas coube ao interventor decidir por Campinas. Em entrevista ao jornal *Lavoura e Comércio* em dezembro de 1932, Ludovico apresentava uma tendência de escolha à região de Campinas:

- Não ha, porém, um local previamente estabelecido?  
- Absolutamente. Por enquanto não se fixou nenhum lugar para esse fim. Goiás tem logares magnificos para a construção de uma capital. Entre outros, posso citar, desde já, o município de Campinas. Ha ali um local admiravel, recortado pelo rio Meia Ponte, com grande abundancia de agua, com uma cachoeira com a potencialidade de 1500 cavalos, situada a 3quilometros de distância e com a altitude media de 800 metros acima do nível do mar. O local é saluberrimo, tendo, ainda, a vantagem de ser um centro de irradiação, ligado por meio de estradas amplamente trafegadas, a 8municipios da maior importância no concerto goiano. Está situado a 150 quilometros da atual capital e a 60 quilometros do ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás [...] (LAVOURA E COMERCIO, 7 de dez. 1932).

Não sabemos ao certo os reais motivos que levaram à decisão de Pedro Ludovico, até porque a cidade de Bonfim era a favorita de acordo com relatórios da comissão responsável pelos trabalhos de escolha da região. Segundo Mendonça (2012, p. 168), “Campinas já estava escolhida pelo interventor antes mesmo da instalação da comissão”. Joaquim Rosa, grande personagem da história da cidade de Ipameri, escritor e político da cidade nas décadas de 1930 e 1940, no livro *Por esse Goiás Afora (1974)* também comentou sobre a escolha de Ludovico por Campinas:

A tal de sub-comissão emite parecer que é levado a Ludovico. O interventor recebe o papelório, passa os olhos nas laudas dactilografadas, chega à última, volta à primeira. Devolve-as calmamente, dizendo: - Ótimo. Isto mesmo. Apenas uma pequena observação. Onde vocês escreveram Bonfim, escrevam Campinas (ROSA, 1974, p. 197).

O relato de Joaquim Rosa reforça a ideia de que o sítio de Campinas já estava escolhido pelo interventor do Estado, contrariando então, a proposta de escolha da cidade de Bonfim pela subcomissão. Ainda neste contexto histórico, Mendonça (2012) vai além, ele postula a hipótese de que Pedro Ludovico considerava Bonfim uma cidade com certa

expressão política, além de ser um centro urbano histórico, com isso, distanciaria a ideia de uma cidade que nasceria para representar a perspectiva de modernidade. Sem dúvidas, construir Goiânia seria a melhor estratégia do interventor de se perpetuar no poder no estado por um longo tempo. Ainda sobre a polêmica, referente a escolha da região e a interferência de Pedro Ludovico, Oliveira (1999) sugere que a escolha de Campinas para abrigar a nova capital esteja relacionada com Laudelino Gomes de Almeida, este era primo de Ludovico e morou em Campinas algum tempo e tinha boas relações com seus habitantes. Assim, Oliveira (1999) diz:

Ele era primo de Pedro Ludovico Teixeira e, após a vitória dos revolucionários de 1930, foi escolhido como Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado. Nesta função, foi um dos membros da Comissão da Escolha do Local da Nova Capital. Como presidente da Comissão, o Bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira era francamente favorável à escolha de Campinas, neutralizando a influência do Bispo e ficando, portanto, Bonfim como suplente (OLIVEIRA, 1999, p. 35).

Neste sentido, observasse que a fala de Oliveira (1999) também robustece a ideia de que o então interventor do estado tinha a clara intenção de escolha de Campinas como local da construção da nova capital.

**Figura 8:** Campinas – 1935.



Fonte: GUIMARÃES, 2019, p. 50.

Escolhida a região, o próximo passo seria contratar pessoas capacitadas para projetar a nova capital, como principais responsáveis estavam Atílio Corrêa Lima<sup>22</sup> e Armando de Godoy<sup>23</sup>. A construção se apoiou nos princípios do urbanismo moderno, a modernidade possível que planejou a cidade foi o paradigma das incertezas, das oposições e dos desafios. Neste cenário, podemos perceber a implantação da modernidade não apenas pelo seu impacto global, mas também pelo seu caráter dinâmico capaz de impor mudanças radicais sobre os valores tradicionais (GIDDENS, 1991). Os primeiros edifícios que foram construídos na cidade também tentaram materializar tais anseios em busca do moderno. Sintonizados com a produção dos grandes centros, assumiram uma linguagem típica, na qual se podem perceber influências de diversas modernidades. No entanto, neste caso, o moderno modificou apenas a aparência, as formas foram alteradas, porém as relações sociais de produção se demonstram como antes (DEBORD, 1997). Assim, mesmo um projeto de modernização como foi a construção da nova capital, não modificou em um sentido amplo, o cotidiano das pessoas que ali se fixaram.

A luta entre a tradição e a inovação, que é o princípio do desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, não pode ter andamento senão através da vitória permanente da inovação. A inovação da cultura, porém, não vem senão trazida pelo movimento histórico total que, ao tomar consciência da sua totalidade, tende à superação dos seus próprios pressupostos culturais e caminha para a supressão de toda a separação (DEBORD, 1997, p. 140).

A nova capital do estado representava além da modernização, uma grande inovação para a região, que até então, era o sinônimo de isolamento e tradição. Neste sentido, Goiânia promovia naquele âmbito uma disputa entre tradição e inovação.

O livro romancista de Elis Brasiense, *Chão Vermelho* (2002), nos faz retomar a visão de Debord (1997), pois apesar de ser considerado um texto de ficção, nos permite concluir que é impossível tratar a cidade como um lugar homogêneo de progresso ou do moderno, conforme pretendido pelo projeto modernizante. Fica nítida a presença e

---

<sup>22</sup>Nascido em Roma, em 1901, Atílio Corrêa Lima ingressou como aluno livre nos cursos de escultura, pintura, gravura e arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), no Rio de Janeiro, aos 18 anos. No ano seguinte, matricula-se como aluno regular do curso de Arquitetura, diplomando-se em 1925. Ganhou a medalha de ouro e o prêmio de viagem ao exterior no Salão Nacional de Belas Artes (SNBA) de 1926, e foi para Paris no início de 1927. Nesse mesmo ano ingressou no Instituto de urbanismo da Universidade de Paris, formando-se em 1930. De volta ao Rio de Janeiro, em 1931, assume a direção da cadeira de urbanismo. Em 1932 foi convidado pelo interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira para assumir o Plano Urbanístico da nova capital (ACKEL, 2007).

<sup>23</sup>Nasceu em Minas Gerais, em 1876, foi um urbanista brasileiro, formou-se em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo trabalhado posteriormente na prefeitura do Rio de Janeiro, onde se manteria ao longo de toda a sua carreira. Godoy teve influência na elaboração do primeiro plano diretor de Goiânia e foi responsável pelas modificações futuras neste mesmo plano (FARIA; MANSO, 2015).

convivência desses caracteres com seus contrários, ou seja, o moderno e o antigo. Seguindo neste raciocínio, a luz elétrica é um exemplo de modernização, inventada no século XIX<sup>24</sup>, porém na nova capital a presença desta inovação tecnológica não alcançava a todos, então situações ligadas ao atraso estavam ainda presentes em Goiânia “Daí a ordem de Dona Fia para Binduca ir comprar gás querosene: ‘Larga esse Gibi dos infernos e vai comprar gás agorinha mesmo. A luz ta feito vaga-lume e termina é sumindo. Tinha vontade de socar essa luz...’”. (BRASILIENSE, 2002, p. 49). O trecho citado do romance acima mencionado apresenta duas realidades de uma cidade que foi planejada para ser a antítese do antigo, na primeira, o desenvolvimento de uma cidade projetada nos moldes modernos, neste caso caracterizado por uma arquitetura moderna, na segunda, apresentando ainda situações tradicionais, ligadas a uma cultura sertanista. Reforçando a expressão utilizada por Chaul (2015), “Goiânia a capital do sertão”.

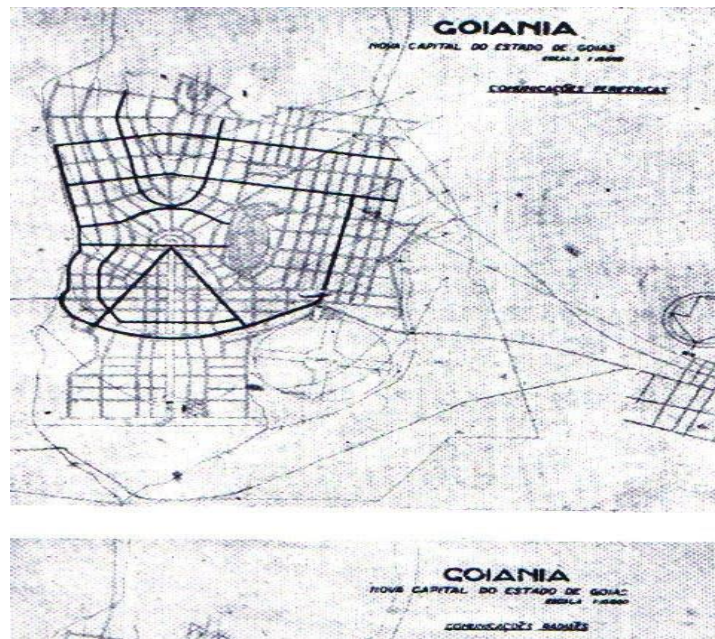
O livro de Brasiliense (2002) nos faz imaginar uma Goiânia ainda criança, confirmando um ambiente de hábitos considerados antigos e uma realidade ligado ao progresso observado na chegada da energia elétrica. Isso se materializa na vivência do personagem principal, Joviano, seus familiares e amigos, apresentada mediante os anseios e expectativas dos personagens diante do processo de progresso e urbanização. A narrativa é um registro da história a partir da memória e da releitura da cidade de Goiânia. Todavia, precisamos compreender como a nova capital foi surgindo em meio ao sertão e hábitos tradicionais.

Attílio Corrêa Lima foi o responsável pelas primeiras ideias, os primeiros desenhos, que se concretizaram na região central e norte da cidade, entretanto, o arquiteto se distanciou do projeto em 1935. No ano seguinte, o engenheiro Armando de Godoy foi convidado para revisar os projetos iniciais feitos por Attílio, modificando assim, partes destes projetos. Ao que se sabe, a contratação de Armando de Godoy atendeu todos os interesses, tanto do interventor quanto da construtora, Coimbra Bueno (MOTA, 2004).

---

<sup>24</sup>Segundo Reis (2016) a invenção da energia elétrica concretizada no século XIX, foi um processo resultante de várias experiências pela História, desde a Grécia Antiga.

**Figura 9:** Plano Urbano de Goiânia (1933) – Atílio Corrêa Lima.



Fonte: Manso, 2001, p. 35.

A concepção urbanística de Goiânia pode ser considerada um marco da arquitetura moderna, se levado em consideração que a capital tem o maior acervo Art Déco<sup>25</sup> do Brasil apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 1:** Acervo Arquitetônico de Art Déco de Goiânia.

<b>Edifícios públicos e componentes Art Déco Núcleo Pioneiro de Goiânia</b>	
<b>Conjunto da Praça Cívica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coreto da Praça Cívica</li> <li>▪ Fontes Luminosas</li> <li>▪ Obeliscos com Luminárias</li> <li>▪ Fórum e Tribunal de Justiça</li> <li>▪ Residência de Pedro Ludovico Teixeira</li> <li>▪ Departamento Estadual de Informação</li> <li>▪ Palácio das Esmeraldas</li> <li>▪ Delegacia Fiscal</li> <li>▪ Chefatura de Polícia</li> <li>▪ Secretaria-Geral</li> <li>▪ Torre do Relógio</li> <li>▪ Tribunal Regional Eleitoral</li> </ul>

<sup>25</sup>É um termo de origem francesa que se refere a um estilo artístico de âmbito internacional, mas que tem sua origem na Europa no começo do século XX, porém seu apogeu se deu na década de 20. O termo Art Déco nasceu da expressão arts décoratifs. Estilo decorativo de artes aplicadas, desenho industrial e arquitetura caracterizado pelo uso de materiais novos e por uma acentuada geometria de formas aerodinâmicas, retilíneas, simétricas e zigzagueantes. O estilo Art Déco surgiu como fruto do momento de efervescência cultural, da transição do século XIX para o século XX. Segundo Coelho (2000, p. 14), “as décadas iniciais do século XX promovem mundo afora uma série de debates, com reavaliações e profundas alterações em todos os planos, atingindo as questões políticas, econômicas, culturais, filosóficas, artísticas e, principalmente comportamentais”.

<b>Bens Isolados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Liceu de Goiânia</li> <li>▪ Grande Hotel</li> <li>▪ Teatro Goiânia</li> <li>▪ Escola Técnica</li> <li>▪ Estação Ferroviária</li> <li>▪ Trampolim e mureta do Lago das Rosas</li> </ul>
<b>Núcleo Pioneiro de Campinas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Palace Hotel</li> <li>▪ Subprefeitura e Fórum de Campinas</li> </ul>

Fonte: Goiânia Art Déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2010.

Embebido no estilo arquitetônico Art Déco, o arquiteto sonhou e realizou a ideia de uma cidade moderna, que mudasse a visão de atraso e isolamento do sertão brasileiro. Todo o traçado da cidade está ligado diretamente a uma perspectiva moderna. Um centro político centralizado e localizado na parte alta da cidade, como na antiga polis grega de Atenas, objetivando a ideia de poder “Como centro administrativo cabe-lhe a função de cabeça e de orientador” (LIMA, apud COELHO; VALVA, 2018, p. 104), ruas largas, todas entrelaçadas e combinando com verde das árvores. Pode se dizer que a modernidade que Goiânia produziu, foi uma modernidade possível para a nova capital que se ergueu no sertão (CHAUL, 2015), e materializou-se no urbanismo da cidade e nos seus principais edifícios. Essa perspectiva alimentou o discurso mudancista, pautado pela busca do progresso, onde Goiânia seria a antitradição, ou seja, o contrário a antiga capital.

Deste modo, Berman (1982) nos permite entender que a busca pela modernidade fornecerá novas aventuras, um novo ambiente e contradições que no caso da nova capital está relacionado ao moderno e hábitos antigos. Sobre o tema, o autor diz:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia (BERMAN, 1982, p. 15).

Outro conceito que nos guia para entender a realidade da construção de Goiânia é o de modernização. Segundo Castilho (2012, p. 127), tal conceito “é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território.” Portanto, a construção da nova capital promoveu uma série de transformações que resultou em uma mudança de cenário no Estado de Goiás. A estrutura econômica sofreu alterações com a consolidação da região sudeste, já na política, o grupo de Pedro

Ludovico Teixeira obteve ascensão após o processo revolucionário de 1930. Entretanto, no âmbito cultural, não houve uma transformação drástica, reforçando a perspectiva de Debord (1997), no qual neste caso, houve uma disputa entre tradição e inovação.

A construção da nova capital promove uma união de ideias tanto de Berman (1982), que afirma que a busca pelo moderno entre outros, causa aventuras e crescimento, quanto de Castilho, que afirma que a modernização está relacionada à infraestrutura econômica e mudanças nos aspectos políticos e ideológicos. A mudança da capital do estado prometida pelo interventor acarretaria em transformações políticas, econômicas e ideológicas, uma tentativa de rompimento com o tradicional, denominado pelo novo grupo político em ascensão, de “atraso”. Ainda sobre o processo de modernização representado pela construção da nova capital, este se concretizou nas palavras de Giddens (1991, p. 22), de um “desencaixe das relações sociais”, ou seja, uma separação entre tempo e espaço, que foi percebido no estado após 1930. Deste modo, podemos caracterizar o tempo com o fim do domínio oligárquico no Estado e o espaço com a mudança da capital.

É neste campo de sonhos, expectativas e de busca por modernização que entra em ação, o plano de Atílio Corrêa Lima, que toma como base cidades e capitais europeias e norte-americanas. No desenho e no traçado viário, Atílio mostra-se atento à configuração do terreno, à necessidade do tráfego, ao zoneamento e ao loteamento – aplicativos desenvolvidos pelo movimento moderno. Portanto, a estrutura de Atílio Corrêa Lima para Goiânia incorpora todos estes contributos, privilegia as grandes perspectivas, estabelece o centro cívico e administrativo como elemento fundamental na composição, por ser visto de todos os pontos da cidade (MOTA, 2004).

Em relatório intitulado *A nova capital de Goiás*, publicado em fevereiro 1937, Atílio descreveu todo projeto da nova capital, dividiu-a em zonas, descrevendo a função que esta deveria cumprir. Ficou clara a sua preocupação em relação à questão da água, pois esse foi um dos fatores usados para justificar a necessidade de mudança da capital do Estado. Sobre a água da antiga capital, escreveu:

Á água do subsolo, não pode ser aproveitada por dois motivos, primeiro a composição química da água, saturada de carbonato de cálcio, e de outras substâncias que a tornam viscosa, fazendo-a impotável e refratária ao sabão; segundo, dada a natureza do subsolo, constituído de cascalho e de rocha, não se verifica a epuração natural das fossas fixas, dando-se uma infiltração rápida, que contamina o lençol subterrâneo. (LIMA, apud COELHO; VALVA, 2018, p. 99).

No mesmo relatório, o urbanista descreve todos os mananciais, cursos d'água e suas funções dentro do espaço urbano, como a construção de parques, *park-way*<sup>26</sup>, *playgrounds*, segue o relatório:

O bosque Botafogo, situado ao norte da av. Araguaia, é o principal parque da cidade, pela sua área de 54 ha, e pela sua vegetação luxuriante de lei. Atravessado pelo córrego do mesmo nome, que serpenteia em toda sua extensão, formando algumas corredeiras, presta-se admiravelmente para ser conservado ao natural, tirando-se partido apenas, com alguns caminhos e picadas de passeio (LIMA, apud COELHO; VALVA, 2018, p. 119).

Attílio Corrêa Lima se estende no assunto sobre parques, “O Capim Puba, deverá nas mesmas condições ser destinado a um *park-way*” (COELHO; VALVA, 2018, p. 119). Portanto, existia a ideia de se unir o moderno, representado pela construção humana à natureza, aqui entendida pelo rio e suas adjacências, demonstrando que a modernidade não necessariamente vem ou veio para destruir o espaço natural. Na década de 1930, Attílio já percebia essa importância, corroborado na atualidade pela busca por mais parques verdes nas grandes cidades.

Da análise de Attílio Corrêa Lima para o planejamento de Goiânia, é possível inferir, em uma forma embrionária e ainda muito incipiente, um planejamento regional pelo fato de o arquiteto ter levado em conta a pequena cidade de Campinas, nas proximidades do sítio escolhido, em consideração ao corroborar o interesse em preservá-la e não como um obstáculo ao desenvolvimento da nova cidade, mas como elemento a ser levado em conta no futuro desenvolvimento da nova capital. Tal preocupação pode ser aduzida da transformação da velha estrada que dava acesso à Campinas e a outros pequenos arraiais no entorno na Avenida Anhanguera, que já no final da década de 1940 assumiria posto de grande importância na hierarquização das vias e do tráfego da futura capital. A Avenida Anhanguera recebeu por parte do arquiteto a proposta de um parque linear no cruzamento do eixo norte-sul, onde se concentrariam o comércio e o tráfego mais intenso.

Deste modo, Attílio foi responsável por acompanhar as obras e desenvolver os projetos dos principais edifícios públicos e de algumas tipologias residenciais para funcionários públicos, porém Attílio se desliga do projeto em abril de 1935, e alguns

---

<sup>26</sup>Se constitui numa unidade de conservação de grande beleza cênica, cujo formato e dimensões são definidos pela percepção das paisagens naturais e culturais a serem protegidas, a partir de uma rota principal, a estrada, e que se destina à recreação e ao lazer ao longo desta, e também como forma de promover a integração homem-natureza e o desenvolvimento sustentável da região de sua influência (LIMA, 2011).



desses projetos desenvolvidos por ele, ficaram inacabados (MOTA, 2004). Alguns motivos levaram o arquiteto a deixar o projeto, como a falta de pagamento referente ao trabalho entre outros como afirma o mesmo:

Inúmeras foram as dificuldades que tivemos de vencer, os recursos financeiros eram ínfimos e os métodos de construção ainda primitivos. (...) Foi tremenda, a luta (...). Em pleno sertão devíamos construir uma cidade. Três fatores deveríamos enfrentar: a dificuldade de obter material – ainda inexplorado na ocasião; o problema da mão de obra – deficiente, não adaptada aos métodos modernos de construir – e, finalmente, os transportes para o material vindo de fora. E como se não bastassem as dificuldades acima descritas, tivemos a luta política desencadeada pela oposição durante o período da propaganda eleitoral e a luta subterrânea de resistência passiva movida pelos interesses prejudicados na mudança do centro vital do Estado (LIMA, 1942, p. 50).

No livro *Goiânia: a história em documentos* (2018), em seu prefácio, o historiador Eliezer Cardoso de Oliveira nos atenta por outro fator que foi decisivo na saída de Atílio Corrêa Lima do projeto de construção de Goiânia. Segundo o historiador, houve conflitos de interesses entre o arquiteto e a empresa contratada pelo Estado para executar as obras na nova capital, a Coimbra Bueno, “Inclusive, essas divergências podem ter sido um dos fatores decisivos da sua demissão pelo Governo Estadual em 1935, quando a direção das obras passou a ser executada diretamente pelos irmãos Coimbra Bueno [...]” (COELHO; VALVA, 2018, p. 20). Mota (2004), também cita outros fatores que contribuíram para saída do arquiteto do projeto de construção da nova capital, como a dificuldade de residir em Goiânia para administrar as obras e a alteração do plano inicial.

Com a saída de Atílio Corrêa Lima do projeto da construção da nova capital, ficou a cargo dessa missão o engenheiro Armando de Godoy, que já tinha participado da escolha do sítio de Campinas e das discussões referente ao primeiro plano urbanístico de Atílio. “Com a suspensão da prestação de serviços ao governo do Estado por parte de Atílio Corrêa Lima, o engenheiro Armando de Godoy assumiu a incumbência de ser o consultor técnico dos construtores de Goiânia, os irmãos Coimbra Bueno” (VIEIRA, 2011, p. 9).

Analisando o projeto de Atílio e seus relatórios, fica evidente que o mesmo se preocupou com a ocupação indevida e fora de tempo dos arrabaldes da nova capital. Com isso, os atritos entre o arquiteto e a construtora Coimbra Bueno eram inevitáveis, pois o plano inicial desenvolvido por Atílio não atendia os interesses da empresa dos irmãos. E mais, tais atritos se estenderiam até o ano de 1943, quando Atílio promove um processo

contra a empresa Coimbra Bueno em relação à autoria do primeiro plano da nova capital.

Sobre este fato, Vieira relata:

Mesmo depois que Attílio Corrêa Lima já havia se desligado da construção de Goiânia continuou a ter problemas com os Coimbra Bueno até a década de 1940. Já em 1943, o arquiteto foi obrigado a defender sua posição como autor do projeto original da de Goiânia através de um processo contra a empresa de engenharia dos Coimbra Bueno se utilizando para tanto de documentos assinados pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, pelo governador Pedro Ludovico Teixeira (VIEIRA, 2011, p. 11).

Assumindo o projeto de construção da nova capital, Armando de Godoy inicia mudanças no projeto inicial, produzido por Attílio. Suas modificações são referências de uma escola moderna americana que se difere da orientação de Attílio, a escola clássica francesa. Manteve-se a estrutura viária com os três eixos proposto por Attílio e o centro administrativo, sendo que os anéis da praça do centro administrativo foram modificados para maior circulação de trânsito. A parte comercial da nova capital também sofreu modificações, sendo diminuída, além de alterações em relação ao setor sul (VIEIRA, 2011).

O setor sul é a maior prova das divergências entre Attílio Corrêa Lima e Armando de Godoy, enquanto o primeiro não acreditava no sucesso da chamada cidade-jardim, o segundo defendia a ideia. Isso se confirma na diferença de projetos, o primeiro realizado pelo arquiteto e as modificações feitas pelo engenheiro. “Godoy insistiu na adoção da cidade-jardim apostando na distinção entre a cidade antiga e a cidade moderna, em sua ação civilizadora e econômica.” (VIEIRA, 2011, p. 13). Para Godoy, o crescimento urbano seria resolvido com as cidades satélites, fato este se confirmando no plano diretor de 1938, promovendo Campinas como a primeira cidade satélite de Goiânia.

Godói estava influenciado pelos bairros jardins paulistanos projetados por Barry Parker e empreendidos pela Companhia City, principalmente o Jardim América. Godói também tinha um partido diferente do de Attílio quando à expansão urbana. Propõe que o limite de 50.000 habitantes fosse cumprido, e que o crescimento da cidade se desse através de cidades-satélites (MOTA, 2004, p.26).

Sabe-se que os projetos de Attílio Corrêa Lima e de Armando de Godoy não foram totalmente respeitados pela construtora Coimbra Bueno, pois esta se preocupou em obter altos lucros com a especulação imobiliária. Já se notava na fala em relatório, enviado ao

Estado de Goiás por um dos irmãos proprietários da construtora, Jerônimo Coimbra Bueno, que opina sobre o projeto de Armando de Godoy:

Aqui para Goiânia, não podemos garantir que o plano seja executado como quer o doutor Armando de Godoy, isto é, que a cidade não passe dos contornos para os quais foi projetada – é muito possível que a evolução de nossa sociedade venha a determinar orientação diferente, determinando a extensão da cidade para fora do perímetro atualmente projetado. Por isso, é necessário prever uma legislação que faculte esta evolução. Isto dificilmente será conseguido se o Estado vender, em vez de arrendar, faixas de terras, em torno da cidade (ALVARES, 1942, p. 36).

No ano de 1937, a construtora Coimbra Bueno já apresentava novos planos de obras para a construção de Goiânia que seriam executadas por equipes contratadas pela a mesma. Em julho de 1938 o plano foi aprovado pelo Governo do Estado, no decreto 90-A. Logo em seguida, a construtora dos irmãos Coimbra Bueno já conseguia a aprovação do primeiro loteamento particular da nova capital, o Setor Coimbra<sup>27</sup>, algo que era proibido de acordo com Mota (2004). Este fato fez com que se criasse um certo atrito entre o então interventor Pedro Ludovico, que visava cumprir com o plano modificado de Godoy, e os irmãos Coimbra Bueno. Sem dúvidas, com essa medida, os irmãos Coimbra Bueno se tornaram os primeiros especuladores imobiliários da nova capital, dificultando um possível sucesso dos planos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy.

Empresa contratada inicialmente para a execução das obras e, num segundo momento, após a demissão de Atílio Corrêa Lima em abril de 1935, para a finalização do plano da cidade. A remuneração pelos serviços prestados pela empresa correspondia a 12% do valor das obras executadas, pagos da seguinte forma: 7% em dinheiro e 5% em terrenos na nova cidade. Estes terrenos só seriam entregues após a finalização das obras, mas os proprietários da empresa poderiam, antes, reservar os lotes que fossem de seu interesse e, caso estes ultrapassassem o valor pré-determinado, deveriam comprá-los do Estado (MONTEIRO, 1938, p.148).

Em 1934 foi autorizada a venda de lotes na parte periférica da futura capital (decreto nº 5.136), sendo que o objetivo era ocupar para produzir, ou seja, destinados a chácaras e pequenas lavouras. Até ano de 1947, somente o Governo do Estado poderia planejar, negociar, implantar novos bairros, entretanto neste mesmo ano foi autorizado pelo Governo<sup>28</sup> a criação de loteamentos privados. Percebe-se uma certa pressa do

---

<sup>27</sup>De acordo com MOTA (2004), os irmãos Coimbra Bueno usariam o termo “Satélite de Campinas” para aprovar o loteamento do novo bairro.

<sup>28</sup>É importante lembrar que o governo de Pedro Ludovico Teixeira se encerrou com o fim do Estado Novo, seu sucessor foi Jerônimo Coimbra Bueno, um dos proprietários da principal construtora da nova capital.

Governo Estadual em incentivar logo a ocupação da nova capital, tanto na parte central, considerada nobre, quanto na região suburbana, a chamada periferia. Com isso, demonstra a falta de planejamento por parte do Governo do Estado que juntamente com a especulação imobiliária, não seguiu os primeiros planos diretores.

**Figura 10:** Propaganda imobiliária feita durante a construção da nova capital.



Fonte: Goiânia art déco – acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2010.

A classe operária não recebeu os mesmos incentivos do Estado para conceber suas habitações, diferentemente de funcionários públicos e pessoas com poder aquisitivo favorável (estes tinham um prazo de dois anos para construção de suas habitações). Muitos desses operários viviam em cabanas feitas pelo próprio Estado, onde a situação era extremamente precária, em muitos casos, famílias de operários se fixavam em locais denominados “invasões”, ou seja, habitações irregulares. As áreas planejadas que deveriam ser destinadas às construções das habitações de operários, foram ocupadas pela classe média, pois estes não tinham recursos para adquirir os lotes (MOTA, 2001). Esse fato se difere do plano inicial de Atílio Corrêa Lima, no qual o arquiteto planejou duas zonas habitacionais, ligadas às classes sociais: Habitação A, região nobre; Habitação B, suburbana.

As redes de infraestrutura começaram a ser implantadas por empresas privadas em 1934, de forma lenta e precária. Em maio de 1936 foi inaugurada a usina elétrica da represa Jaó, que forneceria energia às repartições públicas e a algumas casas particulares. Até 1938 a rede de água havia sido parcialmente implantada na área central, junto as

---

A partir daí, se percebeu um grande crescimento urbano pois o Estado incentivou a compra e venda de novas terras. O próprio governador era um dos maiores proprietários de terra da nova capital e região.

residências construídas para funcionários, ao hotel e aos edifícios administrativos. Somente em 1945 chegou a atender toda a área. Apenas em 1941 que foi iniciada a construção de uma rede de esgoto<sup>29</sup>, em 1940 a pavimentação asfáltica e até 1948 o transporte era feito por uma lotação que fazia a ligação entre o centro da nova capital e a cidade satélite de Campinas. É interessante perceber que as obras foram iniciadas mesmo sem que o plano diretor fosse aprovado ou finalizado.

Com as obras aceleradas já no final da década de 1930 e década 1940, as ocupações irregulares ou incentivadas pelo Governo Estadual, foram crescendo e alguns loteamentos foram surgindo como de Botafogo, Nova Vila e Vila Nova. Segundo Chaves:

O Estado oscilava entre a convivência e a repressão e essas invasões, pelos seguintes motivos: necessidade de áreas para alojar um contingente de trabalhadores crescente, permitindo o barateamento do custo da construção da cidade e a formação de uma força de trabalho urbana; necessidade de concentração dos trabalhadores num mesmo lugar, facilitando o seu controle; o fato do Estado ser o único promotor imobiliário e ser populista (CHAVES, 1986, p. 38).

Portanto, não cumprindo a risco o primeiro plano de Atílio Corrêa Lima, mesmo com modificações de Armando de Godoy, a cidade crescia sem controle em relação à periferia. Neste caso, as margens dos córregos foram sendo ocupadas por famílias que buscavam novas oportunidades, fruto de um processo migratório. Por outro lado, não houve um incentivo necessário do Governo Estadual que amparasse essas famílias que por sua vez viviam em situações precárias. E foi desta forma que a cidade foi se consolidando, dividida em duas grandes áreas distintas: a primeira composta por edifícios públicos, avenidas largas e habitações com traços Art Déco ou eclética; na segunda, moradias improvisadas em áreas invadidas, principalmente nas margens dos córregos, sem a presença do Estado que por sua vez, quando aparecia, usava da repressão (MOTA, 2004). Sobre este quadro, Gonçalves (2003) afirma que a realidade da nova capital se caracterizava em duas regiões denominadas de cidade planejada e cidade marginal, sendo que a “primeira, foi pensada de acordo com os preceitos que o urbanismo moderno preconizava. A segunda surgiu nas áreas que foram privadas do urbanismo enquanto bandeira de uma modernidade possível e fez nascer uma arquitetura de exclusão.” (p. 70).

---

<sup>29</sup>Até esse momento eram usadas fossas sépticas que por muito tempo foram utilizadas na área suburbana (MOTA, 2004).

**Figura 11:** Habitações improvisadas.



Fonte: PINTO, 2014.

Desta forma, como foi mencionado, a expansão da nova capital, deveria ser através das “cidades satélites”, porém o próprio Estado autorizou em 1947 a criação de loteamentos privados, distanciando do projeto urbanístico de 1933. E mais, neste mesmo período foi ampliada a área de urbanização para além dos rios João Leite e Meia Ponte, córregos Anicuns, Cascavel, Vaca Brava, Onça, e pela Represa Jaó (decreto 574/47), com isso a zona urbana passou a envolver propriedades privadas, alimentando mais ainda a especulação imobiliária.

Impedir o crescimento urbano e populacional em uma cidade que foi planejada para ser a capital no Estado, sem dúvidas, seria e é impossível, porém o que se percebeu foram as manobras criadas pelo próprio Estado, representadas por empresários, com intuito de buscar lucros ou atender interesses políticos e comerciais. Já na década de 1950, Goiânia crescia ligeiramente, sem controle e planejamento. Mesmo com a volta de Pedro Ludovico Teixeira (1951-1954), este não impediu a especulação imobiliária que se intensificou no governo de Jerônimo Coimbra Bueno. A região suburbana foi invadida e habitada precariamente, e pior, com o aval do próprio Estado.

[...] os anos 50 se caracterizavam pelo grande número de loteamentos aprovados, provocando a expansão horizontal e dispersa de Goiânia. Enquanto na década de 30 foram aprovados 4 loteamentos e na década de 40 apenas 2 loteamentos, na década de 50 foram aprovados 179 loteamentos (PENIDO, 2000, s/p).

Juliana Costa Mota em sua dissertação também analisa o fato:

O interventor que construiu Goiânia e o primeiro prefeito da cidade voltaram ao poder na década de 50 (Pedro Ludovico Teixeira governou o Estado entre janeiro de 1951 e julho de 1954, e Venerando de Freitas Borges foi prefeito de Goiânia entre janeiro de 1951 e janeiro de 1956) e nada fizeram para mudar a forma como estava sendo conduzido o seu crescimento. Apenas em 1959, na gestão do prefeito Jaime Câmara, os loteamentos privados foram novamente proibidos (MOTA, 2004, p. 43).

O crescimento acelerado da nova capital, distanciando dos primeiros planos urbanísticos, provocou uma grande demanda de áreas, que por sua vez, provocou uma ocupação irregular em regiões que não poderiam ser ocupadas, como as margens de córregos e rios, locais próximos aos mananciais e de cursos d'água. As consequências serão analisadas adiante, principalmente em relação ao rio Meia Ponte, mas primeiramente, iremos apresentar o rio em seus aspectos físicos além de confirmar sua importância para a cidade de Goiânia.

## **CAPÍTULO 2 – O RIO MEIA PONTE: BIOGRAFIA, IMPORTÂNCIA PARA A NOVA CAPITAL E FONTE DE LAZER.**

O objetivo deste capítulo é o de compreender a relação entre Goiânia e o rio Meia Ponte, no que se refere aos seus aspectos físicos, como sua nascente, vegetação, bem como sua história. Através de mapas cartográficos, apresentamos o percurso do rio no estado e no espaço da capital, e destacamos alguns problemas enfrentados por ele em seu trajeto na região metropolitana de Goiânia, relativo à sua degradação e poluição. Ressaltamos a seguir a importância do rio para reforçar a justificativa de transferência da capital do estado, tal qual para sua construção e desenvolvimento. O rio foi a principal fonte de energia elétrica e de abastecimento de água para a nova capital além, segundo os primeiros planos urbanísticos, de fornecer uma área próxima a cachoeira do Jaó, como local de lazer para os goianienses.

### 2.1. Meia Ponte: a biografia de um rio.

*“[...] É, o meu Rio Meia Ponte  
Tão nobre, nas tuas ribeiras de Goiás  
Mesmo que tu não vejas em alpestre  
Esse rio doce, também corre em mim.  
Nascendo coração viril  
Do outeiro dos Brandões  
Comuna promissora de Itauçu,  
Rincão fidalgo do meu Goiás!”  
(Wolney Tavares)*

Antes de nos debruçarmos nos aspectos físicos do rio Meia Ponte com o objetivo de conhecer o rio desde seu nascimento até seu desaguar no rio Paranaíba, um questionamento pode ser colocado: o que é um rio? Tecnicamente, e utilizando apenas as ciências naturais, a resposta não seria uma tarefa das mais difíceis, devido à quantidade de informações existentes, produzidas por inúmeras expedições e por causa das facilidades promovidas pelas tecnologias, por exemplo, o uso de satélites para sua visualização. Mas os rios ultrapassam essa perspectiva natural, pois representam muito mais que corpos d'água. Para Gandara (2010), os rios têm funções e sentidos, é um espaço social e contínuo, que constrói representações e memórias. Assim, pensar em um rio é pensar em um fluxo, permanente, neste caso um duradouro devir, interpretando o filósofo pré-socrático Heráclito de jamais podermos nos banhar duas vezes no mesmo rio. Suas águas correm, são movimento, assemelhando ao próprio movimento da vida, assim, essa ideia é uma representação possível da imagem e da presença do rio como elemento da paisagem e como recurso literário.

Na obra organizada pelo historiador ambiental Gilmar Arruda, os rios não são analisados apenas como um fenômeno natural, que representam a divisa de fronteiras, que abastecem vilas, cidades e até civilizações, eles possuem uma perspectiva histórica, de memórias e territórios. Os rios trazem significados para diversos grupos sociais, permitindo compreender a ligação entre a história humana e as condições ambientais. Os rios além de natureza, também são cultura (ARRUDA, 2008).

Nessa busca para se entender o significado de um rio, a reflexão de Lucien Febvre (2000) sobre o Reno pode ser útil.

O Reno: no exato momento em que pronuncia esse breve nome, o homem de hoje sente brotar em sim mesmo uma imagem. Sobre a página em branco de sua memória perfila-se, com uma nitidez singular, o traçado de um grande rio histórico [...]. Nenhum mistério nessa evocação, nenhum problema nesse reconhecimento. Esse Reno é uma pessoa. Não hesitamos em identificá-lo como tal, da nascente à foz, assim como não hesitamos em reconhecer, ao vê-lo diante de nós, um velho amigo de sempre (FEBVRE, 2000, p. 71).

Segundo Febvre, o rio pode ser visto como uma construção humana, pois promove imagens, histórias, relatos e memórias. Assim sendo, reforça a perspectiva de que o rio é, sem dúvida, objeto de vários estudos, atingindo assim, esferas sociais. Como Drummond (1991, p. 4) afirma, “É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social”. Portanto, seria imprescindível conhecer



os aspectos geofísico do rio Meia Ponte, iniciando com uma abordagem sobre a condição hídrica da região onde o rio passa.

Deste modo, apresentamos a questão hídrica de Goiás, onde este situa-se numa posição estratégica, tendo na água um bem relativamente abundante. Em pleno Cerrado, no Planalto Central, região que abrange boa parte do território goiano, além da importante Bacia do Araguaia-Tocantins, uma boa quantidade de rios que ali nascem correm em direção às principais bacias brasileiras, sendo por isso o Cerrado conhecido como o “berço das águas” ou “a caixa d’água do Brasil”.

No dizer de Guimarães Rosa, o Cerrado é ‘uma caixa-d’água’. Um dos conflitos ambientais mais intensos vividos nessas regiões do Planalto Central está relacionado à questão da água, não pela sua escassez, haja vista ser abundante, mas sim aos conflitos de classe por apropriação e expropriação de terras e de águas. Ali, a água captada nas chapadas pelos pivôs centrais rebaixa o lençol freático, fazendo secar rios, lagoas, brejos e pântanos, onde uma rica biodiversidade e (agri) cultura camponesas e desenvolvem historicamente (ROSA, apud GONÇALVES, 2006, p. 428).

O estado de Goiás apresenta uma hidrografia rica, representada por quatro bacias: Bacia do rio Paraná; Bacia do Tocantins; Bacia do São Francisco; Bacia do Araguaia (GALINKIN, 2003). Desde tempos coloniais, os rios goianos refletiam sua importância, tanto em relação aos nativos quanto em relação à colonização portuguesa, pois estes eram usados como vias de transportes, devido à dificuldade de adentrar o sertão goiano. Foram várias as autoridades coloniais que argumentavam sobre as péssimas situações das estradas reais e as dificuldades para se conquistar o Cerrado goiano, sendo as vias fluviais uma opção clara, pois existiam inúmeros rios navegáveis. Sobre esta questão, Chaul afirma:

Governadores de província e viajantes sempre chamaram a atenção das autoridades para o potencial das vias fluviais em Goiás. Pohl já destacara a importância das rotas de navegação numa possível ligação entre Goiás e Pará, através do Rio Maranhão. Todos pediam maiores investimentos para o desenvolvimento das vias fluviais, entendendo que estas podiam proporcionar a Goiás uma dinâmica comercial coerente com suas possibilidades econômicas (CHAUL, 2015, p. 68).

Palacín (1972) observa outro fator que dificultava o investimento da coroa portuguesa em um transporte fluvial, se referindo ao alto gasto em relação à cobrança dos remadores, “[...] uma canoa de sal levava dois meses e meio ou três desde Belém a São Pedro de Alcântara no Maranhão, os altos salários dos remadores – 50 oitavas por viagem

[...]” (PALACÍN, 1972, p.185). Mesmo sem incentivo metropolitano considerável, os rios eram utilizados de várias formas, como ponto de referência por aventureiros em busca de metais preciosos. Neste caso, a economia mineradora se baseava na extração do ouro de aluvião<sup>30</sup>. Os rios também eram utilizados como marco de fronteira provincial, tendo como exemplo claro, o rio Araguaia, que marcava a divisa entre as províncias de Mato Grosso e Goiás<sup>31</sup>. Além do mais, não podemos esquecer da utilização dos rios por parte dos nativos, que sem dúvidas, iniciada anteriormente à chegada do europeu no continente. Para uma melhor análise referente à abundância de recursos hídricos no estado de Goiás, apresentamos na figura 12 suas Bacias Hidrográficas<sup>32</sup>.

**Figura 12:** Bacias hidrográficas do Estado de Goiás.



Fonte: GOIÁS, 2001.

Deixando para trás as bacias hidrográficas de Goiás para navegar novamente nas águas do rio Meia Ponte, historicamente, percebemos sua importância como anterior à chegada das primeiras bandeiras no atual estado de Goiás. O nome do rio é referente ao papel dos bandeirantes na procura do ouro na região do atual estado de Goiás. O primeiro

<sup>30</sup>Ouro extraído das margens dos rios, os mineradores utilizavam a bateia para separar metais preciosos da água, pedras e areia.

<sup>31</sup>Divisa que é utilizada até os dias atuais.

<sup>32</sup>Apesar de mencionar em alguns momentos a Bacia do Hidrográfica do rio Meia Ponte, não iremos nos aprofundar neste tema devido a sua complexidade, pois esta abordagem significaria uma fuga do nosso objetivo central, que neste caso é o rio Meia Ponte. Assim, mais adiante, apresentaremos em uma nota de rodapé somente algumas informações necessárias.

documento que traz este relato se denomina *Chorographia Histórica da Província de Goyas* escrito por Raymundo José de Cunha Matos, enviado ao próprio imperador D. Pedro I em 1824, que registra:

[...] Neste ponto, o autor interrompe a sua narrativa para então informar a seus leitores que este nome se deve ao fato de que os “Paulistas chegando a este ribeirão em ocasião da cheia, para o passarem fabricaram uma espécie de ponte de dous páos, dos quais um foi levado pela corrente; e por este incidente deram o nome de Meia-Ponte ao ribeirão, e depois ao arraial [...] (MATTOS, apud SAKAI, 2015, p. 60).

O rio Meia Ponte, afluente do rio Paranaíba, nasce na serra dos Brandões, no município de Itauçu, confirmando os versos poéticos de Wolney Tavares, poeta e servidor público da cidade Goiatuba, admirador do rio. Seu curso tem direção predominante norte-sul na maioria de sua extensão. A bacia hidrográfica<sup>33</sup> do rio Meia Ponte, com área de drenagem de 12.180 km<sup>2</sup>, situa-se no centro-sul do Estado de Goiás e está contida entre os meridianos 48° 46' 48" e 49° 44' 51" de longitude a oeste de Greenwich e os paralelos 16° 06' 38" e 18° 32' 153" de latitude ao sul do Equador (GOIÁS, 2002, p. 6).

Limita-se ao norte com a bacia hidrográfica do rio das Almas, a oeste com a bacia hidrográfica do rio dos Bois, a nordeste com a bacia hidrográfica do rio Corumbá e ao sul deságua no rio Paranaíba. Seus limites naturais são a Serra dos Brandões ao norte e a Serra dos Pirineus a nordeste. Seus principais afluentes pela margem direita são o rio Dourados e os ribeirões Santa Bárbara, Paraíso e Boa Vista; pela margem esquerda são os ribeirões João Leite, Formiga, Boa Vereda e rio Caldas. A bacia hidrográfica do rio Meia Ponte representa 3,56% da área do território do Estado. Estão inseridos nesta região 37 municípios goianos, incluindo a capital Goiânia e as cidades de Anápolis, Morrinhos, Goiatuba e Itumbiara (GOIÁS, 2002, p. 7).

Sobre a formação do rio Meia Ponte, algumas informações são interessantes, com o intuito de compreender o nascimento do rio. O geocientista Rubin de Rubin (2002), afirma que o rio se consolidou em dois momentos distintos conhecidos como Plioceno<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup>A bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um rio é a área de drenagem que contém o conjunto de cursos d'água que convergem para esse rio, sendo, a montante, limitada em superfície pelos divisores de água, que correspondem aos cursos d'água, denominado rede de drenagem, está estruturado, com todos os seus canais, para conduzir a água e os detritos que lhe são fornecidos pelos terrenos da bacia de drenagem. (JORGE; UEHARA, apud GORSKI, 2010, p. 42).

<sup>34</sup>Também conhecido como Pliocénico, é a última época do antigo período Terciário (atual Neogeno) da Era Cenozoica. Está compreendido entre há cerca de 5 e 2 milhões de anos.

e Pleistoceno<sup>35</sup>. Segundo Rubin, a formação da bacia hidrográfica do Meia Ponte teve início entre final do Plioceno e início do Pleistoceno. O final do Plioceno e início do Pleistoceno, em relação ao Meia Ponte, corresponde a uma fase de estruturação do rio: “a calha deste rio foi entulhada principalmente por leques aluviais e barras longitudinais de canal, talvez de um paleo-rio Meia Ponte.” (RUBIN, 2002, p.97).

Segundo Barbosa e Schmitz (1998), a segunda fase, o Holoceno, indica a “instalação” do que se refere o rio Meia Ponte. Neste cenário, este segundo momento de estruturação da bacia do rio Meia Ponte coincide com transformações radicais na forma do continente, como era estruturado até então. No final do Pleistoceno Superior e Holoceno Inicial, grandes mudanças ambientais de dimensões continentais, com matizes localizados, ocasionaram entropias de sistemas físicos e culturais. Essas mudanças ambientais que marcam o início do Holoceno decorreram do recuo glacial, que culminou em uma redução das áreas de savana e desertificação de certos locais.

Uma condição primordial para a ocupação humana em uma determinada região é a presença de água, elemento imprescindível para a vida, por isso, a região da bacia do rio Meia Ponte era propícia para a tal ocupação (BARBOSA; SCHMITZ, 1998). Ainda assim, acerca do Cerrado, podemos fazer algumas considerações relevantes no que se refere aos ambientes aquáticos, fonte de nossos estudos.

Barbosa e Schmitz (1998) apresentam, através da análise dos dados encontrados nos sítios arqueológicos, qual seria o tipo de planejamento ambiental, com base nos ciclos de abastecimento propiciados pelo sistema biogeográfico Cerrado. Alguns desses dados são muito elucidativos para pensarmos também a bacia do Meia Ponte, “o abastecimento de água não seria problema no sistema do Cerrado, mesmo levando-se em consideração os aspectos climáticos do final do Pleistoceno e Holoceno inicial.” (BARBOSA; SCHMITZ, 1998 p. 22).

Percorrendo a trajetória do Rio Meia Ponte podem ser encontradas fitofisionomias de Cerrado sentido restrito, Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, e Áreas de Tensão Ecológica.<sup>36</sup> Dentre as espécies vegetais de maior ocorrência, tem-se a peroba (*Aspidosperma cylindrocarpon* Muell. Arg.), canela (*Aspidosperma pruinosum* Markgr), jequitibá-branco (*Cariniana estrellensis* (Raddi) Kuntze), jatobá (*Hymenaea courbaril*

---

<sup>35</sup>Período que corresponde a época do período Quaternário da era Cenozoica do éon Fanerozoico que está compreendida entre 2,588 milhões e 11,7 mil anos atrás, abrangendo o período recente no mundo de glaciações repetidas.

<sup>36</sup>Áreas de tensão ecológica são aquelas em que ocorre a transição entre dois ou mais tipos de vegetação, conhecidas por ecótonos segundo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012).

Linné), angico-vermelho (*Piptadenia peregrina* (L.) Benth.), ipê amarelo (*Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nichols), aroeira (*Myracrodruon urundeuva* (Allemão) Engl.), pau-terra (*Qualea grandiflora* Martius), lixeira (*Curatella americana* Linné) e outras (AAPC, 2020). Se faz necessária, a menção de tais espécies por constituírem elementos significativos da medicina tradicional e popular dos povos do Brasil Central.

Rubin também analisa a cobertura vegetal que emoldura o Meia Ponte, dividindo-as em duas regiões: as savanas e as florestas, biomas<sup>37</sup> típicos do Cerrado (1998, p. 118). Ainda a respeito da vegetação às margens do rio Meia Ponte, reforçamos a importância para a proteção dos recursos hídricos, com predomínio da Floresta Estacional Semidecidual nas Matas Secas, Matas Ciliares e Matas de Galeria e, também, a presença do cerrado sentido restrito.

A vegetação atua na qualidade ambiental como fator de renovação do oxigênio, fixador de partículas em suspensão, amenizador do clima, gerador de sombreamento e de umidade, pelo processo de evapotranspiração, coadjuvante no sistema de drenagem e na prevenção de inundações. Retém a água, protege o solo contra a lixiviação e erosão, além de proteger do assoreamento as margens dos rios, assegurando a filtragem de suas águas, e evitando a compactação do solo ao redor das nascentes (GORSKI, 2010, p. 44).

**Figura 13:** Vegetação nas margens do rio Meia Ponte, área localizada no setor Criméia Leste.



Fonte: Guardiões do Meia Ponte, 2020.

---

<sup>37</sup> Bioma – termo aqui empregado na concepção de Coutinho que se refere ao sistema biogeográfico do Cerrado como um mosaico de biomas. Dentre eles, as savanas, as florestas e outros.

**Figura 14:** Vegetação das margens na transição de Mata Ciliar para Mata de Galeria do rio Meia Ponte, área localizada na Vila Coronel Cosme.



Fonte: Acervo do autor, jan. de 2021.

**Figura 15:** Vegetação nas margens do rio Meia Ponte, área localizada no setor Vila Morais.



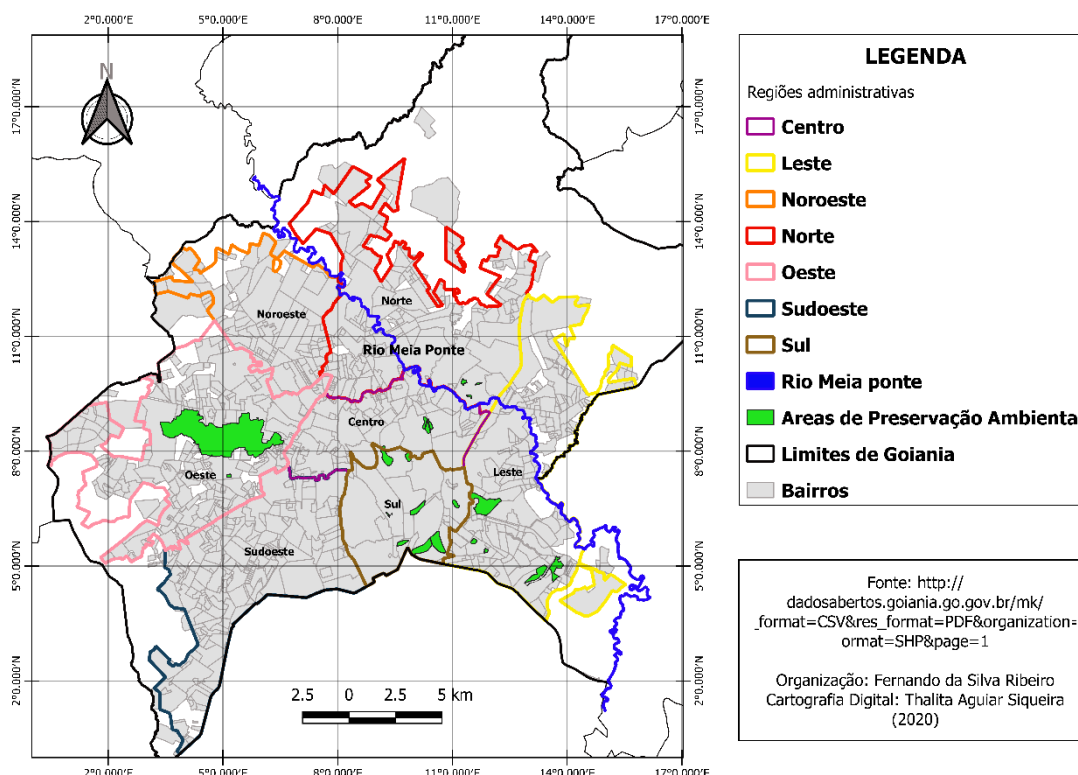
Fonte: Acervo do autor, jan. de 2021.

Conforme as imagens acima, podemos perceber alguns aspectos da vegetação do rio Meia Ponte, porém observa-se também o desmatamento, situação que se estende ao trajeto do rio pela cidade de Goiânia. Por outro lado, há mais de oitenta anos, as características físicas da região de Campinas, assim descrita na época, constituíram fatores importantes para a implantação da cidade em 1933, da qual a geografia possuía características físicas que a tornariam, com o tempo, o principal abastecedor aquífero no passado e cuja contribuição parcial predomina até os dias de hoje. O rio localiza-se, ainda, no contexto administrativo como o terceiro eixo logístico de desenvolvimento do Brasil (Goiânia-Brasília), orientado principalmente pelas características da bacia do rio Meia Ponte, em seu potencial econômico.

Esta bacia, que vem apresentando um expressivo desenvolvimento nos últimos anos, se consolida cada vez mais como um importante eixo logístico, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e também como uma fronteira agrícola em franca expansão, em especial para a produção de grãos e café, ao qual se associa uma forte agroindústria, associada principalmente à cadeia da cana-de-açúcar. Além disso, apresenta importante trecho navegável da Hidrovia do Paraná e um expressivo parque de geração hidrelétrica, que é complementada pela atividade industrial e forte concentração populacional nos centros urbanos, que abrigam cerca de 8,5 milhões de habitantes. Todas estas características, somadas às potencialidades da bacia em termos de clima, solos, bens minerais e biodiversidade, realçam a importância crescente da região para o País (PARH, 2013, p. 15-16).

No perímetro urbano de Goiânia, o rio Meia Ponte corta mais de 30 bairros, seguindo a região noroeste-sudeste, com um percurso de 30 km, abrangendo seis regiões administrativas, sendo elas: Região Noroeste, Região do Vale do Meia Ponte, Região Norte, Região Central, Região Leste e Região Sudeste (PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA, 2007). O mapa 1 atesta com clareza todo o trajeto do rio na cidade de Goiânia.

**Mapa 1:** Trajeto do rio Meia Ponte no perímetro urbano de Goiânia.



Em referência às condições físicas e hidrológicas do manancial, sua descrição pode ser retratada como um dos dois rios entre os 85 cursos d'água que cortam o

município de Goiânia, marcado pela poluição que atinge suas margens com altos níveis, elevando-o assim, ao posto de sétimo rio mais poluído do Brasil (SAKAI, 2015). Conforme dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (SEMDUS), são lançados mais de 180 mil m<sup>3</sup> de esgoto e uma tonelada de resíduos sólidos todos os dias no leito do rio Meia Ponte. Ainda sobre os cursos d'água, estes contêm componentes físicos, como afirma Gorski (2010):

Os componentes físicos dos cursos d'água incluem a vegetação das margens, o leito (vazante, menor e maior), com suas características de largura e profundidade, poços ou depressões, soleiras, meandros, planícies de inundação ou várzeas. Esses elementos desempenham papéis específicos no ecossistema fluvial, incluindo transporte de água e de sedimentos, armazenagem ou transbordamento das águas de enchentes, além de abrigarem *habitats* terrestres e aquáticos da fauna e da flora (GORSKI, 2010, p. 47).

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), nos 10% de extensão do rio ocupados pela capital, a degradação ocorre devido a problemas diversos, que vão desde a especulação imobiliária nas áreas do seu entorno até o lançamento de esgoto com ou sem algum tratamento. Uma contradição ao fato de Goiânia ser sua maior beneficiada pelo abastecimento, que ainda acaba comprometendo os 150 km à jusante do rio e os municípios que o margeiam com uma água de péssima qualidade (ANA, 2011).

**Figura 16:** Esgoto jogado no rio Meia Ponte.



Fonte: Goiânia - no coração do Brasil, 2019.



**Figura 17:** Esgoto doméstico jogado no rio Meia Ponte, Vila Coronel Cosme.



Fonte: Acervo do autor (grifado), jan. de 2021.

Neste caso, a utilização da água do rio Meia Ponte no perímetro urbano de Goiânia não é recomendada devido ao alto teor de poluição, segundo a análise do Instituto Aqualit feita em 2017<sup>38</sup>. A atividade humana, como agricultura, a atividade industrial e dentre outras, liberam no ambiente natural contaminantes químicos que deixam a qualidade da água sem a menor chance de uso pela população, contrariando assim, o rio doce como apresentado na epígrafe no poema de Wolney Tavares, neste caso, em Goiânia.

Siqueira (1996) afirma que tanto as indústrias, como a concentração populacional nas margens do rio Meia Ponte poluem suas águas, chegando a ser, em alguns pontos, imprópria para o tratamento convencional destinado abastecimento da cidade. A água contaminada com dejetos humanos e altos teores elementos químicos como metais pesados, se consumida pode ser a responsável por desequilíbrios na saúde humana e por veicular bactérias, protozoários e outros organismos (ANA, 2020). Assim, o consumo de água imprópria é responsável por 80% das causas de diarreias agudas segundo dados da Organização Mundial de Saúde (2017).

Aspectos como a condutividade, cor verdadeira, DBO, OD, óleos e graxas, fósforo, nitrito, nitrogênio amoniacal quando analisados, normalmente são determinados como fora do padrão exigido para água doce (classe 1 e 2) pelo Conselho Nacional do

---

<sup>38</sup>Em outubro de 2017 o jornal *O Popular* produziu uma série de reportagens sobre a situação do rio Meia Ponte, onde foi constatado que a água do rio não era propícia para o consumo, devido à alta poluição. O Instituto Aqualit foi responsável pela análise da água em 4 diferentes pontos: Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dr. Hélio Seixo de Britto, no Jardim Balneário Meia Ponte, após a ETE, em Senador Canedo (em ponte da GO-020) e na Usina do Rochedo (O POPULAR, 12 de out. 2017).

Meio Ambiente (CONAMA), Resolução 357 (BRASIL, 2005) e Organização Nacional da Saúde (OMS).

Durante o período de seca é comum a diminuição da vazão dos rios, e no caso do rio Meia Ponte não é diferente, sendo ainda agravado por reservatórios irregulares e a poluição, como mencionado anteriormente. Este problema compromete o abastecimento de Goiânia e regiões metropolitanas como é noticiado na reportagem: “A vazão da bacia do Rio Meia Ponte registrou uma média de 1.481 litros por segundo na manhã desta quinta-feira, 12. Após um período de estabilidade, a vazão vem caindo desde terça-feira, dia 10, quando registrou 2.325 l/s. Na quarta-feira, a média foi de 1.762 l/s” (JORNAL OPÇÃO, 12 de set. 2019).

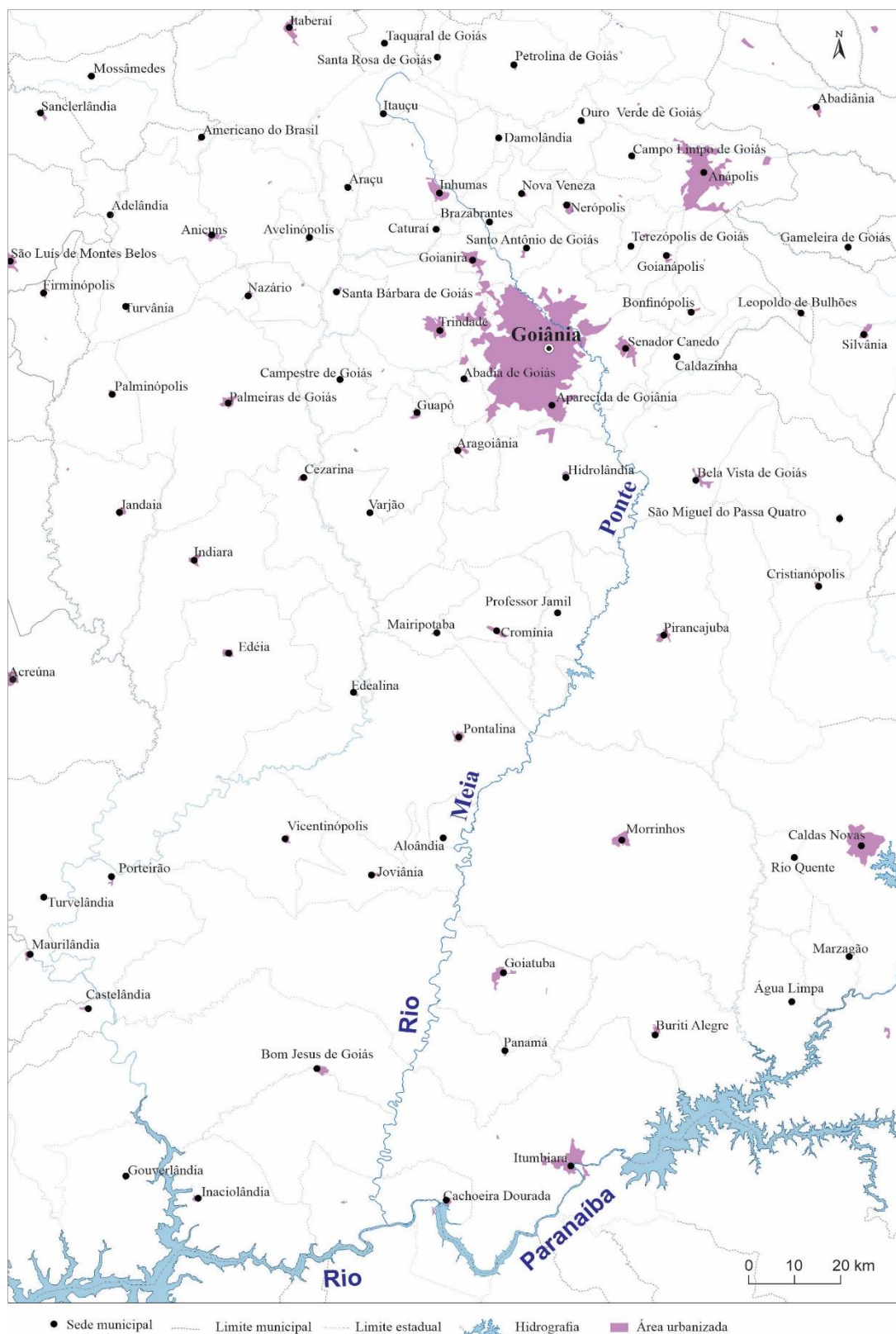
No período chuvoso, que é caracterizado entre os meses de novembro a abril, bairros ribeirinhos sofrem com as cheias do rio, cujas águas invadem o espaço urbano, problema este causado pelas chuvas e pelo lixo jogado em suas águas.

Segundo o Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás (Cimehgo), a alta no volume das águas do Meia Ponte já chegou em Goiânia, com alguns bairros e comunidades que margeiam o rio afetados. O nível do rio ultrapassou os seis metros na capital, nesta quarta-feira (22). O órgão emitiu um alerta geral para as regiões banhadas pela Bacia do Rio Meia Ponte, que pode receber mais chuvas nos próximos dias (DIÁRIO DE GOIÁS, 24 de abr. 2020).

De acordo com Borsoi e Torres (1997), a degradação dos recursos hídricos urbanos afeta direta ou indiretamente a segurança e o bem estar da população. Assim como as atividades sociais e econômicas, a fauna e a flora, tornando-se evidente através das paisagens. Para os autores, o controle da poluição da água visando a assegurar e manter níveis de qualidade compatíveis com a sua utilização é de vital importância para a sustentabilidade da vida, pois a água deve ser considerada um bem ecológico, social e econômico, porque é finita, vulnerável e essencial para a conservação da vida e do meio ambiente.

Em todo o seu trajeto de 472 km, desde seu nascimento na Serra dos Brandões, passando por vários municípios de Goiás, até o seu encontro com o Paranaíba, o rio Meia Ponte demonstra vida, mesmo sofrendo com a indiferença no espaço urbano de Goiânia. Parte importante de uma engrenagem hídrica do Estado, o rio que hoje é visto com um olhar indiferente por parte dos goianienses foi peça importante no desenvolvimento da construção de Goiânia.

Mapa 2: Percurso total do rio Meia Ponte.



Organização: Autor.  
Cartografia Digital: Ícaro Felipe S. Rodrigues.

## 2.2. A importância do rio para a construção e consolidação da nova capital de Goiás.

Os primeiros projetos de Goiânia sempre mencionaram o Meia Ponte como local de grande potencialidade para fornecimento de energia elétrica e abastecimento da capital, além disso, Attílio Corrêa Lima e Armando de Godoy concordavam que o trecho da cachoeira do Jaó deveria comportar uma represa que forneceria de certa forma, um espaço de lazer para os goianienses.

Entre todos os empreendimentos humanos e diante da consciência ecológica que domina e aproxima a humanidade, o desenho da cidade é o que expressa de modo efetivo e também simbólico, como nenhum outro, a capacidade do homem para formalizar e imprimir uma outra configuração à natureza enquanto lugar, onde representa a sua presença desejada no universo. As cidades ditas planejadas promoveram uma interação entre espaço natural e seus planos urbanísticos, mas posteriormente o crescimento desordenado provocou um rompimento com seus planos. Entretanto, percebe-se que existe uma busca pela união entre espaço urbano e meio ambiente nestas mesmas cidades ou uma tentativa de reparar os danos da não execução correta dos planos urbanísticos.

Atualmente, constata-se o início de uma nova fase nesse relacionamento das cidades e seus rios. A tomada de consciência das grandes questões ambientais, cada vez mais presente, e a contabilização dos danos socioeconômicos faz com que a questão da restauração fluvial passe a integrar as pautas de reivindicações da sociedade, as agendas do meio científico e as plataformas e planos governamentais (BAPTISTA; CARDOSO, 2013, p. 126).

Como já foi dito, Attílio Corrêa Lima elaborou o plano urbanístico da nova capital relacionando a construção com o meio ambiente, ou seja, o projeto de Attílio não só propõe uma nova capital, mas dá início às diretrizes para alterar o espaço natural, inserindo-a em um contexto urbano. O arquiteto indicou as áreas que deveriam ser preservadas, incluindo o trecho da Cachoeira do Jaó, imaginando um local de preservação ambiental e a proposta de construção de um parque aquático. A visão de Attílio para o rio Meia Ponte era múltipla e funcional. Sobre o despejo dos dejetos humanos no Meia Ponte, ponderava que só deveria ser feito após um tratamento bacteriológico ou químico para que pudessem ser aproveitados, neste caso, como adubos dos resíduos (LIMA, 1937). Sobre este ponto do plano de Attílio, Ribeiro (2004) diz:

Enfim, pode-se dizer que o plano de Attílio Corrêa Lima buscou atender às diretrizes pré-definidas no Decreto 3.359, de 18 de maio de 1933, respeitando

as condições da natureza local, buscando preservá-las e valorizando a cultura simples de morar do povo goiano. Mas buscou também alternativas, as mais variadas possíveis, dentro dos preceitos modernos da cidade, aliando a monumentalidade e a perspectiva do século XVIII da França absolutista – expressadas em Versalhes e reproduzidas para a escala e época do Centro-Oeste brasileiro da década de 30, tendo sua expressão máxima no centro administrativo da nova capital goiana – aos valores do urbanismo moderno do século XIX, oriundos dos estudos de cidades jardins surgidos na Inglaterra, nos quais o ambiente natural se integrava harmoniosamente ao traçado e às funções urbanas, com áreas verdes e de recreação permeando toda a malha e, ainda, circundando o espaço urbano [...] (RIBEIRO, 2004, p. 68).

Em 1936 com a saída de Atílio do projeto, o engenheiro Armando de Godoy assume o papel de protagonista no prosseguimento do plano de construção da nova capital. Segundo Ribeiro (2004), Godoy dá procedimento as ideias de Atílio em relação à preservação ambiental, pois o fato de a cidade possuir um grande número de cursos d'água propiciaria a implantação de uma série *park-ways*. Para Godoy, o rio Meia Ponte foi definido como ponto estratégico, servindo como função social, assim, planejou-se a construção de uma Avenida-Parque, a Represa do Jaó e o Jardim Botânico.

Na área de alagamento da represa do rio Meia Ponte, numa extensão calculada de mais ou menos quatro quilômetros, fazia-se necessárias medidas imperiosas de limpeza e manutenção. Para isso, ficou projetada ao redor de toda a represa a Avenida-Parque, que, além de sua beleza proporcionada por um paisagismo bem cuidado e pela visão do lago artificial da área inundada, cumpriria a função de vigilância ininterrupta das áreas marginais e da bacia alagada.

[...]

Nesse local, instalar-se-iam ainda clubes náuticos, como o Yacht Clube, o Regatas e outros, com ancoradouros, lanchas, barcos, veleiros e toda sorte de esportes aquáticos, a exemplo da Lagoa da Pampulha de Belho Horizonte. Haveria, ainda, uma grande pista e estação para hidroaviões, com rota para a Lagoa Feia, em Formosa (RIBEIRO, 2004, p.75).

Esta área destinada a parques de diversão, turismo, nos quais a recarga ambiental, além da estética urbana, era valorizada, seria um dos maiores símbolos de beleza paisagística urbana da capital (RIBEIRO, 2004). Sendo assim, percebemos que Atílio e Godoy se preocupavam com a preservação de áreas verdes e com a função social que o rio poderia oferecer para a nova capital. E mais, os urbanistas demonstraram um cuidado especial com a questão ambiental dentro do espaço urbano, sobretudo dos cursos d'água, cuidado claramente observado pela exigência na defesa das matas de galeria e na proteção das encostas dos leitos e das nascentes, num raio determinado por técnicos competentes. Por outro lado, a ideia de unir espaços verdes com os de recreação, promoveria uma paisagem positiva criando assim, uma identidade com a natureza. Segundo Pellegrino (2000, p. 162), um planejamento ecológico da paisagem “pode fornecer as ferramentas

para se alcançar uma integração plena entre sociedade e natureza, de forma que ambas prosperem em longo prazo”.

Muito embora um represamento envolva questões ecológicas e ambientais a serem consideradas, a formação do lago daria ao rio, nesse trecho, a visibilidade dos grandes cursos d'água, deixando sua presença ainda mais representativa. O projeto previa a instalação de uma estrada no contorno de toda a represa que posteriormente seria ampliada para uma “Avenida Park” com função de sanear e manter constante vigilância; a barragem não deveria ser fechada nas áreas marginais a serem alagadas, deixando-as isentas de vegetação por menor que fossem para a facilidade de escoamento e evitar estagnações perniciosas ou focos de mosquito (LIMA, 2011).

**Figura 18:** Lago da Usina do Jaó (1936).



Fonte: SENDUS.

Com certeza a paisagem conseguiria alcançar certo impacto no imaginário da população local. Tanto Atílio quanto Godói tinham essa noção pela comparação feita à Lagoa da Pampulha, que representava muito para Belo Horizonte e para o Brasil. Pelos estudos realizados, a Avenida-Parque viria a ser uma das mais belas do Brasil Central, contornando o enorme lago represado e ligada ao setor norte de Goiânia por uma ampla estrada, a “Avenida das Indústrias”, via de acesso às áreas dos terrenos marginais, constituídos por loteamentos formados por pequenos sítios e chácaras de explorações diversas. Como estímulo ao reflorestamento, no trajeto da Avenida-Parque, em uma distância entre as bordas da lagoa, foram sugeridas a plantação de espécies vegetais variadas da flora nacional, de modo a formar um Jardim Botânico para atrações turísticas.

**Figura 19:** Construção da Usina do Jaó.



Fonte: SENDUS.

A Usina do Jaó foi inaugurada em novembro de 1936. O rio foi represado e, portanto, a partir desta ação, ficou marcada a ação do homem sobre as margens do rio, modificando posteriormente a qualidade de sua água. O rio foi inserido no espaço urbano da nova capital. Nos dizeres de Lima (2011), a usina representou um dos principais ingredientes para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos da capital. Com seus 180 “quilovolts ampère” (KVAs) de potência, era grandiosa para os padrões da época, mesmo porque energia era coisa rara em todo o Centro-Oeste e em grande parte do Brasil. Mesmo assim, no início poucas casas tinham o benefício e, onde havia, a falta de luz era constante, o que persistiria pelas duas décadas seguintes (LIMA, 2011).

**Figura 20:** Usina do Jaó (1936).



Fonte: SENDUS.

Houve então um represamento e, com isso, se formou um lago com uma extensão de 4 quilômetros, com uma grande largura que forneceria energia elétrica a nova capital. De acordo com Lima (2011), o superintendente das obras, Jerônimo Coimbra Bueno, se preocupou com o reflorestamento e defesa da salubridade pública. Os responsáveis pela obra sugeriram medidas imperiosas e indispensáveis, sendo que a barragem, em hipótese alguma, deveria ser fechada sem que nas áreas marginais a serem alagadas se procedesse a uma limpeza radical, deixando-as isentas de qualquer vegetação, por pequena que fosse, a fim de dar facilidade de escoamento e evitar estagnações perniciosas ou focos de mosquitos. A usina, cujo nome deriva do trecho utilizado do manancial, cachoeira do Jaó, pássaro em extinção muito comum no local, designa ao rio outra importante função adquirida pelo seu aproveitamento.

A ideia inicial de Atílio e, conseqüentemente de Armando, era a de construir a usina e futuramente o clube (que iremos detalhar mais adiante), porém estas construções influenciaram a ocupação da região na década de 1950, mesmo com o controle do Estado. Portanto, neste caso houve de certa forma uma administração pública controlando o uso e a ocupação do solo, contendo a ação dos especuladores com os parâmetros urbanísticos definidos pelos planos (RIBEIRO, 2010). Assim, podemos concluir que as margens do rio foram, a princípio, protegidas pelo Estado.

Até a década de 1950, o governo manteve controle absoluto sobre os parcelamentos e as reservas ecológicas da capital. Após este período, devido à integração do território goiano com o mercado capitalista e ao processo de urbanização crescente, a cidade é marcada por uma intensa procura por moradia e alternativas de sobrevivência (SILVA, 2012, p. 116).



**Figura 21:** Visita à barragem da usina e aspectos da região na década de 1940.



Fonte: Jornal da Biodiversidade Goiana, nº 4, 2009, p. 7.

Interessante analisar que mesmo com as intenções voltadas para a integração entre urbano e meio ambiente vistos nos planos de Atílio Corrêa Lima e Armando Godói, ou seja, formalizando diretrizes, propostas, ações definidas em relação ao meio ambiente e neste caso específico, o rio Meia Ponte, houve nas décadas seguintes uma interrupção dos planos. É importante entender também que a cidade é regida por outras dinâmicas, motivo pelo qual os planos não abrangeram todas as ações relativas à constituição da cidade. O crescimento demográfico, do espaço urbano, questões relacionadas a interesses econômicos e políticos são aspectos que fazem uma cidade planejada como Goiânia, fugir de seus planos urbanísticos.

Outro fator considerável que transformou a paisagem do rio Meia Ponte foi a construção da Estação Ferroviária em novembro de 1952, totalizando desde 1912, 46 estações (COELHO, 2011). A partir daí, o cenário do Estado passa por transformações econômicas e sociais, pois a construção da Estação vai propiciar uma maior movimentação de pessoas, juntamente com o aumento de transporte de cargas. Assim, a Margem direita do rio Meia Ponte é escolhida para instalação do percurso a uma distância do curso d'água, principalmente no trecho da represa do Jaó, cortando as ocupações já instaladas e provocando o nascimento de outras, por parte dos operários que trabalharam em sua instalação.

Voltando um pouco no tempo, a partir da década de 1930, a vida social brasileira passa por um processo de renovação, em parte resultado do desenvolvimento econômico associado a política progressista do Estado Novo. Dentre os programas que permitem expressar as qualidades formais de uma arquitetura compromissada com o "novo", estará

o Clube Social. De natureza intrinsecamente aberta e heterogênea, seus programas funcionais serão explorados tectonicamente como objetos passíveis de uma plástica livre, permitindo a exploração simbólica das relações da arquitetura com o lugar, criando um implícito vínculo com o "regional", característica explorada em diversos projetos já nas décadas de 1930 e 1940.

Neste sentido, além da usina e o represamento na altura da cachoeira do Jaó, as águas e paisagem do rio Meia Ponte também foram utilizadas por um clube, o conhecido clube do Jaó, que antes recebera o nome de Clube de Regatas Jaó. Sua pedra fundamental foi lançada no início da década de 1960, idealizado pelo empresário Ubirajara Berocan Leite<sup>39</sup>, que, ao conhecer o local, se encantou pela paisagem composta por uma vasta vegetação e as águas do rio Meia Ponte. Assim, Berocan contratou o renomado arquiteto Sérgio Bernardes<sup>40</sup>, que fez um projeto grandioso e dividido em duas partes: uma destinada ao público adulto e a outra, às crianças, área que ficou conhecida como Jaózinho. A ideia era aliar espaços naturais às áreas construídas e aproveitar as águas do córrego Jaó para formar espelhos d'água, cascatas e bicas. Mas além do projeto arquitetônico majestoso, Ubirajara Berocan Leite também queria uma decoração rica que valorizasse a cultura. Assim, adquiriu obras de artistas consagrados na época que até hoje ornamentam o clube, como Frei Confaloni, D. J. Oliveira e Ana Maria Pacheco. Para seu fundador, o Clube contribuiria para “favorecer o homem em sua formação física, moral e cultural, no sentido de recuperar as energias, amenizar a parte negativa da vida e na formação de novos ambientes de alegria e bem estar” (BEROCAN, s/d, apud FROTA; CAIXETA, 2001, p. 6).

---

<sup>39</sup>Nascido em Porto Franco, hoje estado do Tocantins, em 1913, ingressou na Faculdade de Odontologia de Goiás, que funcionava na antiga capital. Trabalhou em negócios em garimpos no norte do estado de Goiás, hoje Tocantins. Casou-se com Stella Dalva Rocha e em 1959 mudou-se para Goiânia, após investir em postos de gasolina em Brasília, comprou do cunhado uma chácara nas margens do lago do Jaó, onde idealizou o futuro clube. Fonte: (LIMA, Nádia. Jaó, o mega clube de um visionário que revolucionou o lazer e as artes em Goiânia nos anos 60 e 70. Disponível em: <Contatogo.blogspot.com>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

<sup>40</sup>Nasceu no Rio de Janeiro em 1919, o arquiteto é considerado discípulo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, destacou-se em obras como o projeto do Pavilhão Brasileiro, na Feira Mundial da Bélgica de 1958, e pelo Pampulha Iate Clube, de Belo Horizonte. (Sérgio Bernardes: um dos principais expoentes da segunda geração modernista brasileira. Disponível em: <Bernardesaq.com.br>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

**Figura 22:** O Sol Nº 1º Informativo do Clube de Regatas Jaó, Goiânia, novembro de 1962.



Fonte: FROTA; CAIXETA, 2001, p. 5.

**Figura 23:** Maquete do anteprojeto para o Clube de Regatas Jaó, Goiânia, 1962.



Fonte: FROTA; CAIXETA, 2001, p. 6.

**Figura 24:** Propaganda do clube Jaó, 1962.



Fonte: O Popular, 1962.

A existência do clube até os dias atuais demonstra a importância do rio como paisagem, representada nas qualidades estéticas, valorizadas no passado e infelizmente esquecidas no presente. O represamento proposto no primeiro plano de Goiânia influenciou a construção do clube, marcas da tentativa de integração entre o espaço urbano e meio ambiente. A funcionalidade do clube na atualidade só reforça a imagem de que o rio Meia Ponte um dia, foi utilizado para compor a cidade planejada, ligada à perspectiva da modernidade. Entretanto, a proposta de Atílio em relação à construção do *park-ways*, seria sem dúvidas, mais representativa, de modo que, o uso do espaço se expandiria para a população de Goiânia, se tornando mais democrática, diferente do clube Jaó, destinado apenas a uma parcela elitizada da cidade.

**Figura 25:** Clube Jaó: inauguração da primeira fase (1968).



Fonte: FROTA; CAIXETA, 2001, p. 6.

**Figura 26:** Imagem da área que corresponde ao Clube Jaó.



Fonte: Folha Z, 2019.

Fica evidente que, pensar na construção da nova capital do Estado era prever que este novo centro urbano deveria conviver com o rio Meia Ponte, este tendo um papel importantíssimo no abastecimento e no fornecimento de energia elétrica e, por fim, promover um belo paisagismo para a cidade. Este último não foi concretizado, pois a ideia de Atílio para a construção dos *park-ways* não saiu do papel, sendo substituída por um clube particular voltado, de certa forma, para uma população elitizada da cidade. Para a maioria população desprovida de recursos, resta aproveitar o rio de outra forma, utilizando suas águas e margens como espaço de lazer.

### 2.3. Meia Ponte, fonte de lazer?

Em sua edição do dia 16 de setembro de 2020, o Jornal *O Popular* trouxe uma reportagem com o título “Nível crítico dispara contenção no Meia Ponte”, até então comum para este período do ano no qual o rio enfrenta problemas com a estiagem, afetando diretamente o abastecimento de Goiânia. Entretanto, o que chamou atenção foi a imagem que a reportagem trouxe, onde algumas pessoas se divertem no rio.

**Figura 27:** Homens pescam no rio Meia Ponte, em local onde a profundidade fica à altura dos joelhos.



FONTE: O Popular, set. de 2020.

Não é comum observar pessoas se divertindo no rio Meia Ponte em meio ao espaço urbano de Goiânia, devido principalmente à poluição que se encontra o rio na atualidade. A reportagem ainda traz mais informações sobre o episódio, “Pessoas faziam churrasco em pleno leito do rio, perto do ponto de captação em Goiânia, na região noroeste.” (O POPULAR, 16 de setembro de 2020).

Neste período de estiagem, que se estende entre os meses de maio a outubro, o estado de Goiás alcança altas temperaturas e uma baixa umidade de ar. Conseqüentemente, é comum por parte dos goianienses a busca por diversão em locais que contenham água, como clubes, lagos, parques e rios que percorrem o interior do estado. O que não é comum é a busca por diversão no Meia Ponte, realidade diferente em décadas passadas, em que o rio era um lugar de constante lazer, pesca e caça, como veremos no decorrer do texto.

No vínculo cidade-natureza, o rio, os riachos, os córregos, as nascentes, os cursos d’água urbanos apresentam-se como elo privilegiado nas apropriações para o lazer. Nesse sentido, Gandara (2008) entende o rio como categoria de análise que representa um sistema indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e sociedade.

Eles são construtores de “mundos sociais” e aglutinam em torno de si uma boa quantidade de representações como “lugar de significação” que são. Servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias socioculturais. Eles significam muito mais do que acidentes geográficos traçados nos mapas. Os rios não são simples suporte físico. É paisagem, lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural, passagem de forças e encontro dos indivíduos (GANDARA, 2008, p. 18-19).

Assim, neste processo histórico, tais encontros entre indivíduos no Brasil deram-se com laços mais estreitos, sobretudo em períodos que precederam a intensificação do processo de urbanização, em meados do século XX. Foi nesse momento que “a poluição e a dificuldade de acesso às áreas ribeirinhas foram expulsando para longe das várzeas a prática de esportes e lazer” (GORSKI, 2010, p.36).

Esse processo foi comum entre rios que foram inseridos no espaço urbano, principalmente nos grandes centros urbanos. Buscamos outra vez o rio Tietê, que na porção da região metropolitana de São Paulo, onde hoje esse ambiente fluvial-urbano flui em um jogo entre visibilidade – quando acontecem inundações – e invisibilidades de suas potencialidades socioambientais, ofuscadas por sistema viário e enxurrada de efluentes. Segundo Jorge (2006, p. 124), no início do século XX, o Tietê era procurado para “passeios, encontros, brincadeiras e para praticar esportes”. Essa mudança radical de desenho fluvial na capital paulista, iniciada nos anos de 1940, mesmo com particularidades intrínsecas ao processo, serve para refletir e analisar rios espalhados em espaços urbanos brasileiros.

Gorski (2010) chama a atenção em relação a estudos sobre a recuperação de rios, demonstrando a importância da inserção destes ao lazer da cidade, como em ciclovias, sistemas de parques na orla, parques lineares, áreas que podem receber equipamentos para fins culturais e mais, pela possibilidade de práticas esportivas nas águas.

É sempre bom ressaltar que o projeto inicial de Goiânia, realizado por Atílio Corrêa Lima, inseriu o rio Meia Ponte também como área de lazer, porém o projeto não foi desenvolvido. Segundo o site oficial da prefeitura de Goiânia, a capital contém 32 parques ecológicos<sup>41</sup>, que fornecem lazer aos goianienses, como pistas de corrida, equipamentos de ginástica e além da presença das paisagens naturais. Um desses parques está localizado no setor Jaó, região norte de Goiânia, próximo ao rio Meia Ponte, denominado como Parque Municipal da Liberdade (figura 23).

---

<sup>41</sup>Dados referentes ao ano de 2019.

**Figura 28:** Parque Municipal Liberdade.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 2019.

Segundo Oliveira (1999), Goiânia até os anos de 1960, era considerada uma cidade provinciana, pois mesmo sendo uma capital planejada, com critérios urbanísticos modernos, apresentava características de uma cidade interiorana. Pois, de acordo com o historiador, alguns aspectos reforçavam essa ideia como por exemplo a proximidade com a centenária cidade de Campinas, que posteriormente se tornaria bairro, as casas coloniais e muitos ranchos construídos para trabalhadores que forneceram mão de obra no desenvolvimento da nova capital. A quantidade de habitantes é um fator que nos auxilia na compreensão referente a imagem de uma cidade provinciana como analisa Oliveira (1999):

Em 1940, a população urbana da cidade era de 18.889 habitantes; destes mais de 60% residiam no Bairro de Campinas. Em 1950, a população urbana da cidade era de 40.333 habitantes; em 1955, era de 74.781. Já em 1960, a população urbana elevou-se para 133.462 habitantes. Apesar da taxa de crescimento demográfico nesses 30 anos ser considerável – principalmente se se levar em conta que as cidades mais populosas do Estado na época contavam com cerca de 10 mil habitantes – existe um número absoluto para produzir relações sociais novas (OLIVEIRA, 1999, p. 49).

Para Oliveira (1999), esse número baixo de habitantes influencia em uma maior padronização do comportamento, dessa forma as “relações face a face” e o conhecimento recíproco permitem que o costume seja o principal regulador normativo das ações dos indivíduos “E Goiânia não fugia a esta regra.” (OLIVEIRA, 1999, p. 50).



Sendo assim, Goiânia como uma cidade provinciana, demonstrava hábitos tradicionais, de cidades do interior, como por exemplo, em relação ao lazer, em referência a banhos em rios e córregos como afirma Oliveira (1999, p. 56), “Para os homens, uma das diversões mais preferidas eram as pescarias e os banhos nos rios e córregos da região (Rio Meia Ponte, Anicuns, Cascavel, etc.). Interessante é que os habitantes de Goiânia (a elite e os operários) assimilaram esses hábitos dos campinenses.”

Aliás, sobre o lazer no rio Meia Ponte, se destaca o banho, a pesca e a caça, como descreve Pedro Osório, “Outro divertimento inesquecível dos primeiros dias de Goiânia era ir até o Meia-Ponte para tomar banho. A gente ia e voltava a pé” (TELES, 2012, p. 228). Waldomiro Bariani Ortêncio<sup>42</sup>, importante figura da cidade de Goiânia, apesar de ter nascido em São Paulo, se mudou para Campinas em 1938 com a família. Seu depoimento reforça ainda mais a concepção de Oliveira (1999), sobre a cidade provinciana de Goiânia.

Naqueles primórdios de Goiânia, aqui era uma campina só e o vento balançava suavemente o capim barba-de-bode. As emas vinham comer ossos perto da serraria, na rua Catalão (hoje). Eu caçava codornas na atual Vila Coimbra e patos e marrecos na lagoinha onde está hoje o hipódromo; inhambus e pombas, na roça do Rioulo e no mato do Zequinha Rodrigues e Otávio Lúcio. Peixes era no Meia-Ponte, que foi um rio piscoso toda vida, com dourados, pircanjubas, piaparas, surubins e piaus (ORTÊNCIO, apud TELES, 2012, p. 277).

Bariani Ortêncio, como é mais conhecido em Goiânia, ainda relata sobre atividades praticadas no rio Meia Ponte, por alunos do colégio Santa Clara<sup>43</sup>:

Nos anos 40, eu me lembro das estudantes do Colégio Santa Clara, uma instituição de normas bastante rígidas. Todos os meses, as freiras levavam as alunas para tomar banho e fazer piqueniques. Os rapazes não perdiam tempo e se divertiam ao verem as meninas molhadas, com suas roupas coladas ao corpo. Mas, aconteceu um episódio lamentável. Num desses piqueniques, uma professora de nome Maria Auxiliadora resolveu dar um mergulho. Na época, era comum se jogar artefatos feitos de dinamite no rio para matar os peixes. Isso era uma bomba, na verdade. E aí a professora quando mergulhou, sofreu os impactos da explosão. Acabou morrendo para a tristeza de todos. A partir

---

<sup>42</sup>Nasceu em Igarapava, São Paulo, a 24 de julho de 1923. Filho de Antônio Bariani e de Josefina Bariani, se mudou para Campinas ainda criança, em 1938. Exerceu algumas profissões, dentre todas, citamos algumas, escritor, ensaísta, pesquisador, memorialista, contista, cronista, romancista, defensor da cultura goiana (TELES, 2012).

<sup>43</sup>Fundado em 1922 e com arquitetura mista e fachada Art Déco, o colégio era inicialmente para meninas - só nos anos 1970 abriu as portas para meninos. Já teve mais de 80 mil alunos e está localizada ao lado da Matriz de Campinas, com diversos prédios ao seu redor, como a Biblioteca Cora Coralina. A capela do colégio impressiona por seus azulejos decorativos e vitrais que iluminam todo o cômodo (FERREIRA, 2019).

desse episódio, nunca mais aconteceram piqueniques (ORTÊNCIO, apud JORNAL DA BIODIVERSIDADE, 2009, p. 6).

O professor Horieste Gomes (2012) em seu livro *Reminiscências da Campininha – 200 anos (1810-2010)*, reforça o fato da prática corriqueira de pescas nos córregos e no rio Meia Ponte nos primeiros anos de vida da nova capital.

No trecho da Usina do Jaó, hoje região da BR-153, nos fundos do clube Jaó, o Meia Ponte era muito extenso e se alargava em aproximadamente 200 metros. Nos sábados e domingos cerca de 400 pescadores se reuniam com suas varas por lá (GOMES, apud O POPULAR, 27 de set. 2012).

A pesca no rio Meia Ponte sempre foi uma atividade bem praticada, mesmo com o crescimento da cidade e, posteriormente, a degradação e poluição do rio. O compositor goiano Josaphat Nascimento nascido em Campinas em 1922, também fez relatos sobre o rio nos tempos de adolescente, exatamente no final dos anos de 1930, “O rio Meia Ponte, os córregos Anicuns e Cascavel tinham peixe em abundância. No Cascavel, a gente pegava os peixes menores, como traíra, dourado, piaú, papa-terra, piracanjuba; no Meia Ponte e no Anicuns pegavam-se surubim, Jaú e dourado enorme.” (NASCIMENTO, apud TELES, 2012, p. 118).

Em reportagem da década de 1950, o jornal *Folha de Goiás*, traz o rio Meia Ponte como local de lazer de famílias consideradas de classe média de Goiânia, sendo que nos domingos era comum perceber nas margens do rio atividades como piqueniques, os banhos e alguns pescadores animados. Entretanto o local mencionado se refere ao trecho próximo ao município de Bela Vista de Goiás (FOLHA DE GOIAZ, 1959).

**Figura 29:** Rio Meia Ponte na década de 1940, trecho de Goiânia.



Fonte: Jornal da Biodiversidade, nº 4, 2009, p. 6.

A necessidade fez com que José Júlio Guimarães Lima conhecesse o rio Meia Ponte e se tornasse um frequentador assíduo do mesmo. A convite do prefeito Venerando de Freitas Borges, que o conheceu em um curso de administração pública em Belo Horizonte, veio para trabalhar na secretaria da nova capital. José Júlio se hospedou no Grande Hotel após chegar em Goiânia, porém enfrentou um problema comum, presente na nova capital, a falta de água e energia.

[...] Como estivesse empoeirado da viagem, quis tomar banho, mas ao abrir o chuveiro, cadê a água?

Procurei o gerente, um português, Sr. Pinto, recém-chegado de São Paulo, onde trabalhava em hotéis 5 estrelas, muito bem-educado [...] a quem reclamei.

Respondeu-me, a título de consolo:

- Não se *precupe*, pois houve o *rumpimento* de um dos canos de abastecimento, mas dentro de 24 horas estará tudo sanado, segundo *prumessa* do administrador das obras.

- Mas onde poderei banhar-me?

- O *jaito* é o rio Meia Ponte.

- É perto daqui?

- Pois fica a uns dez quilômetros.

Foi realmente o jeito, e desse rio me tornei freqüentador assíduo, procurando-o todas as manhãs, em companhia do Paulo de Figueiredo e do Danilo Costa, à guisa de esporte (LIMA, apud TELES, 2012, p. 129).

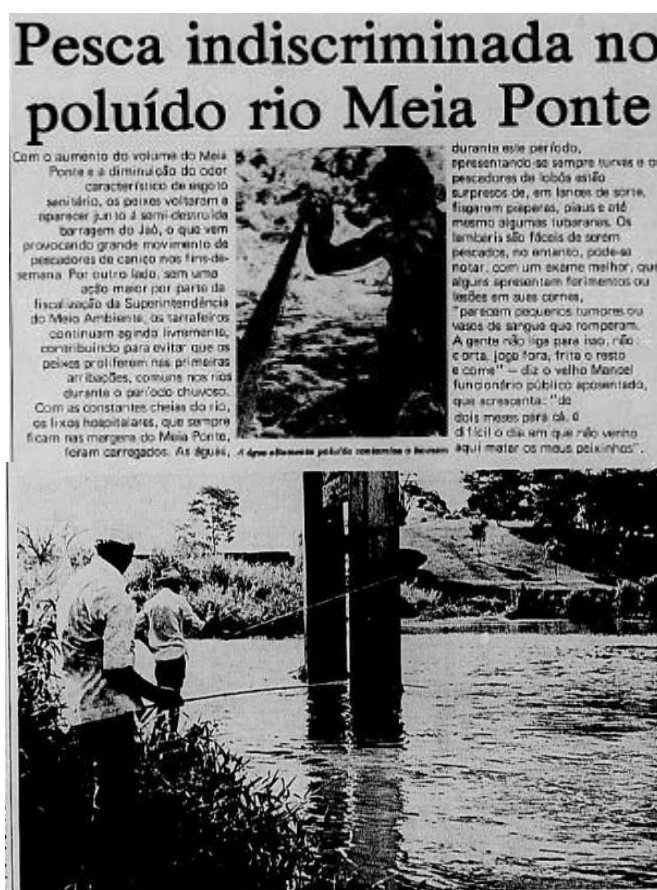
A partir da década de 1960, Goiânia se transforma em uma grande cidade, fugindo da perspectiva de uma cidade provinciana. Segundo Oliveira (1999), essa transformação está relacionada ao crescimento urbano e populacional, ocasionados principalmente pela construção da nova capital federal, Brasília. Mesmo assim, o rio Meia Ponte é utilizado

como atividade de lazer, pesca e caça pois, essas atividades ainda permeiam o cotidiano do goianiense, conforme o jornal *O Popular*, na reportagem de setembro de 1961:

S.C.P. apreendeu varas e espingardas no Meia Ponte  
O Diretor Serviço de Caça e Pesca acompanhado de dois fiscais procedeu sábado a diversas batidas no rio Meia Ponte, no trecho compreendido entre a represa do Jaó e o ribeirão Anicuns. Os fiscais representantes da S.C.P. fiscalizaram toda aquela extensão em uma canoa motorizada.  
Foi apreendido grande quantidade de material proibido pelo código da caça e pesca, que estava sendo usado naquela região por pescadores [...] foram apreendidas mais de 250 varas de pesca e oito espingardas cartucheiras e duas tarrafas (O POPULAR, set. de 1961).

Os anos seguintes são marcados pelo aumento da poluição do rio, mesmo assim a pesca é praticada.

**Figura 30:** Reportagem do jornal *O Popular* sobre pesca no rio Meia Ponte.



Fonte: O Popular, jan. de 1976.

Segundo a reportagem acima, com o aumento do volume de água no Meia Ponte e conseqüentemente a diminuição do odor (mau cheiro devido a poluição das águas), a prática de pesca era frequente nos finais de semana, mesmo o rio apresentando um aspecto

poluído. Ainda de acordo com a mesma reportagem, a prática da pesca estava ligada a uma atividade de lazer, ou seja, sem fins lucrativos. Isso se confirma no depoimento de um dos pescadores: “de dois meses para cá, é difícil o dia em que não venho aqui matar meus peixinhos” (O POPULAR, jan. de 1976).

Eurípedes da Silva, delegado aposentado atualmente, foi corregedor-geral da polícia civil na década de 1990, também tem um relato marcante sobre o rio Meia Ponte, durante a maior tragédia de Goiânia, o Césio 137<sup>44</sup>. Segundo Eurípedes, em 1987 estava lotado na cidade de Goiatuba, onde foi transferido para a capital para ajudar nas investigações sobre o acidente radioativo. Segundo ele, com a chegada das chuvas, a rua 57 foi lavada e os resíduos do césio teriam sido levados para o rio Meia Ponte, “Havia boatos de que eram vistos peixes que brilhavam no rio” (JORNAL DA BIODIVERSIDADE, 2009, p. 6). De acordo com o delegado aposentado, durante dois anos, ninguém queria pescar no rio, mas para ele, não passava de superstição, “Eu cheguei a pescar muitas piabas e pacus naquela ocasião e não vi nenhum que brilhasse” (p. 6).

No entanto, essas atividades ligadas ao lazer em referência do rio Meia Ponte foram diminuindo a cada ano que se passava, desde o lançamento da pedra fundamental da nova capital em 1933. Os relatos dos chamados pioneiros de Goiânia, nos provam que o rio Meia Ponte era um dos pontos de lazer de Goiânia, entretanto, a construção da nova capital no sítio próximo ao rio, mudaria drasticamente o rio. Para Ribeiro (2004), a realidade do rio já seria modificada nos primeiros anos de construção de Goiânia, pois o rio já era utilizado como fonte de energia elétrica e abastecimento. Mais adiante, o crescimento da cidade transformou mais ainda a sua realidade. O relato de Iron Rocha Lima, delegado do estado de Goiás para à *Revista Oeste* – lembrando que este periódico circulou na década de 1940 em Goiânia – confirma esta visão.

[...] À medida que Goiânia vai crescendo os meus vetustos jatobás vão desaparecendo abatidos pelo machado dendroclasta. Já não ouço o pio da jaó e o guariba negro emudeceu. O “água-só” está morto.

Há dias quis rever umas velhas amizades ali perto lados do leprosário, uns gigantes da floresta cheios de orquídeas roxas e onde joãos-congos alegres construíram a sua cidade barulhenta de longos ninhos de capim. Uma impressão dolorosa dominou-me ao percorrer aquelas margens do Meia-Ponte,

---

<sup>44</sup>Em setembro de 1987 aconteceu o acidente com o Césio-137 (137Cs) em Goiânia. O manuseio indevido de um aparelho de radioterapia abandonado, onde funcionava o Instituto Goiano de Radioterapia, gerou um acidente que envolveu direta e indiretamente centenas de pessoas. Com a violação do equipamento, foram espalhados no meio ambiente vários fragmentos de 137Cs, na forma de pó azul brilhante, provocando a contaminação de diversos locais, especificamente naqueles onde houve manipulação do material e para onde foram levadas as várias partes do aparelho de radioterapia (A HISTÓRIA DO ACIDENTE RADIOLÓGICO EM GOIÂNIA, s/d).

que corria, agora, entre barrancos desnudos. Lenhas e cinzas era o que restava dos meus amigos centenários [...] Há dois anos ainda existiam 600 alqueires de florestas virgem – “A mata do algodão”. De todo aquele santuário de vidas nem uma árvore restava em pé (REVISTA OESTE, 1943, p. 69).

Com crescimento de Goiânia nas décadas seguintes, os vales dos rios, mananciais e cursos d'águas serão duramente afetados, e a realidade do Meia Ponte se tornará mais crítica. Mesmo assim, o rio proporcionou aos goianienses atividades ligadas ao lazer, confirmando sua importância como espaço social, ainda que não houvesse uma infraestrutura desenvolvida pelo Estado.

Sendo assim, ao narrar os aspectos físicos do Meia Ponte, percebemos que o rio vai além da visão que temos deste recurso hídrico no espaço de Goiânia. O rio não se faz importante apenas para Goiânia, mas sim em seus quase 472 quilômetros de percurso, exibindo suas curvas até desaguar no rio Paranaíba. Ele foi peça importante na construção de Goiânia pois, os planos de Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy planejavam um Meia Ponte além de fonte de energia elétrica e abastecimento, um rio integrado com a população através de parques. Embora não tendo sido executados os planos de Atílio e Godoy em relação ao rio Meia Ponte, este curso d'água proporcionou aos goianienses atividades de lazer e de memória, como foi confirmado em relatos de pessoas que conviveram com o rio nas décadas seguintes à construção de Goiânia. Como diz Arruda (2008, p. 10), “O rio, com suas imagens, suas histórias, seus relatos, como aparece nos documentos, trata-se de uma construção humana, antes de mais nada.”

No próximo capítulo são abordados os primeiros fatores que degradaram o rio Meia Ponte, percorrendo as décadas de 1950, 1960 e 1970, período que marca o que denominamos de (des) encontro entre Goiânia e o rio. O foco do capítulo é a análise de uma série de reportagens do jornal *O Popular*, entre os anos de 2010 e 2020.

### **CAPÍTULO 3 – QUANDO GOIÂNIA SE APROPRIA DO RIO – USOS E ABUSOS.**

Após a verificação de algumas fontes, percebemos que as margens e as águas do Meia Ponte já haviam sido alteradas no início da construção de Goiânia, no ano de 1933. Neste caso, o rio forneceu matéria prima indispensável para a edificação da nova capital do estado, de forma que logo de início houve desmatamento e extração de areia de seu leito, alterando assim sua imagem.

Com o decorrer dos anos e o crescimento de Goiânia, o rio foi sendo apropriado, ora por loteamentos regulares – produto da especulação imobiliária – ora por ocupações

irregulares de famílias que buscavam a periferia da cidade para construir moradias. Como visto no capítulo anterior, os planos urbanísticos de Luis Saia e Jorge Wilhelm das décadas de 1960 e 1970, não conseguiram proteger as áreas verdes da capital, mesmo apresentando projetos referentes à preservação dessas áreas como o fundo de vales e outros recursos hídricos.

Todo esse descaso em relação ao principal curso d'água da região metropolitana de Goiânia resultou em uma grave degradação e poluição, apresentadas de forma extremamente negativa pelos meios de comunicações do estado. A década de 2010 representa muito bem essa imagem ruim, conduzida pelos vários problemas que envolvem o rio Meia Ponte.

### 3.1. Uma pedra no caminho: Goiânia se apropria do rio.

Na apresentação do livro *Rios e Homens: cursos transformados na relação sociedade-natureza*, o organizador Sérgio Murilo Santos de Araújo (2016), faz uma ótima análise quando se refere à relação entre rios e homens, pois desde tempos remotos, os rios vêm sofrendo com as ações humanas. De acordo com autor, a relação entre rios e homens pode ser harmoniosa ou desarmoniosa, sobre esta última, Araújo (2016) utiliza de um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade intitulado *No meio do caminho*, com o intuito de promover uma reflexão na relação entre rios e os homens, dito isto, tal reflexão nos permite também refletir sobre a relação entre Goiânia e o rio Meia Ponte.

Como diz o poema de Carlos Drummond de Andrade: “*No meio do caminho tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho/ tinha uma pedra/ no meio do caminho tinha uma pedra*”. Neste livro podemos fazer uma comparação e modificar parte do poema, mas não muito, como: “*No meio do caminho tinha um rio/tinha um rio no meio do caminho/ tinha um rio/ No meio do caminho tinha um rio*”. Mas, o rio também é caminho e a cidade pode ser a pedra (ARAÚJO, 2016, p. 9).

De fato, o trecho citado acima nos faz refletir sobre as consequências que a cidade de Goiânia trouxe para os cursos d'água, em especial para o rio Meia Ponte. Nesta circunstância, Goiânia se tornou a “pedra” impiedosa com que o rio Meia Ponte convive desde o lançamento da pedra fundamental em outubro de 1933, pois suas margens já foram alteradas por atividades que extraíam elementos essenciais para a construção de uma cidade.

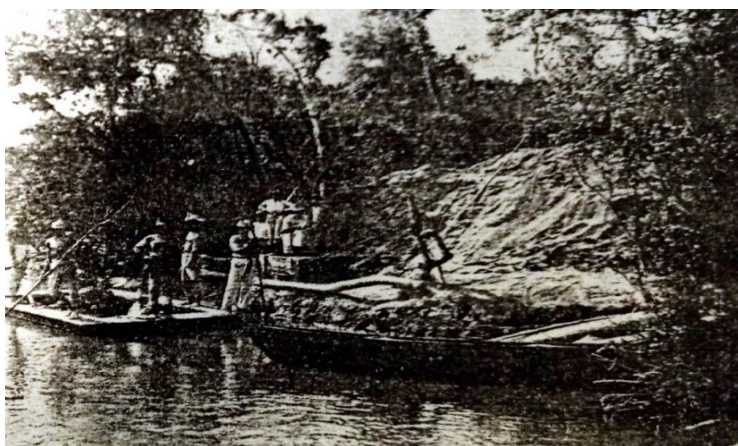
**Figura 31:** Primeira pedreira de Goiânia, foto de 1935. Não há registro do local exato.



Fonte: Secretaria de Planejamento Orçamento (SEPLAN).

Segundo o documento *Memorando*<sup>45</sup>, datado do dia 03 de março de 1939, o rio Meia Ponte fornecia para a construção da nova capital: areia fina para reboco, areia grossa e cascalho para compor a massa de assentamento.

**Figura 32:** Extração de areia no rio Meia Ponte, década de 1930.



Fonte: Secretaria de Planejamento Orçamento (SEPLAN).

---

<sup>45</sup>Arquivo Histórico Estadual (AHE), caixa 950.



**Figura 33:** Margens do rio Meia Ponte, década de 1940. Percebe-se que as margens já apresentam o desmatamento.



Fonte: Instituto Histórico Geográfico de Goiás (IHGG). (adaptado pelo autor).

Assim, tais cursos d'água, garantiram o atendimento da demanda inicial para a nova capital. Todavia como já foram mencionadas acima, estas atividades modificaram de forma direta as margens dos cursos d'água. Com a retirada das matérias-primas, houve o desmatamento que, provavelmente, transformou de forma direta, *habitats* naturais. Paula (2017) afirma que essas atividades executadas nas margens dos córregos e no rio Meia Ponte provocaram uma série de problemas para a futura capital do estado, como o surgimento de criadouros de vetores de doenças, devido à presença de buracos contendo água parada e vários barrancos degradados. Ainda sobre o rio Meia Ponte, o autor diz:

Na região do Meia Ponte, foi justamente onde os trabalhadores tiraram uma grande quantidade de areia e pedra, e onde houve mais casos da epidemia de malária. Aliás, durante a construção da capital, às margens do rio foram pontos epidêmicos centrais. Coincide com o espalhamento de resíduos sólidos e a consequência de possíveis criadouros do mosquito na região (PAULA, 2017, p. 133).

Além da retirada de matérias-primas que provocou tais problemas ambientais, o Meia Ponte seria palco de uma interferência a mais, a construção de uma usina hidrelétrica, já analisada no capítulo 2. Vale ressaltar que a construção de uma usina, mesmo ela sendo de porte pequeno, como foi a primeira de Goiânia, causaria impactos no rio. Segundo a ANA<sup>46</sup>, tais transformações estão relacionadas às alterações no regime

---

<sup>46</sup>O site oficial da Agência Nacional das Águas (ANA) traz informações sobre impactos referentes a construções de hidrelétricas tanto de pequeno e médio porte, quanto às hidrelétricas consideradas de grande

das águas e a formação de microclimas, favorecendo certas espécies, nem sempre as mais importantes, e prejudicando, ou até mesmo extinguindo outras. A região das margens do rio Meia Ponte iria sofrer ainda com outro problema em 1939, surgido após o alagamento provocado pela construção da represa do Jaó, a malária. O próprio interventor do estado, em relatório a presidência da república, ressaltou o caso.

Saúde Pública no combate que levou a efeito para a extinção de um surto de malária verificado nesta Capital em consequência do alagamento provocado pela represa do rio Meia Ponte no local da Usina de Força e Luz. As providências de saneamento postas em prática produziram os mais lisonjeiros resultados (TEIXEIRA, 1938-1939, p. 47).

Sobre o surto de malária, Godinho (2018) relata um fato curioso. De acordo com o autor do livro *Goiânia em Guerra: sangue, sede e escuridão nos anos 40*, após uma enchente em abril de 1945, a usina do Jaó foi destruída. A tentativa do governo de reconstrução da mesma foi prejudicada diversas vezes devido à doença que “tirava boa parte dos operários da obra. Algumas notícias davam conta que, na falta de operários acometidos pela doença, crianças os substituíam” (GODINHO, 2018, p. 156).

Mesmo antes da ocupação das margens do Meia Ponte, pela especulação imobiliária ou por forma de invasões, o mesmo já vinha sofrendo com os primeiros impactos causados pela construção da nova capital. Nos anos seguintes a situação do principal curso d’água de Goiânia se agravaria, pois segundo Araújo e Rezende (2016):

O avanço da urbanização sobre o meio natural de maneira desordenada desencadeia diversas ações como o desmatamento, degradação progressiva das áreas de mananciais e ocupação de áreas inadequadas para a construção de habitações. O que compromete os cursos d’água urbanos, que são afetados diretamente por essa urbanização (ARAÚJO e REZENDE, 2016, p. 38).

Assim, houve uma ocupação dos vales, de mananciais e das margens de córregos, ribeirões e do rio Meia Ponte por parte da população mais pobre, pois esta foi empurrada para a periferia da cidade e mais, o próprio Estado foi responsável por regularizar ocupações nesses locais, atendendo aos interesses econômicos.

---

porte, estas precisam de um alagamento de grandes proporções, provocando danos ainda maiores ao meio ambiente.

### 3.2. O (des) encontro entre a cidade e o rio.

De acordo com Godinho (2018), os anos de 1930 e 1940 são marcados pela construção de prédios públicos, ruas e avenidas abertas no imenso cerrado que cobria a região central da nova capital do estado. As décadas seguintes ficaram assinaladas pelo crescimento urbano e demográfico de Goiânia, descaracterizando o projeto de Atílio Corrêa de Lima e, posteriormente, o de Armando de Godoy. Tal descaracterização afetou diretamente os cursos d'água, em especial o rio Meia Ponte, que enfrentou um terrível (des) encontro com Goiânia em razão do crescimento desordenado. Para compreender essa situação, voltamos à década de 1930, com uma fala de Bernardo Élis<sup>47</sup>, que dizia que Goiânia era “Simplesmente um enorme acampamento, sem água, sem luz e sem esgoto, onde um quarto para morar era difícil de encontrar e quando encontrava era caro, onde as pensões e casas de pastos eram raras, onde não havia leite e nem frutas.” (ÉLIS, apud TELES, 2012, p. 26).

A nova capital enfrentava vários problemas em seus primeiros anos, pois além da falta de energia elétrica, enfrentava a falta de água tratada e de uma rede de esgoto. Segundo Paula (2017), esses problemas relacionados à saúde pública, incomodava Pedro Ludovico, devido a sua formação médica. Em relação ao esgoto, direcionaram ao rio Meia Ponte, que recebeu cargas de dejetos, abaixo da represa do Jaó.

Neste contexto de construção e consolidação da nova capital repleto de dificuldades e problemas mencionados, Goiânia foi crescendo como resultado de intenso fluxo migratório de pessoas que buscavam novas oportunidades em uma cidade planejada. Com isso, houve uma forte propaganda com intuito de comercialização de lotes, pois segundo Mota (2004), era a principal forma do Estado de arrecadar fundos para sanar dívidas surgidas com a construção de Goiânia. Moraes (2003) também analisa a propaganda realizada pelo Estado em relação à venda de lotes na capital, que naquele momento, entre os anos de 1935 a 1945, era de responsabilidade da empresa Coimbra Bueno.

O governo goiano, através da imprensa nacional, ocupou-se em desenvolver uma intensa propaganda a respeito das potencialidades econômicas do Estado de Goiás e principalmente das condições de vida oferecidas na sua nova Capital. Mediante essa propaganda induzia-se a crer, entre muitas outras coisas, que investir na capital naquele Estado, e, sobretudo na cidade que se

---

<sup>47</sup>Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, personagem importante na história de Goiás. Nasceu em Corumbá de Goiás em 1915 e faleceu em 1997 na mesma cidade. Foi Contista, romancista, poeta, ensaísta, advogado e professor. Foi o primeiro e único goiano a entrar para a Academia de Letras.

construía para servir de sede ao governo goiano, representava negócio muito vantajoso, ainda que fosse sob forma do capital fundiário (MORAES, 2003, p.163).

Percebe-se que a propaganda teve papel importante na divulgação da nova capital, influenciando o crescimento desta. Por outro lado, observa-se que a propaganda alimentava o interesse da empresa dos irmãos Coimbra Bueno, já que a empresa ganhou o direito de lotear algumas regiões da capital como forma de pagamento pelos serviços prestados na construção de Goiânia. Isso se confirma, por exemplo, no loteamento dos setores Coimbra e Bueno, que ficou a cargo dos irmãos Abelardo e Jerônimo.

**Figura 34:** Anúncio da empresa Coimbra Bueno referente ao futuro setor com mesmo nome: Coimbra Bueno.



Fonte: Folha de Goiaz, 1946.

A cidade foi crescendo com o passar dos anos, tanto fisicamente quanto demograficamente. Segundo dados do IBGE, a década de 1940 já evidenciava Goiânia com cerca de 50 mil habitantes. Este quadro se manteve estável nos primeiros anos da década de 1950, entretanto, já a partir de 1955, houve um crescimento demográfico acelerado, por consequência principalmente à construção de Brasília. De acordo com

dados do IBGE, em 1955 Goiânia apresentava uma população de 74.781 habitantes e no ano de 1960, de 153.505 mil habitantes, demonstrando um crescimento de mais de 100%. A tabela abaixo mostra o crescimento demográfico de alguns municípios nas décadas de 1940 e 1950, incluindo Goiânia.

**Tabela 1:** Crescimento demográfico nos anos de 1940 e 1950.

MUNICÍPIOS	1940			1950			Tx. Variação %
	Total Pop.	Urbana (%)	Rural (%)	Total Pop.	Urbana (%)	Rural (%)	
Aparecida de Goiânia	-	-	-	-	-	-	-
Goiânia	48.166,0	31,2	68,8	53.389,0	74,7	25,3	10,84
Goianira	1.455,0	21,6	78,4	1.188,0	24,6	75,4	-18,35
Nerópolis	4.758,0	23,4	76,6	5.739,0	31,8	58,2	20,62
Senador Canedo	-	-	-	-	-	-	-
Trindade	9.738,0	14,6	85,4	17.342,0	47,6	52,4	78,09
<b>Total de aglomeração</b>	<b>64117,0</b>			<b>77658,0</b>			21,12

Fonte: IBGE (1960). Adaptado pelo autor.

Portanto, o crescimento demográfico e a especulação imobiliária fizeram com que a cidade de Goiânia crescesse desordenadamente. Para se ter uma ideia deste cenário, segundo Penido (2000), na década de 1950, Goiânia cresceu de forma horizontal e dispersa, sendo aprovados 179 loteamentos. Somente no ano de 1959, na gestão do prefeito Jaime Câmara, que loteamentos privados foram controlados por meio da lei municipal número 1.566 assinada em 1959. Deste modo, a década de 1950 foi primordial para ocupações em locais como fundo de vale, mananciais, margens de córregos e rios. Sobre o assunto, Ribeiro (2004) afirma:

No final da década de 50, a cidade já se encontrava completamente desconfigurada em relação ao seu projeto original, com as áreas centrais todas nas mãos de particulares, os loteamentos proliferando numa proporção absurda, expulsando a população mais desprovida ou fazendo ocupar áreas públicas, incluídos nestas as áreas verdes, os parques e os fundos de vales (RIBEIRO, 2004, p. 40).

Essa situação narrada por Ribeiro (2004) está muito relacionada ao crescimento da cidade, influenciado pela grande especulação imobiliária desenvolvida nos anos de 1950. Abaixo, um anúncio<sup>48</sup> no jornal *O Popular*, referente ao bairro Santa Genoveva.

BAIRRO SANTA GENOVEVA.

O projeto do bairro Santa Genoveva está ligado à:

1. Criar um bairro autônomo – uma verdadeira cidade satélite;
2. Prever um desenvolvimento industrial;
3. Estabelecer uma cintura de vegetação em torno do bairro;
4. Estabelecer um plano conjunto capaz de servir as condições do futuro;

A parte industrial fica localizada na vizinhança imediatas do rio Meia Ponte, não só por ser aí a topografia muito favorável, como também por estar perto da estrada de ferro e ter possibilidades de abastecimento fácil [...] (O POPULAR, 21 de out. 1951).

Nota se que aos poucos, as proximidades do rio Meia Ponte são ocupadas pelos loteamentos. Neste caso específico do bairro Santa Genoveva, ressaltamos ~~pelo~~ o fato de o anúncio divulgar a presença de uma cintura de vegetação, que provavelmente seria resultado da reserva legal às margens do rio Meia Ponte. O que se tornou algo positivo segundo o anúncio. Segue abaixo outro anúncio do jornal *O Popular* sobre loteamentos próximos ao rio Meia Ponte.

Edital de loteamento.

Milton, Ribeiro Guimarães. Oficial do registro geral, comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

Faço público para conhecimento dos interessados, que, pelo senhor Elias Bufaiçal e sua mulher Maria Luiza Bufaiçal, me foi requerido, de acordo com a lei nº 3.079 a inscrição do loteamento (Parque industrial) situado na fazenda “água branca” nesta capital, com as seguintes divisas: começa em um marco situado à margem esquerda da estrada que vai de Goiânia à Colônia Santa Marta, na divisa de terras do Sr Orlando de Moraes, seguindo por uma cerca de arame, nesta divisa, até as margens do rio Meia Ponte (O POPULAR, 21 de out. 1953).

O próprio Estado permitia de forma legal pelo Decreto-lei número 90-A de 30 de julho de 1938, a ocupação de locais próximos aos cursos d’água, antes limitada pelos rios João Leite e Meia Ponte, pelos córregos Anicuns, Cascavel, Vaca Brava e da Onça, e pela Represa do Jaó. Este último, segundo Lima (2011), no início da década de 1950 e concretizada na década de 1960, com a construção do Clube de Regatas Jaó. Outra região também ocupada legalmente neste período, é o atual bairro Jardim Balneário Meia Ponte.

---

<sup>48</sup>As edições do jornal *O Popular* foram digitalizadas até o ano de 2010, segundo a diretora do DOC do jornal, Cristina Pinzari, apesar do processo feito, algumas edições apresentam problemas que dificultam a leitura e interpretação, como palavras apagadas e partes ilegíveis. Devido a este fato, procuramos transcrever, com o intuito de apresentar melhor a fonte.

Segundo Gonçalves (2003), foi prometido inclusive à população que ali estava a perspectiva de um clube, que de certa forma foi atendida, porém posteriormente o clube se tornou privado.

**Figura 35:** Propaganda do Bairro Jardim Balneário Meia Ponte, 1958.



Fonte: Gonçalves, 2003.

Outro fator importante que ocasionou as ocupações de cursos d'água foram as chamadas invasões, influenciadas principalmente pelo crescimento demográfico, analisado acima. O fluxo migratório acabou por repercutir nas condições de urbanização da cidade, especialmente, problemas de infraestrutura e habitacionais. Primeiro, foram os cursos d'água localizados próximos ao centro da cidade, como o córrego Botafogo e se estendendo mais ainda para periferia, como na região norte e noroeste da cidade, seguindo o rio Meia Ponte. Entretanto, Ribeiro (2004) considera que os cursos d'água localizados nas proximidades do centro urbanos foram, de certa forma, preservados como espaço paisagista, como por exemplo o Bosque dos Buritis e o Jardim Zoológico, realidade diferente do rio Meia Ponte, que não foi inserido deste modo na cidade. De fato, apenas o local da represa do Jaó, que representava e ainda representa uma área particular. Dito isto, o que se viu foi a ocupação regular e irregular das margens do Meia Ponte na década de 1950, que provocou a sua degradação. Sobre este tema Mota (2004), afirma que:

Neste processo muitas áreas próximas do centro não foram ocupadas, tornando-se vazios urbanos em contínua valorização. Junto a isso, nas áreas distantes foram implantados loteamentos populares sem infraestrutura, aumentando assim o déficit de serviços e equipamentos a serem implantados

pelo Estado. Em Goiânia, neste período, os bairros proletários, principalmente aqueles situados na periferia, permaneceram praticamente abandonados pelo estado (MOTA, 2004, p. 47).

Percebe-se que o crescimento horizontal de Goiânia no decorrer das décadas vem caracterizando a cidade como um modelo urbano excludente, não muito diferente de outros centros urbanos brasileiros que visam, na sua maioria, alocar a população de baixa renda longe dos centros e de toda infraestrutura oferecida pela máquina estatal. Para Lefebvre (2008), esse crescimento horizontal destrói o centro pelas próprias franjas da periferia.

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne produtos e coisas), do centro de informação e de decisão etc. mas todo centro destrói a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói porque remete a uma outra centralidade; ele se destrói na medida em que suscita ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias (LEFEBVRE, 2008, p. 85).

Assim, a especulação imobiliária foi desfazendo a ideia de cidade planejada e pensada inicialmente por Atílio Corrêa Lima. A cidade cresce sem controle e desorganizadamente, encontrando com o rio Meia Ponte, que a princípio, de acordo com os primeiros planos, seria a principal fonte de fornecimento de energia e água. Surge então, através da especulação imobiliária na década de 1950, alguns bairros próximos ao Meia Ponte, como o Bairro Santa Genevêva, mencionado acima, Criméia Oeste, Negrão de Lima, Parque Industrial de Goiânia, Bairro Feliz (MENDES, 2013). Apesar do Estado decretar que os novos loteamentos particulares deveriam ter infraestrutura, o que se viu foi algo bem diferente.

A década de 1960 deu início a uma preocupação referente ao crescimento da cidade de Goiânia, assim sendo, o governador José Feliciano<sup>49</sup> fez um convite ao arquiteto Luís Saia, autor de vários projetos pelo estado de São Paulo, para elaborar o novo plano diretor. Segundo Ribeiro (2004), o arquiteto fez um estudo sobre a história de Goiânia, iniciando com os relatórios da mudança da capital para entender tal processo. Percebeu que a nova capital era cortada por vários cursos d'água e identificou a deterioração da maioria deles. Foram várias observações e sugestões feitas pelo arquiteto, chamando a atenção para nós, sobre a preocupação com áreas verdes e fundos de vale. Enumeramos

---

<sup>49</sup>Apesar do convite do governador José Feliciano, foi na gestão do seu sucessor, Mauro Borges, filho do interventor, Pedro Ludovico Teixeira, que o plano diretor de Luis Saia foi desenvolvido.



duas, do ponto de vista do nosso estudo: a) Restauração das áreas dos córregos urbanos, remontando às diretrizes de *park-ways* do projeto de Atílio Corrêa Lima. Foram propostas, neste item, atitudes concretas de saneamento, regularização de cursos d'água, preservação de enchentes, instalação de emissários de serviços e implantação de avenidas expressas de fundos de vale; b) Retomada da preservação da represa do Jaó.

A proposta de tratamento e preservação dos fundos de vale solucionaria conjuntamente o problema de circulação de escoamento além, é claro, da utilização por parte da população como área de paisagismo. Em relação ao esgoto, Luis Saia sugere a instalação de rede de esgoto que desaguaria em estações de tratamento, instaladas nos córregos e no rio Meia Ponte (RIBEIRO, 2004).

Em referência a represa do Jaó, Saia propôs um grande parque, o maior da cidade, devido a sua implantação ao reservatório do Jaó e mais, sugeriu a implantação de uma exposição na margem sul, que contaria a história de Goiás e na margem norte, a instalação de clubes (RIBEIRO, 2004). Percebe-se a preocupação do arquiteto com a região da represa do Jaó, que também foi incluída em planos de Atílio. Assim, Saia propunha algumas adaptações aos primeiros planos em relação a algumas áreas verdes.

Entretanto, o plano diretor de Luis Saia não foi executado completamente, devido principalmente ao fim do governo de Mauro Borges, deposto pelo golpe civil-militar de 1964. Sobre o tema, o próprio Mauro Borges relata, em entrevista ao Jornal *Folha de Goiaz* em 1978.

Essa indicação foi relativamente infeliz. Não pela capacidade do arquiteto que era realmente excelente, mas porque ele era extremamente ocupado, justamente por ser bom, e isso atrasou demasiadamente o andamento do projeto. Quando pudemos obter o Plano Diretor já estava quase no fim do mandato, e eu só pude fazer muita pouca coisa. Assim mesmo, não era um Plano Diretor propriamente dito. Acabou saindo um anteprojeto do Plano. Eu nem sei se este Plano veio a servir para as administrações posteriores no disciplinamento da construção de Goiânia. Dentro da nossa programação, o que estava mais indicado para Goiânia era no final do meu mandato, no último ano, o que foi sacrificado com o meu afastamento (FOLHA DE GOIAZ, 24 de out. 1978).

Segundo Mota (2004), o ano de 1964 trouxe uma instabilidade política no estado que cominou com a saída de Mauro Borges do governo após o golpe militar, mesmo entregando o plano diretor de Luis Saia à administração da capital, o plano não foi desenvolvido, pois o prefeito era um opositor político do então governador. A autora ainda menciona outro problema, agora envolvendo Luis Saia, que neste caso estava relacionado a sua grande ocupação, visto que às vezes ficava até dois meses sem vir à

cidade, contribuindo para que sua relação com os profissionais locais se degenerasse. Deste modo, Goiânia continuava crescendo sem controle, criando espaços vazios na cidade, além é claro, da degradação das áreas verdes. Em relação à represa do Jaó, esta foi conservada pelo clube, porém outras áreas próximas foram invadidas confirmado por Ribeiro (2004, p. 75) “De tudo só se implantou um clube, o de Regatas Jaó, sendo o restante da área totalmente invadida”.

Após a não execução do plano de Luis Saia, o planejamento de Goiânia só seria retomado em 1969, agora com o urbanista Jorge Wilhelm<sup>50</sup>. Os problemas detectados por ele foram: a) dominância dos aspectos especulativos; b) o crescimento vertiginoso; c) a carência de habitação, que para ele, levaram a cidade a uma expansão desordenada. Para resolver esses problemas, o urbanista sugeriu a construção de conjuntos habitacionais, pois naquele momento, final da década de 1960, Goiânia enfrentava um problema social, diferentemente do quadro de dez anos atrás, em que o problema da cidade era físico. Esta nova realidade encontrada por Jorge Wilhelm tem como fator a proibição de novos loteamentos privados na década de 1970. O plano do urbanista também indicava para a proibição de construções e ocupações nos fundos de vale. Entretanto, não foi isso que aconteceu (RIBEIRO, 2004). Uma sugestão interessante foi recomendada para os fundos de vale do rio Meia Ponte e o córrego Anicuns. Neste caso, a proposta seria estimular o crescimento para o norte-sul da cidade, criando uma faixa verde, com a implantação de mini hortas como forma de preservar os leitos (RIBEIRO, 2004).

Para a represa do Jaó, o urbanista também fez sua análise, que não é muito diferente dos primeiros planos e de Luis Saia. Chama atenção o fato de que tanto Saia, quanto Wilhelm analisam a região da represa do Jaó como área com grande potencial de aproveitamento, como a prática de esportes aquáticos e área de lazer. Assim, não houve por parte dos urbanistas uma crítica ou mudança do projeto inicial de Atílio em relação à área represada do rio.

Dentro do sistema verde, particular atenção deverá ser dada aos terrenos banhados pela represa do Jaó. No que pese a situação atual desfavorável que não permite a criação à receita do município, a superfície de águas da represa oferece sem dúvidas ótimas condições de aproveitamento (WILHEIM, apud RIBEIRO, 2004, p. 90).

---

<sup>50</sup>Como urbanista, atuou em obras no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Bahia. Entre 1975 e 1979 foi secretário estadual de economia e planejamento de São Paulo. Em sua gestão fundou as estatais EMTU e a Fundação Procon SP, além de ter criado o Vale-transporte. Na década de 1980 sua empresa de arquitetura e urbanismo foi vencedora do concurso de reforma do Vale do Anhangabaú, supervisionando a implantação do projeto do novo Vale (MOTA, 2004).

Jorge Wilhelm também analisa as condições dos cursos d'água dentro da cidade, e propôs o saneamento destes. Observa-se então uma preocupação do urbanista em relação aos principais cursos d'água de Goiânia, sugerindo medidas de recuperação dos mesmos, chamando atenção para o ribeirão Anicuns, rio Meia Ponte e a represa do Jaó.

Logo que seja aprovado este Plano, deve-se elaborar os projetos básicos de execução para a retificação, dragagem e canalização definitiva dos córregos Botafogo, Capim Puba e Cascavel, tendo especial consideração o destino nos fundos de vale, como áreas verdes e retificação do ribeirão Anicuns, do rio Meia Ponte e da represa do Jaó (WILHEIM, apud Ribeiro, 2004, p. 92).

Todavia, o plano diretor desenvolvido pelo urbanista Jorge Wilhelm não foi concretizado na íntegra. Segundo Ribeiro (2004), apenas a canalização do córrego Botafogo. Tanto Luis Saia quanto Jorge Wilhelm se preocuparam com o crescimento da cidade de Goiânia de forma desorganizada nas décadas de 1950 e 1960. De fato, a preocupação era principalmente com a especulação imobiliária no final da década de 1960 e 1970 e com o crescimento desordenado, ambos prejudicando muito os cursos d'água. Em reportagem de setembro de 1975, o jornal *O Popular* já mencionava a situação do rio Meia Ponte como poluído, “Objetos submersos com maior frequência no rio Meia Ponte, apesar de poluído, bastante frequentado por goianienses” (O POPULAR, 14 de set. 1975). Em outra reportagem, datada em junho de 1978, se referindo à falta de abastecimento de água potável, realidade dos bairros da periferia, o jornal diz:

[...] Mas com relação a abastecimento e saneamento, Goiânia está situada numa extensa quanto vasta planície, na altitude de 700 metros sobre o nível do mar, circundada pelos rios Meia Ponte e Anicuns e córrego Cascavel e o ribeirão Macambira, além do rio Santo Antônio, que também compõe sua topografia.

O rio Meia Ponte está situado a noroeste, distante sete quilômetros do centro, com uma carga horária de 15.120.000 litros (segundo quem mediu), mas inteiramente morto e poluído (O POPULAR, 16 de jun. 1978).

Outro ponto comum entre os planos dos urbanistas foi a represa do Jaó, concordando com o plano inicial de Atílio sobre a área verde e o *park-way*, contudo nenhum dos dois planos diretores se preocuparam com o rio Meia Ponte como um todo, neste caso, em relação ao seu trajeto na cidade de Goiânia, apenas com a região da represa. Aliás, tais planos desenvolveram ideias para a utilização de muitos cursos d'água na cidade, inclusive distante do centro. Saia, por exemplo, propôs a construção de avenidas expressas nos fundos de vale, com intuito de criar áreas públicas verdes, como

exemplificou se referindo ao ribeirão Macambira (RIBEIRO, 2004). Já Wilhelm tinha como proposta:

A criação de parques municipais localizados em fundo de vale. Nos parques prevalecerá a paisagem natural, com arborização intensiva e amplos gramados. Isto não exclui a presença de um mínimo de construções e equipamentos necessários, como bancos, sanitários, estacionamento, zoológico, restaurantes, espetáculos, instalações para piqueniques etc. (...) a presença de córregos poderá facilitar a irrigação bem como a criação de lagos (WILHEIM, apud RIBEIRO, 2004, p. 91).

Portanto, neste panorama de não inclusão do rio nos planos diretores destes urbanistas, a realidade da década de 1980 não seria diferente para o Meia Ponte, que passa a sofrer mais ainda com invasões e poluição. Segundo Ramos (2016), que analisa a ocupação da região do Meia Ponte entre os anos de 1975 e 2015, a década de 1980 apresentou uma ocupação humana densa na região, a concentração vegetal já estava em situação de quase inexistente e com alto índice de poluição. Ribeiro (2004, p. 100) também analisa o cenário da região do Meia Ponte nesta década, afirmando que “a margem esquerda do rio Meia Ponte, por ser uma área de maior declividade e onde se concentravam os principais mananciais de abastecimento da cidade, era ainda um local onde existiam remanescentes de vegetal original”, porém esta realidade se desfez segundo a mesma autora:

Entretanto, mais uma vez por interferência do Estado sobre o município, continha uma ocupação que caminhava a passos largos, porém de forma descontínua, atingindo ecossistemas frágeis e solos de melhor aptidão agrícola. Tal ocupação contrariava todos os esforços de preservação dos mananciais (RIBEIRO, 2004, p. 100).

A autora não mencionou qual seria a ocupação, mas provavelmente, são relacionadas ao crescimento de bairros como Negrão de Lima, Bairro Feliz, Santa Genoveva, Setor Jaó que foram ampliados devido à especulação imobiliária ou invasões (MOYSÉS, 2004). A situação do rio Meia Ponte em 1980 foi relatada pelo *O Popular*:

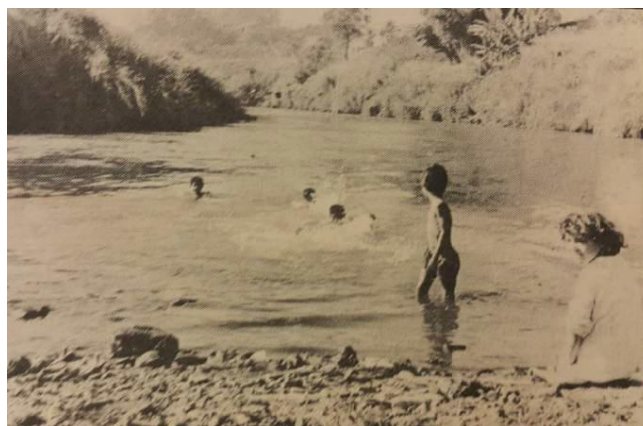
Figura 36: Reportagem referente a poluição do rio Meia Ponte.



Fonte: O Popular, 03 de jan. 1980.

Poluição, degradação, mau cheiro, peixes mortos e problemas que a reportagem traz, que não distancia nenhum pouco da realidade atual na qual o rio se encontra. A recuperação do rio também é mencionada, mas como sempre, ficou apenas no discurso político do superintendente Leonino Caiado, de acordo com a reportagem. Outro jornal da capital, *O Diário da Manhã*, apresenta o rio também como sujo:

Figura 37: A água suja do Meia Ponte é utilizada por goianienses.



Fonte: Diário da Manhã, 1987.

As décadas seguintes marcam ainda mais a situação desoladora do rio no âmbito urbano de Goiânia, porém os problemas aumentaram, se assemelhando a realidade descrita por Arruda (2008), quando relata a situação de um córrego que promoveu diversões, aventuras, lazer em sua infância no interior do estado de São Paulo na década de 1960. Após o crescimento urbano e, posteriormente, a degradação do córrego, problemas graves foram evidenciados.

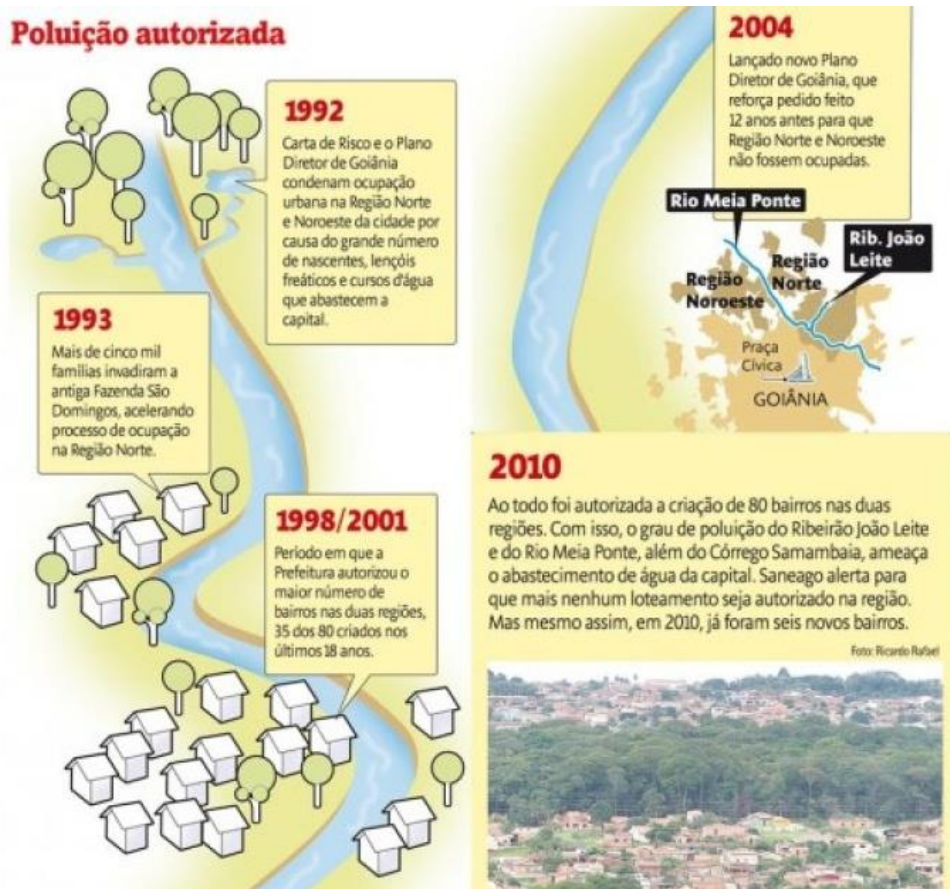
Em meados dos anos de 1970, o pequeno córrego havia transformado seu leito e suas margens em uma imensa voçoroca por causa das enxurradas, que desciam da parte alta da cidade, provocadas pelo aumento da impermeabilização de ruas e quintais, destruição dos últimos vestígios de matas ciliares e loteamentos de suas cabeceiras. O curso do córrego havia se transformado num canal para as águas das chuvas e do esgoto da cidade (ARRUDA, 2008, p. 8).

Provavelmente o rio Meia Ponte é maior em proporção em relação ao córrego que fez parte da infância do autor, mas os problemas causados foram semelhantes, todavia, outras dificuldades ainda estariam por vir, como relata Arruda, se referindo ao mesmo córrego:

O riacho se vingou arrastando as margens e o que havia nelas. Quando chovia, ele se transformava em uma torrente de águas barrentas, perigosa, intransponível. Várias vezes as pequenas pontes e pinguelas foram carregadas pelas águas das enchentes (ARRUDA, 2008, p. 8).

Segundo a reportagem do *O Popular* produzida em dezembro de 2010, a realidade dos cursos d'água de Goiânia e principalmente do rio Meia Ponte, só piorou entre os anos de 1990 e 2000, devido às ocupações irregulares, contexto semelhante às décadas de 1950 e 1960. Observe abaixo um diagrama produzido pelo jornal com o título “Criados 80 bairros em área imprópria” (O POPULAR, 21 de dez. 2010).

**Figura 38:** Ocupações irregulares e a degradação dos cursos d'água.



Fonte: O Popular, 21 de dez. de 2010.

Segundo a reportagem, no ano de 1992, que marca a elaboração da Carta de Risco<sup>51</sup> e o novo Plano Diretor de Goiânia, a própria prefeitura autorizou a criação de mais de 80 bairros nas regiões norte e noroeste, que estão próximas ao Meia Ponte e o Ribeirão João Leite, acelerando mais ainda a degradação dos mesmos. Sobre a ocupação, Sebastião Ribeiro de Souza, titular da Seplan, afirma que no ano de 1993 houve uma grande ocupação da Fazenda São Domingos, onde se localizam atualmente os bairros da Vitória, Floresta, Primavera e São Carlos, locais que não deveriam ser ocupadas por se tratar de mananciais (O POPULAR, 21 de dez. 2010). Ainda de acordo com a reportagem, a maioria destes loteamentos nasceu sob a responsabilidade do Estado, causando um impacto extremamente negativo para os cursos d'água.

Apresentado pela imprensa goianiense como o rio do esgoto, uma imagem absorvida pela população que cria uma visão negativa do Meia Ponte, mesmo o rio sendo

<sup>51</sup>Documento cartográfico que registra a delimitação de zonas ou compartimentos submetidos a um determinado tipo de risco frente a um determinado tipo de ocupação.

o principal manancial de abastecimento da cidade. Entretanto, a década de 2010 comprovou ao goianiense que Goiânia depende do rio, dependência esta escancarada na crise do abastecimento que assolou a população a partir do ano de 2016.

### 3.3. O rio Meia Ponte na imprensa goiana.

A abjeção e a indiferença por parte dos goianienses pelo rio Meia Ponte se potencializa na imagem que a imprensa local demonstra pelo mesmo. Basicamente, é na estação chuvosa, que gera alagamentos nos bairros próximos à sua margem, e na estação da seca, há interferência no abastecimento da região metropolitana de Goiânia. Além do mais, em seu trajeto urbano na cidade o rio está extremamente poluído, causando mau cheiro e uma paisagem deprimente. Em nossa pesquisa, percebemos que foram poucas as vezes que os jornais se propuseram a apresentar os pontos positivos do rio, como as riquezas, algumas potencialidades, as belezas – mesmo que sejam poucas no trajeto percorrido no espaço de Goiânia – ou mesmo sobre a história deste recurso tão importante para a capital.

Em relação às reportagens e menções dos jornais em referência ao rio entre os anos de 2010 e 2020, o Jornal *O Popular* foi mais incisivo ao tratar o Meia Ponte, trazendo inúmeras reportagens, apresentando certa preocupação em denunciar problemas deste curso d'água. É sempre bom ressaltar que o jornal *O Popular* é o mais vendido do estado, fazendo parte de um grupo jornalístico denominado Organização Jaime Câmara, que por sua vez é filiada ao grupo nacional e internacional, o Grupo Globo (ASMAR, 2019). Por isso, decidimos catalogar na década de 2010 as reportagens deste jornal sobre o rio, dividindo-as por categorias incidentes. A década escolhida se justifica por alguns fatores como: um período de certa forma recente; foi observado que esta década foi marcada por várias notícias referente ao rio; por fim, as dificuldades de acesso ao arquivo do jornal, que por sua vez estava fechado, passando por um processo de digitalização. Neste sentido, a assinatura do jornal nos forneceu o acesso on-line de todas as edições entre os anos de 2010 e 2020, assim este período representou quase 400 reportagens sobre o Meia Ponte.

Sobre outros jornais do estado, não percebemos, após uma pesquisa em seus sites oficiais e visitas as suas sedes, quantidade suficiente de reportagens sobre o rio que atendesse nossa expectativa. Em relação ao jornal *Diário da Manhã*, por exemplo, este se encontra em situação financeira difícil, seu site enfrenta problemas de busca. Em uma ida ao jornal, não havia funcionários que nos orientasse no sentido de uma busca por um



arquivo, nem na tentativa de um auxílio em relação à utilização do site. Mesmo assim, conseguimos, após várias pesquisas e buscas nesses periódicos, reportagens sobre o rio Meia Ponte, algumas destas serão apresentadas no decorrer do texto.

Ao analisar determinados jornais de Goiânia e em especial o jornal *O Popular*, foi preciso ficar atento a certas situações, como corpo editorial, anúncios, reportagens especiais, cartas dos leitores e linguagem, como sugere Vieira (2013). A importância quanto ao uso dos registros jornalísticos é estar atento aos motivos que os levaram a registrar e unir em uma totalidade determinadas partes do passado e outras não. Saber ler nas entrelinhas, procurar pelo não dito. Para o bom uso dos jornais como fonte de pesquisa, estes cuidados são imprescindíveis. Há uma grande vantagem na escolha de jornais como fonte documental, pois é algo diário, como afirma a professora Renée Barata Zicman, “Os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ZICMAN, 1985, p. 2).

Entretanto, segundo a historiadora Tania Regina de Lucca (2005), foi somente a partir da década de 1970 que a imprensa foi utilizada de forma mais incisiva, neste caso como fonte documental, pois conforme a pesquisadora, existia uma concepção de que a verdade dos fatos seria encontrada apenas em documentos oficiais. Fontes que aparentemente estão ligadas à credibilidade, fidedignidade, objetividade e a neutralidade. Porém, houve uma mudança de concepção que está ligada a alterações expressivas das práticas historiográficas, surgindo assim uma gama de pesquisas que utilizam a imprensa como fonte. A visão de Lucca (2005), se alinha com a de Zicman (1985), quando afirma que os jornais são “enciclopédias do cotidiano” (LUCCA, 2005, p. 112).

Escolhemos o jornal *O Popular* como a nossa principal fonte documental sobre o rio, que entre os anos de 2010 a 2020 apresentou o Meia Ponte aos goianos de forma negativa na maioria das reportagens. Foi notado que todos os problemas que o rio enfrentava também afetavam a cidade, por isso da preocupação do jornal, por exemplo, com a questão do abastecimento, que será tratada mais adiante no texto. Por meio da catalogação de todas as reportagens em que os problemas com rio Meia Ponte eram centrais, ou até a uma simples menção ao rio, produzimos uma tabela (ver quadro de n. 2) que se refere à incidência dos principais assuntos repercutidos no jornal no período citado.

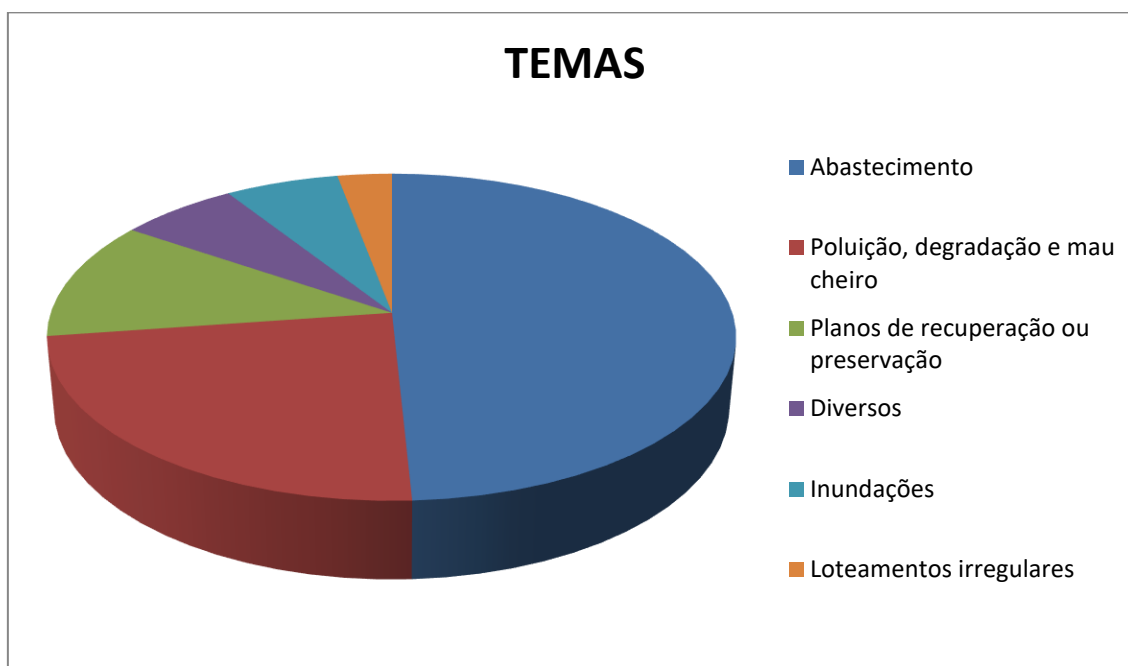
**Quadro 2:** Reportagens referente ao rio Meia Ponte entre os anos de 2010 e 2020.

	<b>REPORTAGENS</b>	<b>QUANT.</b>
<b>JORNAL O POPULAR</b>	Abastecimento	184
	Poluição, degradação e mau cheiro	88
	Planos de recuperação ou preservação	44
	Assuntos Diversos	24
	Inundações	23
	Loteamentos Irregulares	11
<b>TOTAL</b>		<b>374</b>

Fonte: autor

O gráfico abaixo apresenta em ordem decrescente a dimensão dos 5 temas mais discutidos no jornal na década de 2010.

**Gráfico 1**



Fonte: Autor

Os dados apresentados na tabela 3 e dimensionados no gráfico 1, demonstram que foram repercutidas 374 reportagens no o jornal *O Popular* sobre o rio Meia Ponte, distribuídas basicamente em 6 temas: a) Abastecimento; b) Poluição, degradação e mau cheiro; c) Planos de recuperação ou preservação; d) Inundações; e) Loteamentos irregulares; g) Assuntos diversos. Em seguida, passamos à análise dos temas

mencionados e apresentados no jornal *O Popular*, iniciando com o problema do abastecimento.

### 3.3.1. A crise do abastecimento.

Pela análise do periódico foi possível constatar que o tema com maior incidência e mais debatido por autoridades e órgãos públicos em referência ao rio Meia Ponte nos últimos 10 anos foi referente ao abastecimento da cidade de Goiânia e região metropolitana. A pesquisa resultou em 184 reportagens que, em sua grande maioria, remete a problemas do abastecimento, alcançando o auge em 2017. Observamos que os meses de agosto, setembro e outubro, marcam o debate sobre o abastecimento ou no caso, a falta dele.

O rio Meia Ponte é a principal fonte de abastecimento da região metropolitana de Goiânia, e seu estado de poluição, degradação e alta demanda, unindo a estação seca do estado nos meses mencionados, provocam um problema sério de abastecimento. Como tal problema afeta diretamente tudo que envolve a capital, a falta de água é o assunto mais explorado pelo jornal. Um período de maior estiagem já é motivo para preocupação, como expõe reportagem de setembro de 2010, “Tempo seco faz cair nível de captação” (O POPULAR, 16 de ago. 2010). No mês seguinte, outra reportagem diz “Goiânia tem o setembro mais árido” (O POPULAR, 22 de set. 2010).

Um fato que deve ser ressaltado é que após a verificação de todas as edições do jornal, o abastecimento da cidade, enquanto temática principal de uma reportagem, não foi percebido entre os anos de 2011 e 2014. Há sim, uma preocupação sobre o tema, porém, sempre aparece como assunto secundário, sendo apenas parte de uma matéria sobre o rio. Como na reportagem realizada em 2011, com o título “Rio precisa ser melhor cuidado” (O POPULAR, 28 de ago. 2011), na qual é analisada a situação degradante do rio. A diretora de Gestão Ambiental da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), Celma Alves dos Anjos, nos alerta sobre a quantidade de esgoto jogado no rio, e assinala também com uma preocupação em relação a possíveis problemas futuros referentes ao abastecimento. Em 2012, o jornal se volta novamente ao rio, com o olhar preocupado, prevendo uma crise de abastecimento no futuro “O compromisso com o Meia Ponte” (O POPULAR, 15 de jun. 2012). Os anos seguintes, 2013 e 2014, são marcados pela pouca exposição do rio no jornal, o primeiro com 22 reportagens e o segundo com apenas 11. Alguns temas foram abordados, como poluição, degradação, loteamentos irregulares,

cheias do rio, mas em relação ao abastecimento, não houve exposição direta. Por meio da leitura dos jornais, é perceptível que até o final de 2014 não houve problemas graves em relação ao abastecimento de Goiânia, esse fato fica claro no texto escrito pelo jornalista Henrique Duarte:

[...] O Rio Meia Ponte, com grande parte de suas nascentes preservadas, manteve mais da metade de sua vazão normal durante a seca de cinco meses e meio. O sistema de abastecimento de água de Goiânia, com captação no rio, a montante de Goiânia, não ameaçou a população (O POPULAR, 3 de nov. 2014).

O jornalista faz uma abordagem sobre a questão do abastecimento no país, citando alguns rios importantes como o rio São Francisco e o Tocantins e alerta sobre os problemas causados pela degradação e a seca “[...] A seca deste ano deixa, porém, o legado da advertência, fazendo com que o homem seja mais previdente e contenha seus ânimos destruidores” (O POPULAR, 3 de nove. 2014). Tal advertência não obteve sucesso, pois a partir de 2015, Goiânia e região metropolitana sofreriam uma grave crise de abastecimento, noticiada por vários veículos da imprensa goianiense, principalmente pelo jornal *O Popular*.

Já no primeiro dia do mês de fevereiro, uma das inúmeras reportagens do jornal traz uma preocupação: o baixo nível do rio Meia Ponte. “O rio está com aparência de junho” (O POPULAR, 1 de fev. 2015). Motivo para preocupação, pois o mês de fevereiro é caracterizado pelo alto volume de chuvas. Na reportagem, Geraldo Gonzaga, morador de uma chácara próxima à estação hidrometeorológica da Agência Nacional das Águas (ANA) há 15 anos relata: “Todo mundo está preocupado, vendo o que está acontecendo. Essa época do ano era para o rio estar cheio” (O POPULAR, 1 de fev. 2015). As previsões estavam corretas, a principal fonte de abastecimento da região metropolitana estava com uma vazão muito baixa para o período. O então superintendente da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) de Goiânia, Luiz Fernando Magalhães apontava os fatores para a diminuição da vazão do rio: a) desmatamento; b) aumento da população; c) crescimento desordenado da cidade; d) maior número de indústrias que consomem e poluem a água; e) aumento da qualidade de vida (O POPULAR, 1 de fev. 2015). Em março, outra reportagem adverte para este fator.

Alta demanda afeta qualidade do Meia Ponte.

[...] Na região metropolitana de Goiânia, caracterizada pelo uso predominante para o abastecimento urbano de água. Por conta da alta demanda exigida por

Goiânia, Aparecida de Goiânia, Goianira, Trindade e Senador Canedo, a bacia do Rio Meia Ponte requer atenção (O POPULAR, 2 de mar. 2015).

O ano de 2016 não foi diferente, algumas reportagens fazem um alerta sobre a possibilidade de falta de água na cidade de Goiânia, como a que foi feita em setembro de 2016, no auge do período de estiagem no estado. Mesmo com o aumento da vazão do rio Meia Ponte devido a uma operação da Dema (Delegacia Estadual do Meio Ambiente) que conseguiu abrir uma barragem no córrego Capivara, afluente do Meia Ponte, a reportagem dizia “[...] apesar da melhora no Meia Ponte, a situação continua crítica” (O POPULAR, 22 de set. 2016). Na mesma reportagem, é recomendado o uso moderado da água pela população, pois o rio Meia Ponte abastece 58% da população de Goiânia. Para auxiliar o abastecimento de Goiânia, o ribeirão João Leite foi utilizado, “Mesmo sem a captação direta, volume liberado pelo João Leite tem garantido abastecimento na capital” (OPOPULAR, 26 de set. 2016). Neste mesmo dia, o jornal produziu um editorial, onde expôs a preocupação com o abastecimento de Goiânia nos próximos anos. Citou as dificuldades de outras cidades como Brasília que enfrentava o mesmo problema, e recomendou mais planejamento.

O sistema de abastecimento em Goiás e em outros Estados deve ganhar fôlego com o início da temporada chuvosa. Mas todo o drama voltará a se repetir em meados do próximo ano, o que deixa evidente a necessidade de planejamento e obras que garantam o abastecimento sem sobressaltos. Não parece racional enfrentar anualmente os riscos e transtornos de um racionamento, colocando a culpa na falta de chuva (O POPULAR, 26 de set. 2016).

De fato, percebemos que a falta de chuva que corresponde aos meses de maio a outubro é utilizada nos discursos de autoridades estaduais e municipais para justificar o corte no fornecimento de água. Todavia, já se sabe que todos os anos, a região centro-oeste enfrenta um período de estiagem segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), cabendo a essas autoridades a resolução deste problema, criando alternativas e desenvolvendo planejamentos. Os anos seguintes vão ser marcados pela crise hídrica na capital e região metropolitana.

Já no mês de julho de 2017, observava-se que a região metropolitana enfrentaria a falta de água. No dia 7 do mesmo mês, o governo anunciava a inauguração da terceira etapa do Sistema Produtor Mauro Borges<sup>52</sup>, que foi projetado para garantir o

---

<sup>52</sup>Este sistema de abastecimento foi iniciado em 2002, foi dividido em três etapas: Barragem do ribeirão João Leite, Estação Elevatória de Água Bruta, ETA (Estação de Tratamento de Água - Governador Mauro Borges). O objetivo é de abastecer a capital e região metropolitana até o ano 2040 (A REDAÇÃO, 2017).

fornecimento de água tratada para a população da capital e região metropolitana. Inauguração que não resolveria o problema, pois foi antecipada pelo governo estadual, prevendo a falta de fornecimento de água. No final do mês de agosto, o fornecimento de água em alguns bairros de Goiânia já estava comprometido devido ao baixo volume do rio Meia Ponte, fato exposto na reportagem com o título “Goiânia corre o risco de sofrer falta de água” (O POPULAR, 29 de ago. 2017). Na mesma reportagem, é noticiado que 41 bairros de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade estavam sem fornecimento de água. Mais adiante, o então gerente de proteção de mananciais da Saneago, Fernando Junqueira, afirma que “Não está ficando nada no rio. A situação do Meia Ponte está crítica”. O contexto a partir daí foi desolador, segundo várias reportagens abaixo analisadas.

Procurando amenizar o problema, o governo estadual promoveu fiscalizações em propriedades rurais, com o intuito de identificar captações irregulares em mananciais que auxiliam o abastecimento em Goiânia: “Após ameaça de colapso no abastecimento de Goiânia, Secima vai fiscalizar propriedades rurais” (O POPULAR, 30 de ago. 2017). Entretanto, segundo a reportagem, não houve a identificação de captações irregulares, neste sentido, fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e assuntos Metropolitanos (Secima), orientaram de forma educativa os proprietários rurais sobre o uso da água de mananciais e sobre a possibilidade de falta de água.

Em quase todas as edições do jornal dos meses de setembro e outubro de 2017, foi noticiada e debatida a crise hídrica que afetava Goiânia e região metropolitana. Apesar do funcionamento do Sistema Produtor Mauro Borges, que já abastecia 20 setores de Goiânia, segundo noticiado na edição de 7 de setembro de 2017, a crise hídrica foi inevitável, como expressa no título: “Governo admite crise hídrica” (O POPULAR, 7 de set. 2017). No dia seguinte, o problema é escancarado pelo jornal:

O decreto que declara estado de emergência hídrica nos bairros abastecidos pelo Rio Meia Ponte em Goiânia e Aparecida de Goiânia é uma mostra clara da gravidade do problema. Algumas residências e estabelecimentos comerciais estão há dias sem água nas torneiras, enfrentando uma das piores crises no abastecimento (O POPULAR, 8 de set. 2017).

Trecho da reportagem mencionada acima evidencia as dificuldades enfrentadas pela população, reforçada mais adiante “Moradores de Goiânia e Aparecida já lidam com a falta de água há uma semana. Em alguns locais, a falha começou no sábado e ficou

acentuada na segunda-feira” (O POPULAR, 8 de set. 2017). Além da população, algumas indústrias e pivôs que dependem do rio para irrigar hortas e pequenas lavouras sofrem também com a falta de água, neste caso, o Estado promove um controle sobre a utilização da mesma (O POPULAR, 11 de set. 2017). No decorrer do mês de setembro, o jornal foi reproduzindo a visão de que Goiânia e Aparecida estavam enfrentando uma grave crise hídrica, ocasionada pela falta de planejamento, pela poluição e degradação do principal curso d’água, o Meia Ponte, pelo desperdício da utilização da água pela população, indústrias e propriedades rurais e até pela falta de chuvas, como é analisado na edição do dia 12 de setembro, com o título “Volume de chuvas cai ano a ano em Goiás” (O POPULAR, 12 de set. 2017). Sobre o desperdício, o jornal é bastante crítico, utilizando inclusive o termo “crime” para designar a quem utiliza a água para fins não necessários “Além de esperar pela firmeza gerencial do poder público, a quem cabe fazer a gestão desde escasso recurso, é imperioso que todos nós nos conscientizemos da importância de preservar água. Na conjuntura atual, lavar calçada soa como um crime” (O POPULAR, 26 de set. 2017).

Como foi mencionado, o mês de outubro não foi animador, pelo contrário, trazia as consequências da falta de água do mês antecessor como relatado em algumas reportagens, “Falta de água em pleno calor de mais de 38°” (O POPULAR, 16 de out. 2017); “Baixa vazão do Rio Meia Ponte e Ribeirão Lages afeta abastecimento de Goiânia e região” (O POPULAR, 16 de out. 2017); “Moradores de Goiânia e Aparecida reclamam de falta de água neste fim de semana” (O POPULAR, 22 de out. 2017); “Captação do Rio Meia Ponte para abastecimento público está 50% menor” (O POPULAR, 24 de out. 2017). A crise hídrica foi tema investigado pelo Ministério Público na figura do promotor Fernando Krebs, que questionou o Estado sobre a falta de abastecimento em Goiânia e região metropolitana, segundo reportagem em 30 de outubro de 2017. Além das reportagens noticiando a crise hídrica, o mês de outubro foi espaço para um editorial especial, que tinha o rio Meia Ponte como objeto central, apresentando o rio como um curso d’água sujo e quase morto, tal editorial já foi analisado acima, no item referente à poluição e degradação. Provavelmente, este editorial foi impulsionado devido à grave crise hídrica que assolou Goiânia e região metropolitana no mês de setembro.

Novembro trouxe a chuva, mas não resolveu o problema de fornecimento de água. Esse fato fica evidente em várias reportagens do jornal no mesmo mês, na qual a crise hídrica ainda é mencionada, “Racionamento em debate” (O POPULAR, 3 de nov. 2017); “TCE debate sobre crise hídrica” (O POPULAR, 8 de nov. 2017); “Crise hídrica em

Goiânia” (O POPULAR, 24 de nov. 2017). Mesmo passando por uma crise hídrica neste ano, as autoridades competentes não conseguiram evitar os mesmos problemas nos anos seguintes.

Em março de 2018, o governo estadual prevendo a falta de água que iria afetar outra vez o abastecimento, decretou na figura do então governador Marconi Perillo, situação de emergência na Bacia do rio Meia Ponte. Tal medida aumentava a autonomia da Secima, com o intuito de maior rigor na fiscalização sobre o consumo dos recursos hídricos, representada por uma força tarefa (O POPULAR, 13 de mar. 2018). Algumas medidas foram executadas pelo órgão, como a instalação de hidrômetros em propriedades rurais a fim de fiscalizar o uso da água. Outro órgão, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, também propôs medidas:

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte aprovou um plano de ações que estipula níveis de classificação conforme a vazão do rio e prevê, inclusive, a possibilidade de racionamento, caso a situação chegue ao mesmo contexto verificado no ano passado, quando diversos bairros de Goiânia e Aparecida de Goiânia ficaram sem água no período de estiagem. [...] (O POPULAR, 20 de jun. 2018).

O plano proposto pelo Comitê foi executado em partes pela Secima já no mês de junho, iniciando com os produtores rurais, como é noticiado, “Secima deve reduzir captação de água para produtores rurais no Rio Meia Ponte” (O POPULAR, 29 de jun. 2018). O plano se estendeu durante o período de estiagem, segundo é demonstrado, “Portaria reduz em 50% volume de captação do rio Meia Ponte” (O POPULAR, 6 de jul. 2018). Em outra reportagem, é analisada a pressão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte sobre a Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) com o objetivo de execução do plano de racionamento em toda cidade, “Saneago deve realizar Plano de Racionamento, exige Comitê” (O POPULAR, 2 de ago. 2018). Como uma das propostas estava a ideia de rodízio entre alguns bairros. O tema foi discutido entre alguns órgãos como a Secima, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Meia Ponte, Saneago e Agência Goiana de Regulação (AGR). Entretanto, o rodízio não foi desenvolvido, pois previa que o mesmo seria implantado caso a vazão do rio Meia Ponte ficasse abaixo de 1.500 litros por segundo (l/s).

Com o fim do período chuvoso no mês de abril, o discurso referente ao plano de rodízio alimentaria outra vez os órgãos responsáveis pelos recursos hídricos de Goiânia e região metropolitana em 2019. Mais uma vez, os jornais noticiavam o problema em suas



páginas já no mês de abril. Deste modo *O Popular* apresentava a previsão desoladora que a capital iria enfrentar novamente com a manchete: “Meia Ponte está sob alerta hídrico” (O POPULAR, 30 de abr. 2019). As previsões se confirmaram, e nos meses de agosto e setembro de 2019 o abastecimento de Goiânia e região metropolitana ficaram afetados, atingindo moradores que foram afetados pela falta de fornecimento de água.

Algumas medidas foram adotadas pelo estado de Goiás, como um plano de racionamento (que novamente não foi preciso executá-lo, pois algumas represas foram abertas), as irrigações tiveram seus horários reduzidos na Bacia do Meia Ponte e medidas de fiscalização sobre a captação de água na bacia, como noticiado no *Diário da Manhã*:

Governo usa polícia para fiscalizar horários de irrigação da Bacia do Meia Ponte para evitar racionamento.

[...] O Governo de Goiás segue firme na fiscalização da Bacia do Rio Meia Ponte. A Secretaria de Segurança Pública através da Polícia Militar via Comando Ambiental, SEMAD e Corpo de Bombeiros Militar atuam em conjunto para coibir o uso desmedido e abusivo dos recursos hídricos do Rio Meia Ponte e seus Afluentes (DIÁRIO DA MANHÃ, 14 de set. 2019).

A população também foi responsabilizada pela crise hídrica, devido ao alto consumo desnecessário. No mês de abril, *O Popular* faz uma crítica sobre tema, com um chamado “Cada gota conta” (O POPULAR, 4 de ago. 2019). Além de demonstrar a importância da água e os problemas que a falta dela faz, o texto assinado pelo jornalista João Ricardo Raiser alerta sobre o papel da cidadania neste caso de crise hídrica.

[...] Enquanto cidadãos, devemos cobrar a evolução, o aprimoramento da gestão e os seus resultados. No entanto, precisamos também dar nossa parcela de contribuição, em especial no período de seca, usando a água de forma racional. Devemos nos lembrar a todo momento a nossa parcela de responsabilidade não só com o meio ambiente, mas com as outras pessoas que moram na nossa cidade, com nossos vizinhos, nossos filhos e nosso futuro (O POPULAR, 4 de ago. 2019).

O então governador Ronaldo Caiado também fez críticas à população, sobre a utilização da água. Em entrevista ele afirmou: “Pedimos à população que nos ajude. Nós temos como fiscalizar as pessoas que estão irrigando [...] mas não temos como verificar dentro das casas.” (O POPULAR, 11 de set. 2019). De fato, tanto João Ricardo Raiser quanto o governador estavam cobertos de razão, pois o exagero e o desperdício é uma realidade presente na população em geral. Entretanto, a parcela maior de culpa fica a cargo das instituições públicas que não planejam, mesmo prevendo o problema, que neste caso, se repetiu durante alguns anos.

Embora a manchete de junho de 2020 alertasse sobre o problema da questão hídrica com “Decreto declara emergência hídrica nas bacias do Meia Ponte e Piancó para evitar racionamento” (O POPULAR, 3 de jun. 2020), não houve um cenário de falta de fornecimento de água se diferenciando de anos anteriores. Este fato foi relatado em outubro “Chuvas e controle evitam escassez no Rio Meia Ponte em Goiânia” (O POPULAR, 15 de out. 2020). Todavia, mesmo que o problema da escassez de água fosse resolvido parcialmente neste ano, devido a antecipação de chuvas, da execução de medidas de fiscalização e do funcionamento do Sistema Produtor Mauro Borges, o rio Meia Ponte ainda agonizava.

O problema do abastecimento ainda está longe de ser resolvido, basta uma pequena estiagem para que os órgãos públicos e autoridades se mostrem preocupadas com a possível falta de água para a população. Porém, outro problema chama ainda mais a nossa atenção, o descaso com o rio Meia Ponte, por parte do município do Estado e também o descaso da própria população goianiense que polui o principal recurso hídrico da capital.

### 3.3.2. Poluição, degradação e mau cheiro – o rio se torna “o rio do esgoto”.

Foram 88 reportagens que o jornal *O Popular* produziu entre os anos de 2010 e 2020 no que se refere à poluição e, conseqüentemente, à degradação do rio Meia Ponte. Esses problemas provocaram o mau cheiro em alguns trechos do seu trajeto na cidade de Goiânia, tornando assim, o segundo tema mais noticiado pelo jornal em nossa pesquisa, ficando atrás apenas do tema abastecimento. Então apresentaremos reportagens que comprovam a situação do rio, sendo que, em alguns casos, foram denunciadas as principais causas, citando inclusive alguns agentes poluidores do rio. Ainda que o tema seja o segundo com maior incidência no periódico em relação ao rio, percebemos que este foi noticiado em quase todos os anos entre 2010 e 2020, sendo que apenas no ano de 2020 não tenha sido abordado, como é evidenciado no quadro abaixo.

**Quadro 3:** Reportagens referentes ao tema poluição, degradação e mau cheiro entre os anos de 2010 e 2020.

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
2010	7
2011	11

2012	7
2013	3
2014	3
2015	13
2016	10
2017	18
2018	12
2019	4
2020	0

Fonte: autor.

Tais reportagens se dividem em episódios que reforçam o tema, como acúmulo de lixo nas margens do rio; esgoto jogado diretamente no leito do Meia Ponte; quantidade significativa de pneus encontrados em suas águas; acidentes que provocam a poluição do rio; água do Meia Ponte se encontra poluída; por fim, o mau cheiro que incomoda os moradores de bairros próximos ao rio Meia Ponte. Em referência à falta de reportagens sobre o tema abordado no ano de 2020, tudo indica que está relacionada à situação de pandemia provocada pela Covid-19, que preencheu as capas e páginas do jornal e a preocupação da sociedade deixando assim de lado outros assuntos.

Dito isto, voltamos a década de 1930, no qual vimos que a situação do Meia Ponte foi alterada já no início da construção da cidade de Goiânia e que durante as décadas seguintes, o rio foi se perdendo à especulação imobiliária. Suas águas já se encontravam na década de 1960, com teor de poluição, acentuando nas décadas seguintes chegando a uma triste realidade nos dias atuais. Desta forma, os anos de 2010 se mostraram ainda pior, pois o rio se tornou um local de despejo de todo tipo de material não utilizado. “Rio Meia Ponte mais parece um depósito de pneus velhos” (O POPULAR, 2 de set. 2010). Em outra manchete, o jornal diz: “Polícia encontra carcaças de motos no rio Meia Ponte” (O POPULAR, 9 de set. 2010).

Em 2011, *O Popular* identificou algumas empresas que poluíam o rio, como por exemplo, a Itambé<sup>53</sup> e a Cargill-Unilever<sup>54</sup>. Segundo a reportagem, a Itambé foi autuada pela Agência Municipal de Meio Ambiente, a Amma, por lançar esgoto bruto no rio Meia Ponte, sendo que, não foi a primeira vez que a empresa recebeu autuação. Em 2009, foi

<sup>53</sup>Cooperativa de laticínios com sede em Belo Horizonte, considerada a maior do Brasil.

<sup>54</sup>Multinacional britânica-neerlandesa de bens de consumo cossediada em Roterdã, nos Países Baixos, e em Londres, no Reino Unido. Seus produtos incluem alimentos, bebidas, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal.

interditada pelo mesmo fato (O POPULAR, 25 de out. 2011). Em relação a Unilever, a autuação corresponde ao mesmo ato, lançamento de esgoto no rio Meia Ponte. Fato curioso é que ambas eram reincidentes como lembra o jornal:

Em agosto de 2008, a Unilever foi multada em R\$ 10 milhões por crime ambiental. Na época, moradores de pelo menos 25 bairros da capital reclamaram do mau cheiro devido à empresa jogar resíduos no Rio Meia Ponte, após um problema no sistema de purificação. O problema no ar se repetiu em agosto desde ano. Segundo a assessoria da Amma, até hoje a multa não foi paga, porque a justiça analisa recurso (O POPULAR, 5 de nove. 2011).

Devido à reincidência da Cargill-Unilever, a Câmara Municipal de Goiânia reagiu criando uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), liderada pelo então vereador, Djalma Araújo (PT). A Comissão objetivava investigar denúncias de que a empresa citada foi responsável por vazamento de substâncias poluidoras no rio. O jornal noticiou da seguinte forma:

CEI vai investigar empresa alimentícia em Goiânia.  
Por unanimidade, a câmara aprovou nesta quinta-feira (12) a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar os motivos de um vazamento de 7 mil litros de ácido sulfúrico de um dos tanques da empresa Cargill, na zona Norte de Goiânia (O POPULAR, 12 de jul. 2012).

Segundo Djalma Araújo, em entrevista ao mesmo jornal, a maioria de empresas consideradas de grande porte, as multinacionais principalmente, poluem o rio e não são penalizadas, pois comportam um departamento jurídico influente. O então vereador acusa a Amma e o Ministério Público por falhas nas investigações em relação à poluição causada pela Cargill (O POPULAR, 12 de jul. 2012). Apresentando falhas ou não, é percebido que tais empresas conseguem na maioria das vezes por meios jurídicos a absolvição em relação ao pagamento de multas. Neste caso, não conseguimos identificar se houve o pagamento das duas empresas, Itambé e Cargill-Unilever, referentes à autuação.

Em reportagem de agosto de 2016, a Saneago admitiu que existem 75 pontos na capital, onde o esgoto é jogado diretamente no Meia Ponte e muitos destes, são de forma clandestina. A própria Amma, na mesma reportagem, realizada pelo *O Popular*, afirma que possivelmente, 57 dos 75 locais, são de lançamentos clandestinos. Neste caso, de acordo com a Agência, o esgoto não é tratado (O POPULAR, 27 de ago. 2016). O que mais chama atenção nas informações desta reportagem é que a própria Saneago é causadora de poluição do rio, segundo a Amma, tornando assim uma situação inusitada.

**Figura 39:** Trecho do rio no setor Balneário Meia Ponte onde se encontra esgoto clandestino.



Fonte: Acervo do Autor, jan. de 2021.

A incapacidade da gestão pública também é um causador da poluição do Meia Ponte. Aqui citamos a não conclusão do processo de tratamento do esgoto de Goiânia. De acordo com relatório da Agência Goiana de Regulação (AGR)<sup>55</sup>, o saneamento básico do sistema Meia Ponte não está completo, pois a estação ETE, localizada no Parque Atheneu, ainda está em processo de ampliação, que atualmente se encontra paralisada desde 2015. Devido a não concretização da ampliação desta estação, milhares de litros de esgoto, são jogados em forma *in natura* no rio Meia Ponte. Em agosto de 2016, *O Popular* relatou em sua edição diária sobre o fato.

Se estivesse concluída, trataria os esgotos de bairros que estão localizados do outro lado da BR-153, como Parque das Laranjeiras e condomínios de alto luxo. Na prática, tudo é jogado diretamente no Rio Meia Ponte. Não raro, moradores reclamam do forte cheiro que envolve o ambiente. Isso porque já houve três processos licitatórios para as obras (O POPULAR, 26 de ago. 2016).

O rio também é vítima de acidentes que geram verdadeiras tragédias. Como no episódio em que a própria prefeitura de Goiânia foi responsável como relata a reportagem, “Principal manancial de Goiânia foi contaminado por 12 mil litros de derivado de petróleo usado para asfaltar rua e altamente tóxico” (O POPULAR, 26 de mar. 2015).

---

<sup>55</sup>Relatório de Fiscalização: Captação Rio Meia Ponte e Sistema Mauro Borges, 2017.

**Figura 40:** Água do rio Meia Ponte escura devido à contaminação de derivado de petróleo.



Fonte: O popular, 26 de mar. 2016.

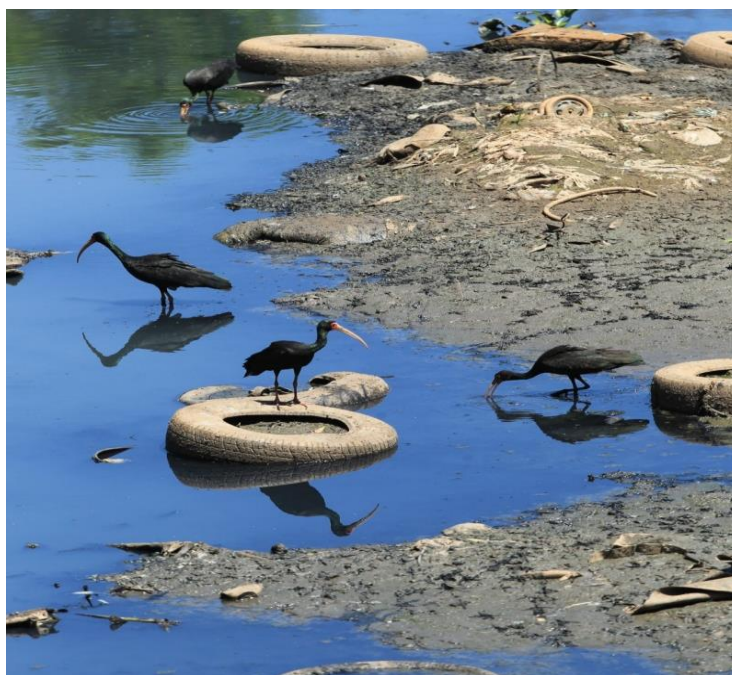
Em outubro de 2017 o jornal produziu um especial sobre o rio Meia Ponte, com duas grandes reportagens. A primeira, intitulada “Meia Ponte, um rio sedento” (O POPULAR, 6 de out. 2017), no qual foi mostrada várias imagens do rio em situação deprimente, em extrema poluição e locais visivelmente secos. Foi a primeira vez que um editorial se dispôs a produzir uma série de reportagens em que o Meia Ponte seria o objeto principal. Seleccionamos abaixo algumas dessas imagens, como forma de demonstrar uma realidade ainda mais preocupante do rio.

**Figura 41:** Dentro de Goiânia, o rio Meia Ponte recebe altas cargas de poluição.



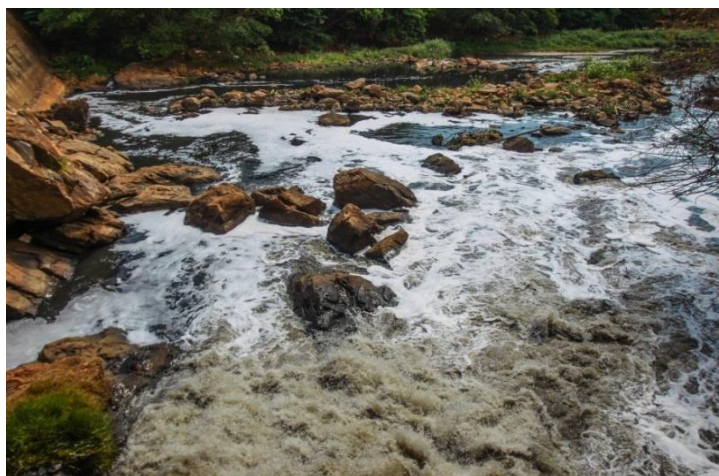
Fonte: O Popular, 6 de out. 2017.

**Figura 42:** Pássaros convivem com o rio poluído e sujo.



Fonte: O Popular, 6 de out. 2017.

**Figura 43:** A espuma representa uma água totalmente poluída.



Fonte: O Popular, 6 de out. 2017.

**Figura 44:** A realidade do rio no mês de setembro, trecho próximo à captação de água setor Balneário Meia Ponte.



Fonte: O Popular, 6 de out. 2017.

Como as imagens evidenciam e o título da reportagem igualmente, um Meia Ponte sedento, sede de água, água pura e cristalina, correndo em seu leito. A realidade do rio Meia Ponte é escancarada nos versos poéticos João Braga Neto.

Ninguém ouve e nem socorre  
O lamentoso rio que morre;  
Um rio outrora garboso!  
(BRAGA, apud VIDAL, 2010, p. 111).

A segunda reportagem, que completa o especial sobre o rio foi denominada “Caminhos do Meia Ponte”, que na verdade, corresponde a um pequeno vídeo, de quatro minutos, narrado por Jackson Abrão (importante jornalista goiano), no qual é apresentado o rio desde seu nascimento, na Serra dos Brandões até seu desaguar no rio Paranaíba. Apesar do curto tempo, o vídeo traz informações importantes sobre o rio, como nascentes, afluentes, o trajeto na cidade de Goiânia, a história da primeira usina, suas belezas que se encontram fora do âmbito do espaço urbano de Goiânia, como por exemplo, as cachoeiras do Meia Ponte, local próximo do município de Panamá de Goiás.



**Figura 45:** Cachoeiras do rio Meia Ponte.



Fonte: O Popular, 7 de out. 2017.

O vídeo também traz, de forma mais rápida, a poluição do rio causada pela cidade de Goiânia. Fica claro que existem dois rios Meia Ponte, um saudável, que vive fora do espaço de Goiânia, o outro, em agonia, que corresponde ao trajeto dentro da capital do estado. Dentre as 79 reportagens do jornal *O Popular* que catalogamos que refere à degradação do rio, quase em sua totalidade, o rio é apresentado como poluído e sujo, em estado de morte. “Poluição compromete a sobrevivência do rio” (O POPULAR, 8 de out. 2017); “Lixo espalhado pelo rio Meia Ponte” (O POPULAR, 23 de set. 2018); “Desrespeito ao nosso rio” (O POPULAR, 28 de set. 2018); “A falência do Meia Ponte” (O POPULAR, 6 de mai. 2019). As reportagens reforçam a visão de que o rio Meia Ponte é o rio do esgoto, entretanto percebemos que tais reportagens são importantes no sentido de que o problema deve ser divulgado e que tanto as autoridades competentes quanto a população em geral, precisam entender a importância da recuperação e futuramente, da preservação. Mas atualmente a realidade é de desprezo, e mais problemas surgem a cada dia, como o do mau cheiro.

O mau cheiro causado pela poluição das águas do Meia Ponte incomoda os moradores que vivem nas proximidades do rio. Percebemos que este problema se intensifica no período de estiagem, quando o volume do rio abaixa e o calor é maior. Isso se confirma, pois em agosto de 2011, *O Popular* produziu seis reportagens sobre este mal silencioso, onde alguns moradores confirmam que na seca, o odor se torna mais forte.

Operação quer descobrir causa de mau no cheiro Meia Ponte.  
Devido à reclamação dos moradores da região norte de Goiânia, referente ao mau cheiro vindo da água do Rio Meia Ponte, a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos promove nesta sexta-feira (19), intenso trabalho de

fiscalização para averiguar a causa do incômodo. A ação, que vai durar 24 horas, vai percorrer todas regiões envolvidas. O objetivo da Semarh é buscar pôr fim às queixas dos moradores de bairros como Goiânia 2 e São Judas Tadeu, que se repetem, todos os anos, especialmente nesta época de baixa umidade relativa do ar (O POPULAR, 18 de ago. 2011).

Após a investigação da Semarh, concluiu-se que 80% do odor do rio Meia Ponte na região norte da cidade, era causado por uma empresa de alimentos, segundo a reportagem do *O Popular*, realizada no dia 20 de agosto de 2011. Na época, a diretora da Semarh, Gabriela de Val Borges, se mostrou bastante preocupada, devido ao exacerbado mau cheiro causado por gases emitidos pela empresa. Ainda de acordo com a reportagem, os fiscais mesmo antes de fazer a medição da qualidade do ar, já sentiram que havia algo cheirando muito mal, um cheiro insuportável. Em 2016, outra matéria volta a questionar o mau cheiro da região norte, especificamente no setor Goiânia 2, com o título da reportagem “O ar que respiramos” (O POPULAR, 5 de jan. 2016). Em 2018, atribui o cheiro ao rio Meia Ponte, com a reportagem “O cheiro do Meia Ponte” (O POPULAR, 18 de ago. 2018). O jornal *Diário da Manhã*, também produziu reportagens que denunciam o odor insuportável da região norte de Goiânia.

Desta vez, em pleno início da primavera, o mau cheiro tomou conta, de forma insuportável nos últimos dias na região Norte de Goiânia. Do fim de tarde ao nascer do dia fica difícil respirar, deixan-do todos indignados com as autoridades em relação ao mau cheiro que se repete todo ano com mais intensidade neste período (DIÁRIO DA MANHÃ, 29 de set. 2018).

Com a verificação das reportagens, foi notado que o mau cheiro também é causado por outros agentes. Deste modo, tais reportagens relacionam o problema às empresas já citadas acima, como responsáveis também pelo odor forte, inclusive incluindo uma estação de tratamento. O próprio *Diário da Manhã*, reforça essa tese.

Região norte cheira mal.

A região Norte de Goiânia luta contra o odor podre que toma conta de inúmeros bairros desde que foi instalada no local uma grande multinacional da produção de alimentos. E a cada protesto, a certeza de que nem poder público nem iniciativa privada pretendem resolver a situação (DIÁRIO DA MANHÃ, 23 de out. 2015).

Nesta paisagem de poluição, degradação e mau cheiro, a qualidade da água do rio Meia Ponte está em nível péssimo. Um relatório<sup>56</sup> da Agência Goiana de Regulação,

---

<sup>56</sup>O relatório está disponível em <[www.agr.go.gov.br](http://www.agr.go.gov.br)>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) realizado em 2010, apontou alterações em um terço das amostras recolhidas. De acordo com o relatório, dos 24 pontos escolhidos para coletar as amostras, a metade foi no trajeto do rio Meia Ponte em Goiânia. Foram detectados elevados índices de cor, turbidez e ferro, fato este que altera a qualidade da água.

O cenário em 2017 não se diferenciava como em 2010, apontado pelo relatório da AGR. A qualidade da água ainda era ruim. A pedido do jornal *O Popular*, foi feita uma análise da qualidade da água no rio Meia Ponte na região metropolitana de Goiânia, produzido pelo professor e pesquisador da PUC-Goiás, Antônio Pasqualetto, especialista em recursos hídricos. Segundo a análise, a qualidade da água piora após o trecho da ETE, localizada no setor Goiânia 2. A verificação revela ainda que no trecho da GO-020, em Senador Canedo, a qualidade de coliformes termotolerantes (fecais) aumenta em três vezes e a quantidade de oxigênio dissolvido cai ainda mais (O POPULAR, 12 de out. 2017). Sendo assim, fica evidente que o tratamento da água do Meia Ponte não promove resultados positivos, se tornando ineficaz, situação divulgada em setembro de 2018 pelo jornal, “[...] a ETE, que é responsável por atender quase 70% dos consumidores de Goiânia, não apresenta tratamento de esgoto eficiente e a quantidade de matéria sólida tratada seria de apenas 38,65%, quando o mínimo deveria ser de 60%” (O POPULAR, 5 de set. 2018). A reportagem usou como fonte uma perícia realizada pela Polícia Técnica-Científica sob a demanda da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente (DEMA).

Um estudo científico mais recente, demonstrou que a água do Meia Ponte apresenta genotoxicidade<sup>57</sup> e que seu uso deve ser proibido sem o devido tratamento. Tal estudo foi realizado por alunos de Pós-graduação em Recursos Naturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. O estudo apresenta análises físico-químicas, um monitoramento biológico que neste caso, evidenciou genotoxicidade nas águas. Ou seja, há potencial de causar danos no DNA de quem utilizar a água do Meia Ponte sem tratamento. O mais preocupante é que segundo o estudo, cinco pontos foram escolhidos para a coleta de dados: as nascentes, Inhumas, Goiânia, Pontalina e Cachoeira Dourada,

---

<sup>57</sup>Em genética, genotoxicidade refere-se à capacidade de alguns agentes químicos de danificar a informação genética no interior de uma célula, causando mutações ou induzindo modificações na sequência nucleotídica ou da estrutura em dupla hélice do DNA de um organismo vivo, o que se relaciona com a capacidade de desenvolvimento de neoplasias. Disponível em: <[https://www.news-medical.net/life-sciences/What-is-Genotoxicity-Testing-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/life-sciences/What-is-Genotoxicity-Testing-(Portuguese).aspx)>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

sendo que, a situação nos arredores de Goiânia era a pior possível (O POPULAR, 2 de out. 2020).

**Figura 46:** Rio Meia Ponte, altura dos setores Negrão de Lima e Santa Geneveva. Um dos cinco pontos de coleta.



Fonte: O Popular, 2 de out. 2020.

Em contrapartida, no mesmo rio, nas proximidades dos municípios de Panamá de Goiás e Goiatuba, suas águas são utilizadas como propriedades medicinais, ironia ou não, o jornal em uma edição de domingo mostra as características da água nesta localidade, “Salina, sulfurosa e termal” (O POPULAR, 19 de mar. 2017). E mais, o local é visitado porromeiros, que após a Festa do Divino Pai Eterno, acampam em ranchos nas proximidades para orações, segundo a mesma reportagem. Outro fato interessante é relatado por Vinicius Carvalho, proprietário de uma de cinco fazendas que fazem parte de condomínio onde está localizada Reserva do Bebedouro, no rio Meia Ponte. Segundo ele, é comum osromeiros e moradores da região, lavar o corpo com a argila do rio, pois de acordo com a crença local, o barro faz bem para a pele, “Essa lama é semelhante a que ocorre em Araxá (MG)” (O POPULAR, 19 de mar. 2017). Ao imaginar as possíveis propriedades dessas águas, correspondente a esse trecho do rio, pode-se mencionar Bachelard (1998, p. 163), quando ele afirma que “A água doce sempre há de ser, na imaginação dos homens, uma água privilegiada”. O mesmo rio que sofre em Goiânia oferece suas águas em outra localidade para que os homens alimentem suas crenças e imaginações.

### 3.3.3. O problema das inundações e a questão das ocupações irregulares.

A ocupação dos fundos de vale, de mananciais, das margens dos cursos d'água como o rio Meia Ponte, influenciou em alto grau na degradação e poluição destes. A década de 2010 também foi marcada por essas ocupações, apresentadas em algumas edições do jornal *O Popular*. Foram catalogadas onze reportagens, em que o jornal apresenta alguns dos problemas causados por ocupações irregulares nas proximidades do rio Meia Ponte. Isso aconteceu, mesmo com um plano unificado entre as prefeituras da região metropolitana de Goiânia, em 2011, com objetivo de proibir novos loteamentos como foi exposto na matéria do jornal *O Popular* “Prefeituras freiam loteamentos” (O POPULAR, 31 de out. 2011), o problema não foi resolvido. Mas as ocupações irregulares não estão evidentes apenas na periferia da cidade, como mostra a reportagem abaixo.

Invasões de luxo no Setor Jaó.

Casas predominantemente de luxo ocuparam áreas públicas e de preservação permanente (APPs), no Setor Jaó, as margens do Rio Meia Ponte, na região Leste de Goiânia. [...] As ocupações irregulares estão concentradas entre a Alameda Pampulha e o rio. Na região, há o contraste entre imóveis caros e imóveis em construção [...] Alguns moradores desafiaram ainda mais a fiscalização e construíram suas casas dentro da área limite de cem metros que o Plano estabelece para proteger o Meia Ponte [...] (O POPULAR, 25 de set. 2012).

As fiscalizações que tentam impedir ocupações irregulares são de responsabilidade da Amma. Este órgão trabalha em forma de monitoramento, como foi feito na Vila Roriz em Goiânia, em 2014, “[...] os fiscais passam pelo menos três vezes ao dia em uma área aos fundos da rua UM-10, na divisa entre os setores Urias Magalhães e Vila Roriz, também próximo ao Ribeirão Anicuns, já onde este se liga ao Rio Meia Ponte, na Região Norte de Goiânia” (O POPULAR, 22 de jul. 2014).

Entretanto, as ações planejadas pela Amma não conseguem impedir que áreas públicas e consideradas APPs sejam ocupadas irregularmente como confirmado pela imagem abaixo.

**Figura 47:** Vila Roriz, área próximo o rio Meia Ponte.



Fonte: Acervo do Autor, jan. de 2021.

Os loteamentos e ocupações irregulares contribuem para o desenvolvimento de outro problema que se apresenta na estação chuvosa, as inundações. Sobre esse tema, encontramos vinte três reportagens no jornal *O popular* na década de 2010 que remetem a este problema que assola os moradores de bairros vizinhos ao rio Meia Ponte. Neste caso, separamos apenas as que indicam inundações referente ao Meia Ponte, não mencionando assim, as que são provocadas pelos córregos Botafogo, Anicuns e Cascavel, que sem dúvidas são os maiores responsáveis por problemas de alagamentos na cidade devido às fortes chuvas. Assim, neste panorama, apenas os anos de 2012, 2013, 2016 e 2020 contém reportagens sobre inundações provocadas pelo rio Meia Ponte que estão expostas no quadro n. 4.

**Quadro 4:** Reportagens referente a inundações causadas pelas cheias do rio Meia Ponte entre os anos de 2010 e 2020.

ANO	MÊS	QUANTIDADE
2012	JANEIRO	4
2012	FEVEREIRO	1
2012	MARÇO	1
2013	JANEIRO	3
2013	FEVEREIRO	1
2016	JANEIRO	6
2016	FEVEREIRO	1
2020	FEVEREIRO	1
2020	ABRIL	5

Fonte: Autor.

Sobre as informações do quadro acima, alguns pontos devem ser levados em conta. O mês de janeiro corresponde como o período no qual se concentra maior volume de chuvas segundo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), por isso, é neste mês que ocorrem mais inundações, seguido do mês de fevereiro. O que se refere ao mês de abril do ano de 2020, onde de acordo com a tabela, menciona cinco reportagens, estas foram divulgadas nos dias 22 e 23, que relatam possibilidade de enchentes na bacia do rio Meia Ponte. Neste sentido, percebe-se que este fato se torna isolado, pois o mês de abril não corresponde a um período de altos índices pluviométricos. Abaixo uma das reportagens do mês de abril:

Aumento do nível provoca alerta na bacia do Meia Ponte.  
Por causa das chuvas, toda bacia do manancial está em alerta para risco de nova elevação. Na capital, 30 bairros foram atingidos, e a defesa civil monitora cinco pontos. [...] nas imediações do Rio Meia Ponte corre risco de alagamentos (O POPULAR, 22 de abr. 2020).

Para ilustrar essa situação mencionada acima, temos abaixo uma imagem do volume do rio utilizando como referência a ponte na Avenida Nerópolis, no bairro Jardim Balneário Meia Ponte.

**Figura 48:** Cheia no rio Meia Ponte, trecho do Bairro Jardim Balneário Meia Ponte.



Fonte: O Popular, 22 de abr. 2020.

Basta uma forte chuva para que Goiânia sofra com inundações. Se os bairros centrais sofrem quando os córregos Botafogo e Cascavel transbordam, bairros próximos ao rio Meia Ponte também padecem com o mesmo mal, mesmo aqueles considerados bairros de alto padrão como o Jaó.

A realidade é exposta na manchete: “Cheia no Meia Ponte alaga chácaras no setor Jaó” (O POPULAR, 20 de jan. 2016). No dia seguinte, após presenciar os estragos, o jornal expõe “Meia Ponte sobe 3 metros” (O POPULAR, 21 de jan. 2016). Aliás, janeiro de 2016 ficou marcado pelo aumento significativo da vazão do Meia Ponte, pois segundo a Secretaria Estadual das Cidades e Recursos Hídricos, neste mês devido ao grande volume de chuvas, a vazão alcançou 200 metros cúbicos por segundo (m<sup>3</sup>/s).

As inundações não são uma realidade específica da cidade de Goiânia, todas as grandes cidades sofrem com o fato. É interessante entender que a ocupação não é a causa da inundação e o acidente ocorre porque áreas naturalmente inundáveis foram ocupadas (SANTOS, 2012). Assim, locais próximos a curso d’água são propícios a inundações, sempre que houver um volume alto de chuva. Outro fator que a autora menciona como causa de inundações em áreas urbanas, é a canalização dos rios ou de córregos, que quando recebem um volume alto de chuva, transbordam. Neste caso, segundo a autora, a pavimentação e as ocupações favorecem o agravamento do acidente.

Além do estrago que algumas inundações promovem na cidade, como vias alagadas, casas invadidas pelas águas que podem provocar desmoronamentos, as inundações escancaram uma situação que no caso do rio Meia Ponte, é de extrema tristeza, a poluição. As águas sujas proliferam doenças, além de espalhar o lixo jogado em seu leito.

#### 3.2.4. Assuntos diversos.

O item que se refere a “assuntos diversos” corresponde a distintos temas, como crimes relacionados a assassinato próximo ao rio, acidentes, afogamentos, além de outros, como destaque, a reportagem que tem como título “Recorte da vida”. Esta reportagem aborda um espetáculo desenvolvido por 250 alunos do projeto Arte Educação da Fundação Jaime Câmara, em parceria com empresários locais, realizado no dia 13 de dezembro de 2012. Segundo a reportagem, a diretora do espetáculo Veruska Bettiol Borges, apresenta vários recortes na *performance*, sendo um desses recortes ligado a relação entre seres humanos e a natureza, onde se refere ao rio Meia Ponte, “Este espetáculo foi pensado para que as pessoas repensem atitudes, ações e mudem de comportamento para cuidar de mananciais locais como o Rio Meia Ponte e preservar a vegetação do Cerrado”, observa a diretora. (O POPULAR, 13 de dez. 2012). Ainda sobre o espetáculo, a professora de teatro Lenita Caetano – presente no evento – relata o que



seria para ela a cena mais emocionante, denominada de “Lavadeiras do Rio Meia Ponte”. Neste caso, tudo indica que a reportagem foi realizada devido ao evento ser organizado por órgãos ligados ao jornal, entretanto, destacamos a preocupação com o rio, demonstrada no espetáculo.

Outro assunto relacionado ao rio que direcionamos ao item “assuntos diversos”, pois foi pouco abordado, é a questão da presença de animais selvagens na localidade do rio. Fato interessante, pois apesar da poluição do rio e a degradação da mata ciliar, algumas espécies de animais sobrevivem no que resta. A presença de animais ficou evidente quando a Associação pela Redução Populacional e Contra o Abandono de Animais (Arpa Brasil) recebeu inúmeras denúncias sobre a situação de macacos na região do Parque Otávio Lúcio, no setor Brisas da Mata, próximo ao rio Meia Ponte.

Com a presença das casas, os animais ficaram isolados das nascentes de água da região, tendo que buscar água apenas nos tanques da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma), que estariam quebrados, apesar de a pasta municipal negar. A situação é agravada em virtude do tempo seco, em que os macacos necessitam de mais água para se hidratar e, por isso, começaram a buscar o líquido nas casas vizinhas (O POPULAR, 28 de set. 2015).

A questão da seca, comum no mês de setembro, juntamente com a ocupação de áreas próximas ao rio, influenciaram o comportamento dos animais. A ocupação de áreas consideradas vale de rios ou próxima a mananciais e até nas proximidades das margens de rios podem ocasionar encontros indesejáveis, como aconteceu com um morador do setor Jaó, em Goiânia, “Assustei, não sabia o que era” (O POPULAR, 27 de set. 2019). A reportagem apresenta o relato de Henrique Pimenta, que ao entrar em seu banheiro, encontrou um gambá, um animal típico do Cerrado, segundo a Agência Municipal de Meio Ambiente.

Outro caso chama atenção, não pelo assunto principal da reportagem, um assassinato de um jovem nas margens do rio Meia Ponte, mas sim pelo título, “Jovem que desapareceu após sair para andar com cães e caçar jacaré é achado morto em rio de Goiânia.” (O POPULAR, 16 de nove. 2019). Segundo a reportagem, o jovem Luan de Araújo Barbosa saiu com seus cães para caçar jacaré, em um local próximo à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), no Parque Atheneu em Goiânia, onde foi vítima de assassinato. O pai do jovem Luan, afirmou ainda que o filho praticava frequentemente a caça<sup>58</sup> de jacarés na região. A região se distancia do centro da cidade de Goiânia e ainda

---

<sup>58</sup>De acordo com a AMMA, a caça do jacaré nas margens do rio Meia Ponte é proibida.

contém a presença de uma vegetação fechada que provavelmente favorece a presença dos animais.

O assassinato de Luan nas proximidades do rio Meia Ponte não foi o único e também não será o último. No período pesquisado, o jornal mencionou em algumas oportunidades corpos encontrados no rio ou nas margens dele, como na edição de um dia dominical do mês de agosto, “Homem é encontrado no rio Meia Ponte” (O POPULAR, 8 de ago. 2010). Em outro momento, um morador encontra uma ossada humana nas proximidades do rio, como relata trecho da reportagem abaixo.

Parte de uma ossada humana foi encontrada no início desta terça (10) na GO-462, nas proximidades do Rio Meia Ponte e do Campus 2 da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. Segundo informações da Polícia Militar (PM), um morador da região estava procurando um bezerro quando se deparou com o crânio e um osso (O POPULAR, 10 de set. 2012).

O uso do Meia Ponte como forma de referência para narrar tais crimes, fortalece uma ideia negativa do rio, corroborando o estigma de que suas proximidades são locais de “desova” ou espaço para assassinatos. Esta ideia na verdade é equivocada, pois a pesquisa detectou neste período, a década de 2010, nove reportagens que usam o rio como local de referência em relação a assassinatos cometidos, número bastante pequeno para o período.

Ainda em relação aos assuntos diversos, citamos reportagens que mencionam afogamentos no rio, neste caso, estes episódios são curiosos do ponto de vista que, a situação das águas do rio é de poluição. Em dezembro de 2010, o jornal relata um desaparecimento de um homem que entrou no rio, “Homem se afoga no Meia Ponte e está desaparecido” (O POPULAR, 30 de dez. 2010). Em outro caso, agora em 2016, dois homens foram resgatados pelo corpo de bombeiros, no rio Meia Ponte, segundo a reportagem, “Dois homens caíram nas margens do Rio Meia Ponte durante a noite desse sábado (21), em Goiânia. Segundo o Corpo de bombeiros, eles tentavam atravessar o rio através de uma encanação de captação de água e caíram de uma altura de 10 metros.” (O POPULAR, 22 de mai. 2016).

Na maioria das vezes, estes episódios ligados a afogamento, são ações de imprudência, foi o caso do acidente com três funcionários da Saneago no rio Meia Ponte. Infelizmente, um deles veio a falecer pois não usavam coletes salva vidas.

Um funcionário da Saneago caiu no Rio Meia Ponte, manhã desta quinta-feira (11), no Bairro São Domingos, em Goiânia. Segundo o Corpo de Bombeiros, ele atuava junto a outros dois servidores na medição do rio. Segundo o Corpo de Bombeiros, apenas dois deles estavam no barco, uma canoa sem motor. O outro trabalhador foi resgatado, atendido pela equipe de primeiros socorros e não teve de ser transportado para uma unidade de saúde (O POPULAR, 11 de abr. 2019).

O desfecho do caso foi relatado nas edições seguintes do jornal, “Corpo de servidor da Saneago estava preso em galhos e metade submerso” (O POPULAR, 13 de abr. 2019). A partir do mês de abril é comum observar funcionários da companhia fazendo medições no rio, pois o período de estiagem se inicia, e é preciso fazer um controle do nível do Meia Ponte, segundo a companhia de tratamento de água do estado. Diferente dos meses chuvosos, que inicia em novembro e finaliza no final do mês de março. É neste período que o problema das inundações aparece.

### 3.2.5. É possível salvar o Meia Ponte?

Atualmente, percebe-se que o debate em torno da recuperação de rios urbanos se intensificou, pois para uma cidade ser considerada um local sustentável, seus cursos d’água devem ser recuperados e protegidos. Vimos no capítulo 1, que a década de 1970 foi marcada por certa preocupação com os distúrbios ambientais questionados em movimentos e conferências mundiais sobre o meio ambiente. Nesta conjuntura, o discurso sobre a recuperação do rio Meia Ponte também é apresentado nos jornais e debatida pelos órgãos públicos e autoridades consideradas competentes.

Segundo Afonso (2011), revitalização consiste na preservação, conservação e recuperação ambiental dos rios, por meio de ações integradas que proporcionem a melhoria da qualidade da água para os usos múltiplos, bem como a melhoria das condições ambientais e o uso sustentável dos recursos naturais. Gorski (2010) também analisa a revitalização de rios urbanos, citando algumas medidas como o corte de fontes pontuais de poluição e a recomposição da mata ciliar que, para a autora, contribuem para a efetiva melhoria da qualidade das águas dos rios. Neste contexto de revitalização de rios urbanos, enumeramos alguns projetos expostos no jornal *O Popular* que tiveram como objeto central, o rio Meia Ponte, sendo que muitos deles ficaram apenas no papel.

Durante a campanha eleitoral de 2010, o então candidato ao governo do estado, Vanderlan Cardoso, em sabatina organizada pelo jornal, quando perguntado sobre suas propostas referentes ao turismo e lazer no estado, apresentou algumas ideias, sendo que

uma nos chamou a atenção, a inclusão da Bacia do rio Meia Ponte como local de turismo e lazer. Segundo o candidato, a ideia seria criar um bioparque, onde além de um zoológico, seria construído um centro de convenções, um borboletário, um laboratório para estudo da fauna e flora do Cerrado. Projeto este que seria localizado nas proximidades do rio Meia Ponte (O POPULAR, 21 de set. 2010). Se concretizado, seria um projeto de grandes proporções, que sem dúvidas promoveria alguns planos de recuperação do Meia Ponte, entretanto o candidato Vanderlan Cardoso saiu derrotado nas eleições e com isso, a promessa ficou apenas nos debates políticos do período mencionado.

A ideia de construir um parque no rio Meia Ponte também fez parte do discurso do então governador, Marconi Perillo, em 2012, que seria denominado Parque Estadual do rio Meia Ponte. Apenas o nome do suposto parque foi noticiado, pois o projeto em si, nem no papel foi encontrado (O POPULAR, 15 de jun. 2012). Neste contexto, percebemos que estes discursos são apenas parte de um jogo político que infelizmente não se concretizaram em relação à recuperação do rio. O que resta, mesmo que de forma falha é um sistema de tratamento de esgoto e de água que de certa forma, ameniza para a cidade a situação de completo descaso em que se encontra o Meia Ponte.

[...] A despoluição do principal curso d'água da capital é promessa antiga e um dos pontos de crítica da Prefeitura. “Goiânia tem o 7º rio mais poluído do país”, afirma o vice-prefeito. O investimento a ser realizado no sistema de esgoto está estimulado em R\$ 346 milhões, a serem aplicados entre junho de 2013 a dezembro de 2015. Os recursos são do BNDES, da Saneago, do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), do Plano de Aceleração do Crescimento e da Caixa (O POPULAR, 7 de jan. 2013).

Além da estação de tratamento de esgoto que se apresenta ineficiente frente às necessidades da cidade de Goiânia, tanto o Estado, quanto a prefeitura promovem fiscalizações com intuito de punição aos poluidores do rio ou os que degradam o mesmo. “Fiscais fazem vistoria em empresas” (O POPULAR, 28 de out. 2015). “Fiscais embargam captações” (O POPULAR, 1 de set. 2017). “Fiscalização foca em afluentes do Rio Meia Ponte em Goiás” (O POPULAR, 27 de set. 2018). Tais medidas não correspondem aos planos que tenham como objetivo a recuperação do rio Meia Ponte.

Neste estudo, identificamos apenas um plano de recuperação no qual o rio Meia Ponte faz parte que foi iniciado em 2015 pela Saneago e batizado de Recuperação Florestal em Áreas de Nascentes e/ou que margeiam os Corpos d'água na Bacia Hidrográfica de Contribuição ao Abastecimento Público de Goiânia-GO – Rio Meia

Ponte. O objetivo do plano é de proteger e recuperar 84 mananciais no estado. Segundo reportagem de agosto de 2019, o plano foi aprovado pelo Fundo Nacional do Ministério do Meio Ambiente, onde R\$ 2,435 milhões foram destinados para a execução. De fato, a execução do plano está em andamento, com sua conclusão prevista para este ano de 2021 (O POPULAR, 30 de ago. 2019).

Porém, percebemos que as ações de recuperação e conservação ao que se refere ao Meia Ponte são majoritariamente as atitudes isoladas de pessoas que se preocupam com a situação do rio, de grupos denominados defensores das águas e de eventos ligados a proteção do meio ambiente como apresentados a seguir, “Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, neste 5 de junho, a Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma), em parceria com o corpo de Bombeiros, realiza a Expedição Rio Meia Ponte, com o objetivo de identificar a situação ambiental do rio [...]” (O POPULAR, 5 de jun. 2013).

Assim, chamamos a atenção para alguns grupos autônomos que promovem várias ações que têm como objetivo a recuperação do rio Meia Ponte, como exemplo o grupo intitulado *Guardiões do Meia Ponte*<sup>59</sup>, formado por diversas pessoas que promovem várias ações de defesa do rio e sua bacia, realizando eventos que debatem a importância do rio não só para Goiânia e região metropolitana, mas também para o estado de Goiás. Dentre essas ações estão a limpeza das margens do rio, reflorestamento, denúncias referentes à poluição e degradação do rio. Mencionamos também o projeto *Meiaponte.org*<sup>60</sup> idealizados por Ernesto Augustus, Paulo Castilho e Renato Rodrigues desde 2009, no qual desenvolveram um site onde são apresentadas várias informações sobre o rio e sua bacia, além de alguns artigos referentes não somente ao rio Meia Ponte, mas referente a outros cursos d’água. Por fim, referimos ao grupo *Plantadores de água*<sup>61</sup>, que tem como principal ação, reflorestar nascentes dos cursos d’água e suas margens localizadas na região metropolitana de Goiânia. Algumas dessas ações alcançam o Meia Ponte.

Em relação às ações de parlamentares, estas não surtem efeitos esperados pois ficam apenas nos debates expostos na Câmara dos Vereadores e Assembleia Legislativa. Uma dessas ações teóricas foi noticiada pelo *Diário da Manhã*, “Vereadores se unem em

---

<sup>59</sup>Disponível em: <[guardioesmeiaponte.org/](http://guardioesmeiaponte.org/)>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

<sup>60</sup>Disponível em: <[meiaponte.org](http://meiaponte.org)>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

<sup>61</sup>Disponível em: <<https://instagram.com/plantadoresdeagua?igshid=ey19yw2n5pvm>>. Acesso em: 09 de fev. 2021.

defesa o Meia Ponte” (DIÁRIO DA MANHÃ, 11 de jul. 2018). Liderado pelo então vereador Gustavo Cruvinel (PV), o objetivo era de criar uma Frente Parlamentar pelas Preservações, que até promoveu algumas pequenas atividades, como mapeamento de locais mais poluídos do Meia Ponte e outras agressões sofridas pelo rio. De acordo com a reportagem, todo material produzido foi entregue a Amma.

A Assembleia Legislativa de Goiás também promoveu uma ação em defesa do rio Meia Ponte que, teoricamente, se faz interessante. Foi instituído em Goiás no ano de 2017, o dia de proteção ao rio Meia Ponte através da lei nº 19.619, comemorado em 12 de março, no qual o autor foi o então deputado Francisco Oliveira (PSDB). Segundo o próprio deputado, em entrevista ao *O Popular*, o objetivo seria criar um dia de reflexões sobre o principal rio de Goiânia, além da elaboração de medidas de recuperação. Entretanto, o que observamos é que a data é pouco explorada, sendo que nem os órgãos públicos e nem mesmo a mídia local, promovem atividades de sensibilização direcionadas ao rio, ligando este a data referida. Assim, mais uma vez a revitalização do rio Meia Ponte fica apenas no campo teórico e nos discursos políticos de quem quer se promover a custas da suposta recuperação do rio Meia Ponte. Uma ação efetiva que deveria ser executada pelos parlamentos, se refere à proibição de loteamentos regulares e irregulares que afetam diretamente os recursos hídricos de Goiânia. A ocupação de locais considerados fundos de vale e mananciais causa outro problema, os alagamentos dessas ocupações, causando um grande transtorno.

De fato, o rio Meia Ponte foi extremamente importante para o fortalecimento da questão referente a transferência da capital, reforçando o fator hídrico da região. Forneceu matéria prima para a construção de Goiânia, suas margens foram imediatamente alteradas, causando sua degradação inicial. O crescimento urbano da nova capital contribuiu para que suas margens fossem ocupadas e suas águas poluídas, realidade que se agravou nas décadas seguintes. Pela análise da incidência de matérias sobre o rio Meia Ponte publicadas no jornal *O Popular*, ficou evidente que ele que teve suas margens ocupadas de modo irregular e se apresenta na atualidade como um rio muito poluído, degradado e que mesmo sendo o principal curso d’água que abastece a região metropolitana de Goiânia, segue indiferente aos olhares das autoridades e dos goianienses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa pesquisa vimos que a relação entre os rios e as cidades são de longa data, iniciando com o surgimento das primeiras cidades na região conhecida como Crescente Fértil. Essas relações que surgiram, de certa forma, como harmoniosas, com o crescimento urbano tornaram-se degradantes para os cursos d'água, transformando-os em verdadeiros locais de despejo. Alguns autores marcam a ruptura harmoniosa entre as cidades e seus rios no final do século XVIII e século XIX, período correspondente à Revolução Industrial. Tal acontecimento provocou um crescimento demográfico que, por sua vez, promoveu a ocupação das margens dos rios e conseqüentemente sua degradação.

Segundo Gorski (2010), o início da década de 1970 é marcado pelo debate referente a recuperação dos recursos hídricos, expostos em movimentos e conferências mundiais. Igualmente, na década de 1970 surge uma perspectiva ligada as ciências humanas e naturais, conhecida como História Ambiental, que promove um debate sobre as ações humanas e os recursos naturais e vice-versa. Neste contexto, os rios urbanos passam por uma maior atenção, tendo em vista que alguns projetos de recuperação e conservação foram executados no mundo e no Brasil, além da produção de diversos estudos referentes aos rios, que neste caso se tornam objeto central das análises.

Arruda (2008), Gorski (2010), Gandara (2010), Leonardi (1999) e Worster (1993) são alguns dos exemplos de pesquisadores que estudaram os rios com um olhar integrado entre as ciências humanas e naturais. Assim, entende-se que os rios não são somente um elemento da paisagem, mas também locais de memória e de referência.

Nesta análise referente aos rios, buscamos o principal rio da cidade de Goiânia, o rio Meia Ponte, considerado um dos mais poluídos do país. Para entender o contexto que envolve sua atual realidade, repleta de poluição, degradação e de abjeção por parte da população goianiense, fomos atrás de respostas e, a partir desta busca, conseguimos compreender essa conjuntura. Inicialmente, percebemos a falta do rio na historiografia goiana, pois os primeiros textos publicados que analisam a cidade de Goiânia, apenas mencionam o rio como local que reforça o discurso mudancista – a abundância de recursos hídricos – além de demonstrar sua capacidade de gerar energia elétrica e de abastecer a nova capital. Por serem textos que tinham como objetivo narrar e enaltecer a edificação da nova capital, o rio aparece apenas para reforçar o discurso técnico dos escritos.

Nesse sentido, destacamos a figura de José Mendonça Teles que durante sua vida, se preocupou com o rio Meia Ponte, denunciando os horrores que o rio enfrentava com o crescimento desordenado de Goiânia e, com isso, produziu textos exaltando o rio. A década de 2010 é marcada por uma produção acadêmica referente ao rio, exemplificada nas figuras de Ângela Ciccone Pinto (2014) e Diogo Isao S. Sakai (2015) que colocaram o Meia Ponte como objeto central de suas pesquisas, lançando várias leituras sobre este recurso hídrico. Estas pesquisas foram fundamentais para embasar e enriquecer nossa análise sobre o Meia Ponte.

Pudemos adentrar o Meia Ponte na abordagem de seus aspectos físicos, como nascentes, sua bacia hidrográfica e sua vegetação. Achamos interessante mencionar a formação do rio, e deste modo, Rubin (2002) nos forneceu inúmeras informações sobre como e quando o rio Meia Ponte foi se estabelecendo. Estes elementos de cunho das ciências naturais contribuíram muito com nosso objetivo que buscou a interdisciplinaridade alinhada com os princípios defendidos pela História Ambiental.

Um dos pontos importantes da nossa pesquisa foi conseguir demonstrar a importância do Meia Ponte para a construção de Goiânia, que inicialmente forneceu matéria-prima, posteriormente produziu energia elétrica e abasteceu a cidade, como bem mostrou o projeto inicial de Atílio Corrêa Lima. Além da sua funcionalidade, parte do rio – próximo a cachoeira do Jaó – seria um local paisagístico, com área verde e um lago que serviria para práticas esportivas e lazer para a população. Desse plano, somente o lago prosperou, sendo utilizado na década de 1960 como clube aquático reservado à elite goianiense. Mesmo assim, o rio continuava a contribuir com a cidade e a população, sendo frequentado pelos goianienses nos finais de semana, para encontros, banhos e churrascos, como afirma Godinho (2018).

A nossa problemática nos conduziu a entender os motivos que levaram o principal rio de Goiânia a se tornar o rio do esgoto; um curso d'água que foi extremamente importante para a construção e consolidação da capital. Por que o rio Meia Ponte se tornou indiferente ao olhar da população, órgãos públicos e autoridades competentes? Na construção da nossa hipótese, confirmamos o que era apenas uma teoria. O crescimento da cidade, a especulação imobiliária, a ocupação dos fundos de vale e conseqüentemente das proximidades do Meia Ponte, trouxeram a destruição deste recurso hídrico. Os planos urbanísticos da década de 1960 e 1970 não conseguiram, de fato, proteger o rio, e nos anos seguintes a situação se agravou.



Acreditamos que a maioria dos goianienses ao serem questionados sobre o rio Meia Ponte irão relacioná-lo à poluição. Esta realidade está potencializada nos meios de comunicações que quase sempre noticia este curso d'água como sujo e esquecido. Esta visão se confirma pela análise das inúmeras reportagens apresentadas nesta pesquisa, com destaque para o jornal *O Popular*, que por diversas vezes denunciou a situação do rio em suas edições. Em todo o seu percurso, principalmente no espaço urbano da região metropolitana de Goiânia, é onde o rio enfrenta uma grande degradação, devido a poluição de suas águas por indústrias localizadas em suas proximidades; uma enorme quantidade de lixo jogado em seu leito; o desmatamento de sua vegetação; a utilização predatória de suas águas. Tudo isso somado à falta de execução de planos de recuperação do rio por parte das autoridades provoca a situação agonizante do Meia Ponte.

Ficou evidente que a década de 2010 foi marcada por uma grave crise de abastecimento, assim sendo, tanto os meios de comunicação quanto os órgãos públicos, autoridades e população, perceberam que mesmo tendo suas águas poluídas, a cidade precisava do rio. Entretanto, até o momento, poucas medidas concretas foram efetivadas para salvá-lo, e nesta realidade o Meia Ponte vive de pequenas, mas importantes ações de pessoas que entendem a sua importância. Esta realidade encontra ressonância na fala da geógrafa Odette Seabra que em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em 2009 disse: “O rio é uma referência de lugar e de espaço, integra a identidade de um povo. Quando ele está perdido, como no nosso caso, é uma ausência importante [...] Há quem cruze o Tietê quatro vezes ao dia sem se dar conta” (SEABRA, apud GORSKI, 2010, p. 17). Do mesmo modo podemos afirmar que se o rio Tietê fosse substituído pelo Meia Ponte, a afirmação não se alteraria.

Para os que acreditam que o rio Meia Ponte esteja morto, podemos afirmar que ele não está. Mesmo após mais de oito décadas de relação entre o rio e a cidade, mesmo tendo suas águas poluídas e suas margens degradadas, pode-se afirmar que ele está “enfermo”, mas continua vivo, à espera de socorro, de salvação. Podemos dizer que, se o rio Araguaia é conhecido como a praia dos goianos, o rio Meia Ponte foi e ainda é uma espécie de artéria para Goiânia. Assim como o rio Meia Ponte foi fundamental para a construção da nova capital de Goiás na década de 1930, ele continua afirmando sua importância para este expressivo centro urbano do Cerrado no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ACKEL, Luiz Gonzaga M. **Atílio Correa Lima: uma trajetória para a modernidade.** Tese (Doutorado em arquitetura) FAUUP. São Paulo, 2007.

AFONSO, Jorge Augusto Callado. **Renaturalização e revitalização de rios urbanos: uma abordagem sistêmica.** Dissertação apresentada no curso de Pós-graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

A HISTÓRIA DO ACIDENTE RADIOLÓGICO EM GOIÂNIA, s/d. Césio 137. Disponível em: <<http://www.cesio137goiania.go.gov.br/o-acidente>>. Acesso em: 04 de mar. 2021.

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A Luta na epopéia de Goiânia, uma obra da engenharia nacional.** Editora Of. graf. do 'Jornal do Brasil', 1942.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Preservação e conservação da natureza.** 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/12/20/preservacao-e-conservacao-da-natureza-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

ANNA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/ptbr/@@search?SearchableText=%C3%A1gua+contaminada>>. Acesso em: 20 de dez. 2020.

ARAÚJO, Sérgio M. S. de (Org). **Rios e Homens: cursos transformados na relação sociedade-natureza.** Paulo Afonso-BA: Editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana, 2016.

A REDAÇÃO. **Abastecimento de água até 2040, conheça o Sistema Produtor Mauro Borges.** 2017. Disponível em: <<https://www.aredacao.com.br/noticias/92215/abastecimento-de-agua-ate-2040-conhecaosistemaproductormauborges#:~:text=%E2%80%9CO%20Sistema%20Productor%20Mauro%20Borges,necessidade%20de%20%C3%A1gua%20de%20Goi%C3%A2nia.&text=O%20reservat%C3%B3rio%2C%20respons%C3%A1vel%20por%20abastecer,bilh%C3%B5es%20de%20litros%20de%20%C3%A1gua>>. Acesso em: 25 de jan. 2021.

Arquivo Histórico Estadual (AHE), caixa 950.

ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios.** Curitiba: Editora UFRP, 2008.

ASMAR, José. **Câmara Filho: o revoltoso que promoveu Goiás.** Goiânia: Editora Cãnone, 3ª edição, 2019.

ASSUNÇÃO, Paulo. Impressões de viagens: os desafios pelos caminhos e rios entre os séculos XVI e XIX. In: GANDARA, Gercinair S. (Org.). **Natureza e Cidades: o viver entre águas doces e salgadas.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

- BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos - ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história... **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 124-153, jul./dez. 2013.
- BARBOSA, Altair S.; SCHIMITZ, Pedro I. Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 3-43.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. São Paulo, Editora Schwarcz. 1986.
- BORSOI, M. Z. F.; TORRES, S. D. A. A política de recursos hídricos no Brasil. **Revista BNDDES**, Rio de Janeiro, 4 (8):143-166, dez. 1997.
- BRASILIENSE, Eli. **Chão vermelho**. Goiânia: IGL; Agepel, 2002. (Coleção Karajá).
- CANHOLI, Aluísio Pardo. **Drenagem urbana e controle de enchentes**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2005.
- CASTILHO, Dênis. Os Sentidos da Modernização. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 2, jul./dez. 2010.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 4ª edição, 2015.
- CHAVES, Elza G. De invasor a posseiro: Estado, Igreja e a luta pela terra urbana. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, Edição 5, 1986.
- COELHO, Gustavo Neiva. VALVA, Milena d' Ayala. **Goiânia: A história em documentos**. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Art Déco - uma Vertente da Modernidade**. Goiânia: Editora Vieira, 2000.
- \_\_\_\_\_. A ferrovia e o desenvolvimento do urbanismo e da arquitetura na região sudeste do estado. **Revista UFG**, dez. 2011, Ano XIII, nº 11.
- CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução CONAMA nº 357. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- COSTA, M. J. N. Por uma arqueologia egípcia mais —aquática. **Revista Labirinto**, Porto Velho – RO, v. 21, p.5-17, 2014.
- COTRIM, Gilberto. **História Global**. São Paulo: Editora Saraiva, 10ª edição, 2012.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIÁRIO DA MANHÃ. **A água suja do Meia Ponte é utilizada por goianienses**. 1987.

\_\_\_\_\_. **Região norte cheia mal.** 2015. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2015/10/regiao-norte-cheira-mal/>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **E o fedor voltou.** 2018. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2018/09/e-o-fedora-voltou/>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Vereadores se unem em defesa do Meia Ponte.** 2018. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2018/07/vereadores-se-unem-em-defesa-do-meia-ponte/>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

DIÁRIO DE GOIÁS. **Cheia do Rio Meia Ponte acende sinal de alerta.** 2020. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/cheia-do-rio-meia-ponte-acende-sinal-de-alerta/>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FARIA, R. S. MANSO, C. F. A. Armando Augusto de Godoy entre as articulações da remodelação da forma urbana colonial e a concepção de cidades novas no Brasil. **Forma Urbana – Rupturas e Continuidades.** Anápolis, v. 01, n. 1, p. 664-678, 2014.

FEBVRE, Lucien. **O reno, mitos e realidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERRARA, L. D. **Os Significados Urbanos.** São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Olhar Periférico: informações, linguagem, percepção ambiental.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

FERREIRA, Clenon. **Santa Memória,** 2019. Disponível em: <https://especiais.opopular.com.br/museu-e-seu/memorial-santa-clara#:~:text=Fundada%20em%201922%20e%20como%20a%20Biblioteca%20Coralina>. Acesso em: 28 de fev. 2021.

FOLHA DE GOIAZ. **Lazer aos domingos.** Set. 1959.

\_\_\_\_\_. **Anúncio de loteamentos em Goiânia.** Jul. 1946.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com ex governador Mauro Borges.** 24 de out. 1978.

FOLHA Z. 2019. Disponível em: <https://folhaz.com.br/noticias/clubes-em-goiania/>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

FRAZÃO, Dilva. Johann Strauss (filho). Disponível em: [https://www.ebiografia.com/johann\\_strauss\\_filho/](https://www.ebiografia.com/johann_strauss_filho/). Acesso em: 26 de fev. 2021.

FREITAS, Lena Castelo B. F. de. **Poder e Paixão – a saga dos Caiados.** Goiânia: Editora Cãnone, v. 2, 2010.

FROTA, José Artur D’Aló; CAIXETA, Eliane Maria M. P. **Clube de Regatas Jaó: documentação, projeto e construção.** 9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011.

G1.GLOBO. **Expedição mostra córrego escondido sob avenida da Zona Norte de SP que alaga em época de chuvas**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/rios-de-sao-paulo/noticia/expedicao-mostra-corrego-escondido-sob-avenida-da-zona-norte-de-sp-que-alaga-em-epoca-de-chuvas.ghtml>>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

GALINKIN, Maurício. **Geogiás 2002: estado ambiental da Goiás 2002**. Goiânia: SEMARH – GO, 2003.

GANDARA, Gercinair S. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – PPHGHIS da Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. (Org). **Rios e cidades... olhares da História e Meio Ambiente**. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_. Rios Parnaíba e São Francisco: fascínio dos viajantes e racionalidade dos técnicos. **Labor&Engenho**, Campinas [Brasil]v.7, n.1, p.43-58, 2013.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyas - uma província do sertão**. Goiânia: Editora Cênone editorial, 2010.

GASPAR, Alberto; RAIMUNDO, José. **Milhares de ribeirinhos vivem das riquezas do Rio São Francisco no NE**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/02/milhares-de-ribeirinhos-vivem-das-riquezas-do-rio-sao-francisco-no-ne.html>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Editora Unesp, 1991.

GODINHO, Iúri Rincon. **Goiânia em Guerra: Sangue, sede e escuridão nos anos 40**. Goiânia: Contato e Comunicação, 2018.

Goiânia Art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

GOIÂNIA – NO CORAÇÃO DO BRASIL. 2019. Disponível em: <<http://www.gynbr.com.br/2013/08/poluicao-meia-ponte-meio-ruim-meio.html>>. Acesso em: 02 de jan. 2021.

GOIÁS, Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Proposta de instituição do Comitê da bacia hidrográfica do rio Meia Ponte**. 2002.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia, uma modernidade possível**. Brasília: Editora Ministério da Integração Nacional, 2003.

GONÇALVES, Carlos. W. P. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GORSKI, M. C. B. **Rios e cidades: Ruptura e Reconciliação**. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia. **A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos.** 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/10884>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

GUARDIÕES DO MEIA PONTE. 2020. Disponível em: <<http://guardioesmeiaponte.org/>>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

GUIMARÃES, Leonardo D. S. **Ideia, obra e concretude: representações na construção de Goiânia.** Dissertação (Teoria e História da arquitetura e urbanismo). 2019. USP.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu.** São Paulo: Editora Alameda – 1ª Edição, 2006.

JORNAL DA BIODIVERSIDADE GOIANA. **Meia Ponte vivo.** Ano 2, nº 4, 2009.

JORNAL OPÇÃO. **Vazão do Rio Meia Ponte atinge o nível crítico 4 e racionamento não é descartado.** 2019. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/vazao-do-rio-meia-ponte-atinge-o-nivel-critico-4-e-acionamento-nao-e-descartado-209540/>>. Acesso em: 02 de jan. 2021.

LAVOURA E COMÉRCIO. **A palavra do interventor goiano sobre a mudança da capital.** Nº 6.158, 7 de dez. 1932.

LEONARDI, Victor P. de B. **Os historiadores e os rios: a natureza e ruína na Amazônia brasileira.** Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Atílio Corrêa. Goiânia: A nova capital de Goiás. **Revista Arquitetura e Urbanismo.** Jan./fev. 1937, p. 32-34.

\_\_\_\_\_. **... E assim nasceu uma linda cidade no sertão.** Correio da Noite, 4 de set. 1942, Rio de Janeiro.

LIMA, Nádia. **História do Setor Jaó.** 2ª Ed. Goiânia: Editora PUC/GO: Kelps, 2011.

\_\_\_\_\_. **Jaó, o mega clube de um visionário que revolucionou o lazer e as artes em Goiânia nos anos 60 e 70.** 2011. Disponível em: <<https://contatogo.blogspot.com/2011/08/jao-o-mega-clube-de-um-visionario-que.html>>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, Emiliano Unzer. Os rios e a história. **Revista Científica Foz**, São Mateus – ES, v. 1, n. 1, p. 44-53, 2018.

MADUREIRA, Helena. Os tempos dos rios e das cidades. **Revista Convergência Crítica**. Porto, V.1, nº 7, 2015.

MANSO, C. F. A. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea –um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo - IEA USP, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. **Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história d\ UFG (Universidade Federal de Goiás). 2010.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, 2008.

Mendes, Julianna Fernandes. **Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)**. Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em Mestrado em História (UFG), 2013. Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

MENDOÇA, J. G. COELHO. **A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MINDLIN, Betty. **Terra grávida**. São Paulo: Editora Afiliada, 3ª edição, 2012.

MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MORAES, L. M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

MORE, Thomas. **A Utopia**. Trad. Luís de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

MOTA, Juliana C. **Goiânia – uma análise do seu processo de construção**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, FAPESP, EESC/USP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Planos diretores de Goiânia, década de 60: A inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano**. Dissertação defendida na Universidade de São Paulo. 2004.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia – metrópole não planejada**. Goiânia: Editora UCG. 2004.

NAIME, Roberto. **Ganges, um rio sacralizado**. 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/04/28/ganges-um-rio-sacralizado-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

NOGUEIRA, Roberto. **Prefeitura e Copasa assinam acordo para recuperação de mananciais**. 2017. Disponível em:

<<http://jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=2771&src=sdkpreparse>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

NUNES, Eduardo Soares. **Transformações Karajás: Os “antigos” e o “pessoal de hoje” no mundo dos brancos**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Ana Beatriz K.de. **O rio Tietê: o processo histórico e sua importância para São Paulo**. I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em História), Goiânia, UFG, 1999.

O POPULAR. **S.C.P. apreendeu varas e espingardas no Meia Ponte**. Set. de 1961.

\_\_\_\_\_. **Pesca indiscriminada no poluído rio Meia Ponte**. Jan. de 1976.

\_\_\_\_\_. **Bairro Santa Genoveva**. 21 de out. 1951.

\_\_\_\_\_. **Edital de loteamento**. 21 de out. 1953.

\_\_\_\_\_. **Objetos submersos com maior frequência no rio Meia Ponte, apesar de poluído, bastante frequentado por goianienses**. 14 de set. 1975.

\_\_\_\_\_. **Falta de abastecimento**. 16 de jun. 1978.

\_\_\_\_\_. **Poluição do rio Meia Ponte**. 03 de jan. 1980.

\_\_\_\_\_. Edições entre os anos de 2010 e 2020.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Edição do Departamento Estadual de Cultura de Goiás. Instituto Goiano do livro, 1972.

\_\_\_\_\_. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

\_\_\_\_\_. MORAIS, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 7ª edição, 2008.

PARH – Plano de Ação de Recursos Hídricos. **Bacia do Meia Ponte**. 2013. Disponível em: <<https://www.cbhparanaiba.org.br>>. Acesso em: 10 de mar. de 2020.

PAULA, Thiarlles Elias de. **A busca por um ambiente em que todos espireçam: a administração pública na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental em Goiânia (1933-1959)**. Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em Mestrado em História (UFG), 2017. Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

PELLEGRINO, Paulo R. M. Pode-se planejar a paisagem? In: **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nº 13, 2000.

PENIDO, Valéria F. de C. **Parcelamento do solo do município de Goiânia: uma perspectiva**. Relatório Curso de Especialização em Planejamento urbano e Ambiental, UCG/ARCA, 2000.

PESNOCERRADO. 2020. Disponível em: <<https://pesnocerrado.com/blog>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.



PINTO, Ângela Ciccone. **Os (dis) cursos do rio: um estudo de história ambiental sobre o rio Meia Ponte na cidade de Goiânia**. Dissertação (História Ambiental) - Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História, 2014 – UFG.

PLANO DIRETOR DE GOIANIA, 2007. Disponível em: <[https://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/plano\\_diretor\\_do\\_municipio\\_de\\_goiania\\_2007.pdf](https://www.goiania.go.gov.br/download/legislacao/plano_diretor_do_municipio_de_goiania_2007.pdf)>. Acesso em: 08 de jan. 2021.

PORTAL GOIÂNIA. **Programa Macambira Anicuns inicia novas frentes de serviço**. 2015. Disponível em: <<http://www4.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=8545&fn=true>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Parques de Goiânia**. 2011. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/conheca-os-42-parques-de-goiania-que-sao-opcoes-de-lazer-nas-ferias/>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

PRESTES, Antônio João Dias. **O rio se renova, permitindo que os erros do passado sejam corrigidos: Estado e sociedade nas iniciativas de recuperação ambiental do rio Guaíba (1979-2004)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História – Universidade do Rio Grande do Sul, 2012.

RAMOS, Helci Ferreira. **Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano das regiões norte, noroeste e meia ponte do município de Goiânia (1975 – 2015)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Linha de Pesquisa – Análise Ambiental e Tratamento da Informação Geográfica, 2016.

REIS, Leonardo. **História da eletricidade**, 2016. Disponível em: <<https://www.mundociencia.com.br/fisica/historia-da-eletricidade/>>. Acesso em: 27 de fev. 2021.

RELATÓRIO de fiscalização. Captação Rio Meia Ponte e Sistema Mauro Borges, 2017. Disponível em: <[https://www.agr.go.gov.br/images/imagens\\_migradas/upload/arquivos/2018-03/rf-060-2017---captacao-rio-meia-ponte-e-sistema-mauro-borges.pdf](https://www.agr.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2018-03/rf-060-2017---captacao-rio-meia-ponte-e-sistema-mauro-borges.pdf)>. Acesso em: 08 de mar. 2021.

RELATÓRIO de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 47. Arquivo Histórico Estadual (AHE).

REUTERS, Alberto A. Jr. **Sabesp anuncia assinatura de contratos de R\$ 459 milhões para despoluir Rio Pinheiros até 2022**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/12/sabesp-anuncia-assinatura-de-contratos-de-r-459-milhoespara-despoluir-rio-pinheiros-ate-2022.ghtml>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

REVISTA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO SENADO FEDERAL. Em busca de um mundo sustentável. Ano 3, nº11, jul. 2012.

**REVISTA OESTE**. Lamento Índio. Goiânia: 1943, nº 5, p. 195.

\_\_\_\_\_. O homem, êste terrível fazedor de desertos... Goiânia: 1943, nº 2, p. 69.

REZENDE, Greyce Bernardes de Mello. Rios Urbanos: O Planejamento dos Aspectos da Água no Ambiente Urbano. In: ARAÚJO, Sérgio M. S de. (Org.). **Rios e Homens: cursos transformados na relação sociedade-natureza**. Editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana, 2016.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia, Ed. da UCG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Infraestrutura verde, uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares: por um planejamento urbano ecológico para Goiânia**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.

ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás afora... Goiânia**. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1974.

RUBIN, Julio Cezar R. de. **Sedimentação Quaternária, contexto palio ambiental e interação antrópica nos depósitos aluviais do Alto Rio Meia Ponte – Goiás/GO**. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Pós-graduação em Geociências, UNESP, Rio Claro, 2002.

SAKAI, Diogo Isao S. **As margens do rio no desenvolvimento de Goiânia: Meia Ponte, paisagens em transformação**. Dissertação (História e Teoria da Arquitetura e da Cidade). 2015. UFG.

SANEAMENTO EM PAUTA. Blog.brkambiental.com.br, 2020. Disponível em: <<https://blog.brkambiental.com.br/rios-despoluidos-5-exemplos-que-mostram-que-a-revitalizacao-e-possivel/>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

SANTOS, Késia Rodrigues d. Inundações urbanas: um passeio pela literatura. **Revista Geo**. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.177-190, jan./jun. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO (SEMDUS). Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/aseplam/estrutura.shtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

SILVA, Ana L. d. Silva. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.

SILVA, Clarinda Aparecida da. **Goiânia(s): representações sociais e identidades**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SIQUEIRA, Eduardo Queija. **Aplicação do Modelo de Qualidade de Água (QUAL2E) na modelação de oxigênio dissolvido no Rio Meia Ponte (GO)**. São Carlos, 1996. 90 p. Dissertação (Mestrado) - SHS - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

TAVARES, Wolney. **Meu rio que desce.** s/d. Disponível em: <<http://meiaponte.org/poemas.php>>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 47. AHE.

TELES, José Mendonça. **Memórias Goianienses.** Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2ª edição, 2012.

\_\_\_\_\_. **Um rio dentro de mim.** Goiânia: Editora Oriente, 1979.

VAINFAS, Ronaldo. **Primeiras civilizações.** São Paulo: Sistema Ético de Ensino, 2014.

VIDAL, Laurent. Poética da cidade-rio na História do Brasil. In: GANDARA, Gercinair S. (Org.). **Rios e Cidades... Olhares da História e Meio Ambiente.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método.** 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 5 de jan. 2021.

VIEIRA, Patrick Di Almeida. Attílio Corrêa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro. **Revista Urbana**, v. 4, nº 4, Dossiê: os eruditos e a cidade, UNICAMP, mar. de 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista Projeto História**, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985.